

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
INÁ ISABEL DE ALMEIDA RAFAEL SILVA

MÚLTIPLAS CIDADES EM UMA CIDADE:
discursos metafóricos sobre a Manaus do ciclo da borracha.

Manaus
2016

INÁ ISABEL DE ALMEIDA RAFAEL SILVA

MÚLTIPLAS CIDADES EM UMA CIDADE:
discursos metafóricos sobre a Manaus do ciclo da borracha.

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antônio Magalhães Guedelha

Manaus
2016

Iná Isabel de Almeida Rafael Silva

**MÚLTIPLAS CIDADES EM UMA CIDADE:
discursos metafóricos sobre a Manaus do ciclo da borracha.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de MESTRE EM LETRAS e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Amazonas.

Manaus – AM, 05 de Janeiro de 2016.

Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Carvalho Cruz Cardoso
Coordenadora do PPGL

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Antônio Magalhães Guedelha
Orientador – Universidade Federal do Amazonas - AM

Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto
Universidade Federal do Amazonas– AM

Prof^ª. Dr^ª. Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira
Universidade Federal do Amazonas – AM

Aos meus pais, Sônia Araújo e Rainério Rafael, minha referência de consulta permanente. Toda gratidão de que sou capaz dedico a vocês.

Ao meu esposo, Willian Figueiredo, e a minha filha, Isabella de Almeida, fontes de amor e alegria. Minha metade necessária para a felicidade.

AGRADECIMENTOS

À minha amada mãe, Sônia Araújo, sem nenhum título universitário foi minha orientadora em todas as áreas da vida. Ajuda diária e contínua, sem a qual tornaria a labuta uma árdua e dolorosa missão;

A meu pai, Rainério Rafael, que, mesmo à distância, sempre pede em oração para que os anjos do Senhor me acompanhem na trajetória da vida, dando-me sabedoria e proteção divinas. Meu exemplo fundamental de erros e acertos;

Aos meus queridos irmãos, Ana Carolina e João Rafael, verdadeiros amigos em todos os momentos;

Ao meu esposo, Willian Figueiredo, e à minha filha, Isabella de Almeida, pedras preciosas que o Senhor Pai deu-me de presente para lapidar-me e viver o significado da palavra Amor. Minhas fontes de inspiração e aprendizado;

Ao meu orientador e mestre, professor Doutor Carlos Guedelha, por toda a sua amizade e orientação, tão fundamentais neste processo. Abriu caminho, e mostrou-me a direção;

À Universidade Federal do Amazonas – Ufam, pela oportunidade no acesso ao conhecimento científico e as muitas descobertas realizadas;

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFAM – PPGL, pelo abrigo de minha pesquisa voltada para a cidade de Manaus;

À coordenação e aos professores do PPGL, que contribuíram decisivamente para minhas descobertas acadêmicas;

Às professoras Rita Barbosa e Grace Bandeira, pelas inesquecíveis palavras enunciadas na Qualificação da Dissertação. Exemplos extraordinários de humanismo, acrescentado de rigorosas orientações científicas;

Aos professores Renan Freitas Pinto e Rita Barbosa (que também participou da banca de Qualificação), pela generosidade em participar da banca de Defesa, haja vista os inúmeros compromissos acadêmicos nos quais estão sempre envolvidos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – Fapeam, pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual a pesquisa não teria alcançado tal nível de amplitude;

Ao Governo do Estado do Amazonas que, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, disponibilizou cópias do Código de Posturas de Manaus do período de 1880 a 1910, arquivados na Gerência de Acervos Digitais;

A Deus, sem o qual nada disso existiria. Nem mesmo eu.

“Das inúmeras cidades imagináveis, devem-se excluir aquelas em que os elementos se juntam sem um fio condutor, sem um código interno, uma perspectiva, um discurso. É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, o medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa”.

(Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*)

Manaus um ponto perdido
no mapa. Ali, desgarrada
entre paredes de verde.
Mas iam e vinham nos navios
trazendo franjas do mundo.
Europa e Península Ibérica
surgiam das próprias pedras
Das avenidas e esquinas:

a Itália na taberna
de seus Vincenzo Arenaro.
Também no livro de Dante
que o sapateiro traduzia
rodeado de crianças
a mostrar-lhes céus e infernos
Toda a celeste geografia.
(...)

(Astrid Cabral, *Geografia Provinciana*)

RESUMO

A presente Dissertação é resultado da pesquisa que teve como objetivo geral analisar as diferentes metáforas que expressam a cidade de Manaus do ciclo da borracha em textos de ficcionistas, pesquisadores e legisladores, com base na teoria conceptual da Metáfora, desenvolvida por Lakoff e Johnson (2002), em contraponto com outras abordagens linguísticas do fenômeno metafórico, estabelecendo diálogos com a Análise de discurso de orientação francesa, a Semiótica greimasiana e a teoria bakhtiniana da Carnavalização. As três questões norteadoras dos problemas de pesquisa são: que metáforas foram utilizadas por ficcionistas, pesquisadores e legisladores para discursar sobre a Manaus do ciclo da borracha? em que sentido essas metáforas revelam a subjacente visão de seus autores a respeito da cidade? de que forma as metáforas, analisadas em conjunto, operam a recriação daquela Manaus como um espaço multifacetado? Para responder tais questões, o quadro teórico que sustentou a pesquisa contou com quatro eixos temáticos, que fiz com que convergissem, até onde fosse possível, em direção ao tema: a interface da linguística com a literatura; as abordagens linguísticas sobre a metáfora, especialmente a teoria da metáfora Conceptual; a concepção de cidade, sua relação com o imaginário e sua representação discursiva; e a representação escrita da cidade de Manaus de fins de século XIX e início do século XX. O tema metáfora tece todos os capítulos da dissertação, na qual mostro os variados sentidos que a cidade de Manaus produz, por meio de discursos metafóricos, elaborados no período do ciclo da borracha. Os discursos selecionados são de ficcionistas, pesquisadores e legisladores. A investigação possibilitou-me concluir que, na análise das metáforas presentes nesses materiais (narrativas, textos históricos e leis), utilizando a teoria da Metáfora conceptual e os respectivos diálogos epistemológicos, é teoricamente válido afirmar a existência de várias representações discursivas sobre a cidade de Manaus, como um espaço plurisotópico, durante o período do ciclo da borracha.

Palavras-chave: Discurso, Metáfora, Cidade, Manaus, Ciclo da borracha.

RÉSUMÉ

La présente dissertation est le résultat d'une recherche qui a eu comme objectif général analyser les différentes métaphores qui expriment la ville de Manaus du cycle du caoutchouc dans des textes des écrivains de fiction, les chercheurs et législateurs, basé sur la théorie de la métaphore conceptuelle, développé par Lakoff et Johnson (2002), à contrepoint avec des autres approches linguistiques du phénomène métaphorique, établir des dialogues avec l'Analyse du Discours d'orientation française, la sémiotique greimassienne et la théorie bakhtine de la carnavalisation. Les trois questions guides des problèmes de recherche sont : quelles métaphores ont été utilisés par les écrivains de fiction, les chercheurs et législateurs pour discuter sur la Manaus du cycle du caoutchouc? à quel sens ces métaphores révèlent la sous-jacent vue de leur auteurs au respect de la ville? de quelle forme les métaphores, analysées dans l'ensemble, produisent la récréation de Manaus comme un espace multiforme? Pour répondre à telles questions, le cadre théorique qui a soutenu la recherche avec quatre thèmes axés, lesquels j'ai fait converger, jusqu'à ce qui était possible, vers le thème: l'interface de la linguistique avec la littérature; l'approches linguistiques sur la métaphore, notamment la théorie de la métaphore conceptuelle; la conception de ville, ses relations avec l'imaginaire et sa représentation discursive; la représentation écrite de la ville de Manaus du fin du siècle XIX et début du siècle XX. Le thème de la métaphore tisse tous les chapitres de cette dissertation, dans laquelle j'expose les plusieurs sens produit par la ville de Manaus, par des discours métaphoriques, développés sur le période du cycle du caoutchouc. Les discours choisis sont des écrivains de fiction, des chercheurs et législateurs. La recherche m'a possibilité conclure que, dans l'analyse des métaphores présentes dans ces matériaux (récits, textes historiques et lois), avec l'utilisation de la théorie de la métaphore conceptuelle et les respectives dialogues épistémologiques, c'est valable, en théorie, affirmer l'existence de plusieurs représentations discursives sur la ville de Manaus, comme un espace de plurisotopie, pendant le période du cycle du caoutchouc.

Mots-clés: Discours, Métaphore, Ville, Manaus, Cycle du caoutchouc.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Quadro exemplificativo de algumas das fronteiras da Linguística.....	24
Quadro 2: Metáforas da cidade.....	57
Quadro 3: Expressões metafóricas que licenciam a metáfora dos “retalhos coloridos de Manaus”	83

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Vista panorâmica da Barra do Rio Negro, 1848.....	97
Figura 2: Cruzamento da Avenida Eduardo Ribeiro com a Avenida Sete de Setembro, 1900.....	101
Figura 3: Rua Municipal, em meados de 1907.....	104
Figura 4: Bairro pobre de Manaus.....	104

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1 DA LINGUÍSTICA À LITERATURA – METÁFORAS DE UMA INTERFACE POSSÍVEL.....	20
1.1 Um histórico de aproximações e afastamentos	21
1.2 Metáforas que expressam a interface.....	23
1.2.1 A metáfora das fronteiras da Linguística	24
1.2.2 A metáfora da Linguística como guarda-chuva	25
1.2.3 A metáfora da literatura como trapaça linguística	27
1.2.4 A metáfora da Linguística como poliedro – à guisa de proposta	30
1.3 Contribuições para o debate	31
2 DO PENSAMENTO À LÍNGUA – A METÁFORA CONCEPTUAL.....	33
2.1 O “ar estrangeiro” da metáfora: concepção retórica e seus desdobramentos	33
2.2 A “virada paradigmática”: a teoria da metáfora conceptual.....	35
2.2.1 Metáfora x metonímia	45
2.3 A recorrência metafórica: a teoria da metáfora sistemática	47
2.4 A não congruência no sistema linguístico: a teoria da metáfora gramatical.....	49
2.5 Contribuições para o debate	52
3 DA CIDADE DE PEDRA À CIDADE DO PENSAMENTO – O IMAGINÁRIO DA CIDADE.....	54
3.1 Metáforas da cidade: atração e segregação do espaço urbano	55
3.2 Da cidade de pedra à cidade do pensamento	60
3.3 Ideologia: a ciência das ideias	63
3.3.1 Formação ideológica e formação discursiva: as posições de classe	66
3.3.2 O discurso como sistema de dispersão.....	68
3.4 Discursos metafóricos sobre Manaus	69
3.4.1 A metáfora estética do “aformoseamento” da cidade	69
3.4.2 Manaus, uma cidade “formidável” para o viajante e para o nativo	74
3.4.2.1 A cidade “formidável” de Euclides da Cunha: Meca & Cápua.....	75
3.4.2.2 A cidade “formidável” de Genesino Braga: Paris dos trópicos.....	80
3.4.2.3 Manaus “formidável”	84
3.5 Contribuições para o debate	86

4 A MANAUS DA <i>BELLE ÉPOQUE</i>: PARIS DOS TRÓPICOS NO PORTO DE LENHA	88
4.1 Do lugar à metrópole – a evolução como metáfora da história de Manaus	89
4.2 A Amazônia e a belle époque	91
4.3 A Manaus “porto de lenha”	97
4.4 A Manaus Paris dos trópicos	101
4.5 Duas cidades em uma	104
4.6 Contradições de um espaço plurisotópico	107
4.7 Contribuições para o debate	113
5 MÁRCIO SOUZA: ICONOCLASTIA NAS METÁFORAS DA OSTENTAÇÃO	115
5.1 A Expressão amazonense: a metáfora do teatro	115
5.2 As folias do látex: o teatro da metáfora	120
5.2.1 O vaudeville amazônico	120
5.2.2 As metáforas mais expressivas	123
5.3 Folias do látex: iconoclastia carnavalesca	127
5.4 Contribuições para o debate	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

Como pesquisadora, desde a graduação em Letras e passando pelo curso de Especialização em Linguística, tenho dedicado uma atenção especial à Linguística textual e à Análise de Discurso, exercitando também um olhar sobre a produção literária do Amazonas. A leitura da literatura do Amazonas sempre me estimulou em direção à pesquisa. Isso somado – a inclinação pela linguística e a atração pela literatura – tem constituído uma constante busca em minha formação. Dessa forma, a possibilidade que o Programa de Pós-Graduação em Letras da Ufam ofereceu, de desenvolver uma pesquisa situada na interface da linguística com a literatura, trouxe-me um grande estímulo para a elaboração do projeto de pesquisa inicial a partir do qual nasceu a presente Dissertação, no sentido de conciliar dois campos de estudo que muito me agradam e que, em certa medida, estão em constante diálogo interativo: a linguística e a literatura.

A escolha do tema relativo à metaforização da Manaus do ciclo da borracha foi uma decorrência imediata do quadro apresentado acima. Sendo recorrente e expressivo no Amazonas, esse tema está a merecer um estudo especializado em nível de Mestrado e, quem sabe, de doutorado. O tema nunca foi explorado cientificamente, embora haja um farto material à espera de pesquisadores que se dediquem a dimensioná-lo. E é nessa lacuna que se inseriu a minha proposta de pesquisa, lançando mão das abordagens teóricas da metáfora, especialmente a teoria da metáfora conceptual proposta por Lakoff e Johnson (2002), que tomei como teoria de base.

A motivação maior da pesquisa foi a possibilidade de dar uma contribuição teórica para os estudos literários regionais e, ao mesmo tempo, para os estudos linguísticos (também regionais), num esforço de pesquisa situado na interface da linguística com a literatura, uma fronteira sempre fluida e difusa. Portanto, a presente Dissertação de Mestrado tem como base a análise da representação metafórica da cidade de Manaus no período áureo da borracha e como essa representação se concretiza em variadas metáforas que podem ser encontradas em discursos oficiais e também de ficcionistas e pesquisadores.

A cidade de Manaus é um tema recorrente na literatura produzida na e sobre a Amazônia, tendo em vista a sua importância estratégica, o seu percurso histórico e a sua herança cultural. Na linha do tempo, um expressivo número de ficcionistas e pesquisadores lavraram interessantes metáforas para significá-la discursivamente. Em

relação a esse fato, pelo que pude mensurar, não existe, até o presente momento, nenhum trabalho de nível científico que tenha se dedicado ao estudo dessas metáforas em conjunto. Por essa razão, advogo que o tema em questão satisfaz à exigência de ineditismo que este tipo de pesquisa exige. Foi com base nessas reflexões que elaborei os problemas da pesquisa, verbalizados nas questões que seguem: que metáforas foram utilizadas por ficcionistas, pesquisadores e legisladores para discursar sobre a Manaus do ciclo da borracha? em que sentido essas metáforas revelam a subjacente visão de seus autores a respeito da cidade? de que forma as metáforas, analisadas em conjunto, operam a recriação daquela Manaus como um espaço multifacetado?

No esforço de pesquisa desenvolvido, houve um estudo acurado do tema, ancorado no quadro teórico proposto, com vistas a elaborar (e discutir) respostas possíveis para os problemas levantados. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi analisar as diferentes metáforas que expressam a cidade de Manaus do ciclo da borracha em textos de ficcionistas, pesquisadores e legisladores, com base na teoria conceptual da metáfora, em contraponto com outras abordagens linguísticas do fenômeno metafórico, estabelecendo diálogos com a Análise de Discurso de orientação francesa, a Semiótica greimasiana e a teoria bakhtiniana da Carnavalização. Esse objetivo geral, assim definido, foi desmembrado nos seguintes objetivos específicos:

a) Refletir teoricamente sobre a relação entre a cidade e a sua representação no imaginário;

b) Delinear o escopo teórico da metáfora conceptual, com base nos postulados de Lakoff e Johnson;

c) Discorrer sobre a história da cidade de Manaus e sua recriação discursiva na linha do tempo, com ênfase na Manaus do ciclo da borracha (aproximadamente do último quartel do século XIX às primeiras décadas do século XX);

d) Com base no escopo teórico construído na pesquisa bibliográfica, interpretar as metáforas mais expressivas criadas para conceptualizar a cidade de Manaus do ciclo da borracha.

O quadro teórico que sustentou a pesquisa conta com quatro eixos temáticos principais, que fiz com que convergissem epistemologicamente: o primeiro diz respeito à interface da linguística com a literatura, dois módulos de estudos da linguagem que, em que pesem as especialidades de cada um, têm entre si pontos convergentes por meio dos quais o diálogo se impõe e se realiza; o segundo é concernente às abordagens linguísticas sobre a metáfora, especialmente a teoria da metáfora conceptual; o terceiro

relaciona-se à concepção de cidade, sua relação com o imaginário e sua representação discursiva; e o quarto refere-se à representação escrita da cidade de Manaus de fins do século XIX e início do século XX. A seguir, explico como se construiu a base de cada um dos eixos supracitados:

a) Para dar conta do primeiro eixo temático, recorri ao livro *Linguística e comunicação* (2010), de Jakobson, de onde se pode abstrair que o diálogo entre a Linguística e a Literatura é não apenas necessário, mas urgente, considerando-se que ambas originam-se do mesmo berço, a linguagem, e é só na linguagem que têm razão de existir. Essa ideia é defendida também nos seguintes estudos teóricos, que contribuíram para a construção deste eixo: *Aula* (2007), de Roland Barthes; *Literatura e linguística: outros campos, outros saberes* (2013), de João Wanderlei Geraldi; *O que é linguística* (1986), de Eni Orlandi; *Linguagem e interdisciplinaridade* (2008), de Luiz Fiorin; *Linguística e literatura: uma interface possível* (2010), de Maria Tereza Amodeo e Vera Pereira; *Manual de semântica: noções básicas e exercícios* (2012), de Márcia Cançado; *A linguagem literária* (1986), de Domício Proença Filho; *A construção da enunciação e outros ensaios* (2013), de Valentin N. Volochínov.

b) Quanto ao segundo eixo – abordagens linguísticas sobre a metáfora, especialmente a teoria da metáfora conceptual – o ponto de partida foi o livro *Metáforas da vida cotidiana* (2002), de Lakoff e Johnson. Trata-se de uma obra imprescindível para quem estuda a metáfora, porque sua publicação representou uma “virada paradigmática” em relação aos estudos tradicionais que nasceram com Aristóteles e foram cultivados em toda a tradição ocidental. Lakoff e Johnson transferem o *locus* da metáfora da linguagem para o pensamento e a ação humana. Ao fazerem isso, sustentam que é uma ilusão pensar que a metáfora é apenas um recurso de ornamentação da linguagem. Para eles, a metáfora estrutura os nossos pensamentos, porque o pensamento humano tem base metafórica. Dessa forma, as metáforas que utilizamos externam sempre o que, de fato, pensamos.

Outros livros importantes para o desenvolvimento deste eixo temático foram os que seguem: *Metáfora* (2007), de Tony Berber Sardinha, de onde extraí considerações conceituais a respeito das tendências atuais do estudo da metáfora; *A metáfora viva*, de Paul Ricoeur (2000), que promove um encadeamento sistemático dos pontos de vista sobre a metáfora, partindo da palavra em direção à frase e ao discurso; *A metaforização da Amazônia em textos de Euclides da Cunha* (2013), de Carlos Antônio Magalhães Guedelha, pelo entrelaçamento que promove entre as teorias da metáfora e as questões

amazônicas, especialmente no que se refere a Manaus, tomando por base os escritos amazônicos de Euclides da Cunha; além dessas obras, contei com a contribuição, em maior ou menor grau, de alguns outros escritores, que refletiram sobre a metáfora, iluminando algum ponto da questão. Entre eles, Walter de Castro com o livro *Metáforas machadianas* (1978).

c) Para o terceiro eixo, no qual estabeleço um diálogo da teoria da metáfora conceptual com a Análise de Discurso e a Semiótica, utilizei o livro *O imaginário da cidade – visões literárias do urbano* (1999), da pesquisadora Sandra Jatahy Pesavento, que apresenta um estudo sobre a relação entre cidade e imaginário, mostrando a cidade como o “lugar do homem”, lugar que o próprio homem tende a recriar discursivamente por meio das mais variadas linguagens e metodologias, como a História, o jornalismo, a arquivologia e a ficção, entre outras. Pesavento (1999, p. 13) procura mostrar que o homem, a partir da “cidade de pedra”, cria a “cidade do pensamento”, feita de memórias e alicerçada nas vivências pessoais e coletivas. Nessa recriação das cidades, a Literatura, segundo a pesquisadora, ocupa um lugar privilegiado, uma vez que ela “tem, ao longo do tempo, produzido representações sobre o urbano, que traduzem não só as transformações do espaço como as sensibilidades e sociabilidades dos seus agentes”, que muitas vezes as outras formas de representação não são capazes de abarcar.

Outra fonte alimentadora da pesquisa neste eixo foi o livro *O que é cidade* (1995), de Raquel Rolnik, que apresenta uma leitura do espaço urbano por meio de metáforas que expressam aspectos multifacetados da cidade; Além dele, foram importantes também para a discussão as obras *A questão urbana* (1983), de Manuel Castells; *Manaus, história e arquitetura – 1852-1910*, de Otoni Moreira de Mesquita e *Mascaramento da cidade* (2000), de Edmundo Bouças.

No que diz respeito à representação discursiva da cidade e a leitura semiótica do espaço urbano, as seguintes obras relativas à análise de discurso foram fundamentais: *Arqueologia do saber* (1971), de Michel Foucault; *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1974;1980), de Louis Althusser; *Semântica e discurso* (1995), de Michel Pêcheux; *Introdução à análise do discurso* (2004), de Helena Nagamine Brandão; *Conhecendo Análise de Discurso – Linguagem, Sociedade e Ideologia* (2006), de Sérgio Augusto Freire de Souza; *Althusser* (2013), de José Otacílio da Silva, *Por uma semiótica topológica* (1981), de Julien Greimas, *Teoria semiótica do texto* (2011), de Diana Barros, *Elementos de análise de discurso* (2009) e *Semântica estrutural: o discurso fundador* (2009), de José Luiz Fiorin.

d) No que concerne ao quarto eixo temático – a representação escrita da cidade de Manaus –, em que realizo um diálogo entre a teoria da Metáfora conceptual e a teoria da Carnavalização, as principais obras consultadas foram *As folias do látex: vaudeville* (1976), *História da Amazônia* (2009) e *A expressão amazonense* (2010), de Márcio Souza; *Manáos...Manaos...Manaus* (2013), de Robério Braga; *Amazônia - formação cultural e social* (2009), de Samuel Benchimol; *Manaus, história e arquitetura* (2006), de Otoni Moreira de Mesquita; *A belle époque amazônica* (2004), de Ana Maria Daou; *A ilusão do fausto* (1996), de Edinea Mascarenhas Dias; *No Rio Amazonas* (1859) – (1890), de Robert Avé-Lallemant; *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60* (2002), de José Vicente de Souza Aguiar. Em cada uma dessas obras, foi possível encontrar reflexões a respeito de Manaus, seja no plano metafórico seja em esforços de pesquisa. Às ideias encontradas nessas obras foram sendo adicionadas outras, oriundas dos escritos e apontamentos de diferentes prosadores e pesquisadores.

Os textos de onde extraí as metáforas sobre a cidade de Manaus para compor o *corpus* das análises do fenômeno metafórico, em suas multiplicidades, foram: “*Manaus e o impasse da modernidade*”, de Milton Hatoum; *A ilusão do fausto*, de Edinea Mascarenhas Dias; *As folias do látex: vaudeville, Teatro II* e *A expressão amazonense*, de Márcio Souza; *Correspondência de Euclides da Cunha*, organizado por Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti; *Fastígio e sensibilidade do Amazonas de ontem e Chão e graça de Manaus*, de Genesino Braga; Código de Posturas do município de Manaus do ano de 1875.

Quanto à teoria da Carnavalização, a referência básica foi o livro *Problemas da poética de Dostoiévski*, de Mikhail Bakhtin.

Em relação à metodologia, segui os parâmetros apontados por Minayo (2007, p. 44), segundo a qual a pesquisa deve conjugar os seguintes fatores:

[...] a) a discussão epistemológica sobre o ‘caminho do pensamento’ que o tema ou o objeto de investigação requer; b) a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) a ‘criatividade do pesquisador’, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Nesse sentido, estabeleci para a pesquisa, pela sua natureza teórica, as definições que seguem:

a) Quanto à abordagem, a pesquisa foi “qualitativa”. Segundo Minayo (2007), esse tipo de pesquisa busca descrever, compreender e explicar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes concernentes a relações, processos e fenômenos, sem a possibilidade de redução à operacionalização de variáveis;

b) Quanto ao procedimento, a pesquisa foi predominantemente “bibliográfica”. Gil (2007) define a pesquisa bibliográfica como aquela que é feita a partir do levantamento de referências teóricas publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Para ele, há estudos científicos que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. O trabalho contou também com uma etapa de pesquisa “documental”. Cervo *et al* (2007, p. 62) definem como pesquisa documental aquela em que “são investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. As bases documentais permitem estudar tanto a realidade presente como o passado, com a pesquisa histórica”. A etapa documental da pesquisa fez-se por meio da análise de artigos do Código de Posturas do município de Manaus do ano de 1875;

c) Quanto ao método, foi utilizado o método “hipotético-dedutivo”, o qual, no entendimento de Lakatos e Marconi (1997) parte da percepção de uma lacuna nos conhecimentos relativos a um determinado tema, segue com a formulação de hipóteses e amplia-se por meio do processo dedutivo, por meio do qual se testa a predição da ocorrência de fenômenos.

Como se percebe, a construção do escopo teórico abrangeu os seguintes tópicos: estudos sobre cidade, memória e imaginário; teorias linguísticas e literárias a respeito da metáfora; conceitos e princípios de análise de discurso e semiótico; escritos sobre Manaus e carnavalização literária. A análise das metáforas levantadas na pesquisa fez-se à luz do escopo teórico construído.

Por fim, passado todo o processo de definições e efetivação da pesquisa, passei a me ocupar da construção da Dissertação, estruturando-a com base nos capítulos descritos a seguir:

O capítulo 1, cujo título é “Da linguística à literatura – metáforas de uma interface possível”, reflete a respeito da interface entre a Linguística e a Literatura, dois campos de estudo que têm entre si linhas convergentes e divergentes, focalizando as

linhas que traçam as aproximações entre as duas disciplinas, com o apoio teórico de pesquisadores que já se debruçaram sobre a questão.

O capítulo 2, intitulado “Do pensamento à língua – a metáfora conceptual”, explora a teoria da metáfora conceptual, em contrapontos com outras abordagens linguísticas da metáfora;

O capítulo 3, com o título “Da cidade de pedra à cidade do pensamento – o imaginário da cidade”, investiga as diferentes concepções sobre o conceito de cidade e a relação entre a cidade e o imaginário, especialmente na Amazônia, estabelecendo um diálogo teórico da teoria da Metáfora conceptual com a Análise de Discurso;

O capítulo 4, denominado “A Manaus da *belle époque* – Paris dos trópicos no porto de lenha”, aborda, por meio de um diálogo entre a teoria da Metáfora conceptual e a teoria Semiótica, uma leitura das políticas de urbanização da cidade, as duas metáforas antitéticas criadas para expressar a Manaus do ciclo da borracha (porto de lenha x Paris dos trópicos). A Análise do caráter plurisotópico daquele espaço urbano permitiu a identificação de duas cidades diferentes dividindo o mesmo espaço. O capítulo também mostra a representação escrita da evolução como metáfora da história de Manaus, da categoria de Lugar à de metrópole, passando por categorias intermediárias.

O capítulo 5, que tem por nome “Márcio Souza: iconoclastia nas metáforas da ostentação”, volta-se para a metaforização e a representação carnalizada da economia gomífera, no chamado período áureo da borracha, a partir dos escritos de Márcio Souza (*A expressão amazonense* e *As folias do látex*). Nesse capítulo, estabeleço um diálogo entre a teoria da Metáfora conceptual e a teoria Bakhtiniana da carnalização.

Nos capítulos supracitados, apresento as reflexões suscitadas pela busca de resposta(s) para os problemas de pesquisa motivadores do trabalho. Somados à Introdução e à Conclusão, esses capítulos, em conjunto, traduzem o árduo mas prazeroso itinerário que construí enquanto nele caminhava. E esta Dissertação é o espaço dessa tradução.

1 DA LINGUÍSTICA À LITERATURA – METÁFORAS DE UMA INTERFACE POSSÍVEL

Um linguísta surdo à função poética da linguagem
e um especialista em literatura indiferente aos
problemas linguísticos e ignorante dos métodos
linguísticos são, um e outro, flagrantes
anacronismos.

(Hollander, apud Jakobson, *Linguística e comunicação*)

Este capítulo desenvolve reflexões a respeito da interface entre a Linguística e a Literatura, dois campos de estudo que têm entre si linhas convergentes e divergentes. Meu intento é focalizar as linhas que traçam as aproximações entre as duas disciplinas, com o apoio teórico de outros pesquisadores que já se debruçaram sobre a questão. Para tanto, assumo o conceito de metáfora conceptual de Lakoff e Johnson (2002) para apresentar três metáforas conceptuais que trazem à tona a realidade dessa interface: parto da metáfora da “fronteira”, com base em Fiorin (2008) e Geraldi (2013), discorro sobre a metáfora da Linguística como “guarda-chuva”, esboçada por Guedelha (2014), analiso a metáfora da Literatura como trapaça linguística em Barthes (2007), e em seguida proponho uma nova metáfora, a da Linguística como “poliedro”. Procuo demonstrar que o diálogo entre a Linguística e a Literatura, dois módulos de estudo da linguagem, é não apenas possível mas necessário, em nome de uma abordagem holística dos fenômenos que se manifestam através da língua.

Ferdinand de Saussure, no seu clássico *Curso de linguística geral* (1969, p. 17), utiliza um adjetivo exemplar para caracterizar a língua como fenômeno humano. Afirma que ela é “multiforme”, um vocábulo que veicula o sentido de algo que se apresenta sob diversos aspectos, que tem ou se apresenta sob diversas formas, conforme preceituam os dicionários Larousse Cultural (1992) e Silveira Bueno (1999). Continuando suas considerações sobre a língua, Saussure sublinha que ela “está a cavaleiro de diferentes domínios”. Dessa forma, embora Saussure não chegue a aprofundar muito essas considerações quanto ao aspecto multifaro da língua, parece ser pertinente entender que ele assinala o fato de que a Linguística, por ter a língua como objeto, forçosamente tende a ter um caráter multidisciplinar, em permanente diálogo com outros campos do saber humano, propensa a esses diálogos pela natureza “heteróclita” do seu objeto de estudo.

É justamente nesse caráter polimorfo da língua – e conseqüentemente da Linguística – apontado por Saussure, que se insere este capítulo, cujo objetivo

primordial é focalizar a interface da Linguística com a literatura. Em outras palavras, dentro da multiformidade e da polimorfia que deve caracterizar a ciência da linguagem, delimitei para este capítulo a forma em que a Linguística e a Literatura se entrelaçam e se fundem.

1.1 Um histórico de aproximações e afastamentos

Embora o estabelecimento das bases da Linguística como o estudo científico da língua por Saussure tenha ocorrido no século XX, já na antiguidade grega Aristóteles teorizava a respeito da literatura como um fato linguístico. Na *Poética* [s/d], o filósofo grego iniciou uma teorização sobre a arte literária que iria cobrir toda a tradição ocidental, chegando até aos dias de hoje. Debruçando-se principalmente sobre textos do poeta Homero, entre outros artistas da época, em um estudo meticuloso no sentido de demarcar as características fundamentais do texto literário, ele concluiu que se trata de uma arte que se instaura na e pela língua, tanto no que diz respeito às estratégias textuais (nos arranjos linguísticos especiais, artísticos) quanto no que concerne às estratégias discursivas, em que o “como” se diz chega a ser tão importante quanto o “que” se diz.

Aristóteles projeta, como se vê, a sistematização das referências cruzadas entre língua e literatura. E a partir daí, também, inicia-se uma longa crônica de aproximações e afastamentos entre os dois módulos de estudos da linguagem, o dos estudos linguísticos e o dos estudos literários. Referindo-se a esse movimento pendular na busca de aproximação entre os dois campos, Amodeo e Pereira (2010, p.18) explicitam que ele percorre os tempos, tendo sido mais intenso em algumas épocas e mais tênue em outras. Mas à medida que os conhecimentos científicos dessas áreas foram avançando, “os desejos de aproximação deram lugar aos de afastamento”.

Essa crônica de avanços e recuos no século XX pode ser bem exemplificada com os círculos linguísticos, agremiações que deram grande impulso ao desenvolvimento da Linguística (ORLANDI, 1986). E no âmbito desses diferentes círculos, a Literatura é sempre posta em questão, seja pela sua aceitação teórica seja pela sua rejeição por parte dos estudiosos, como mostro a seguir:

a) O Círculo Linguístico de Moscou foi criado em 1915 por iniciativa de Roman Jakobson, e em torno dele se reuniam os formalistas russos, que tinham o interesse de aproximar os estudos linguísticos dos estudos poéticos. Segundo Orlandi (1986, p. 35), os formalistas russos “procuravam desmistificar a obscuridade místico-literária da

linguagem poética enquanto ‘linguagem dos deuses’ e analisar as formas do conto, da narrativa, dos poemas populares”;

b) Esse esforço de imbricamento linguístico-literário foi retomado e bastante intensificado posteriormente no Círculo Linguístico de Praga, ainda na primeira metade do século XX (1928), do qual faziam parte alguns dos ex-membros do extinto Círculo Linguístico de Moscou;

c) O desejo de aproximação cede lugar ao desejo de afastamento no Círculo Linguístico de Copenhague, que foi criado em 1931. Os membros desse Círculo pretendiam elaborar uma teoria linguística universal, e nesse afã inclinaram-se em direção à lógica-matemática, num certo radicalismo logicista, excluindo de suas preocupações qualquer referência à literatura. Fato curioso foi o estabelecimento da dicotomia denotação x conotação por Louis Helmslev, para separar de forma definitiva a linguagem da comunicação (denotativa) da linguagem subjetiva e poética (conotação), sendo esta última excluída das preocupações dos linguistas. Sem pretender, o dinamarquês deu uma grande contribuição para os estudos literários posteriores com a criação dessa antinomia, uma vez que o conceito de conotação passou a ser basilar na teoria literária;

d) No Círculo Linguístico de Viena, na intenção de elevar os estudos linguísticos ao patamar do racionalismo da ciência, os pesquisadores desinteressaram-se pelas indeterminações da linguagem, ou seja, deixaram de lado tudo que representava ambiguidade, vagueza, subjetividade em nome de uma escrita científica. Aí não havia lugar para a literatura.

Em relação ao ingresso da linguística no Brasil, por meio das universidades brasileiras, Geraldi (2013, p. 2) dá o seguinte esclarecimento:

Ao contrário do que aconteceu no ambiente francês do estruturalismo e no ambiente russo do formalismo, e na Europa de um modo geral, em que as referências tanto da Linguística quanto dos estudos da Teoria da Literatura eram as mesmas (Todorov, Jakobson, Barthes, Kristeva, só para citar alguns nomes), no Brasil a Linguística foi recebida no campo dos letrados como uma intrusa, tanto que em nossa maior universidade, a Universidade de São Paulo (USP), a cadeira de Linguística pertenceu inicialmente ao Departamento de Estudos Orientais.

Geraldi assinala que a disciplina Linguística chegou às grandes universidades brasileiras, a partir das décadas de 1960-1970, como é o caso das pioneiras USP e UNICAMP, como um campo de estudos mais ligado à Matemática e à Computação. Por conta desse histórico, ocorreu “uma ruptura desnecessária entre os estudos linguísticos e os estudos literários” (GERALDI, 2013, p. 3). É que nesse seu início de percurso no

ensino e na pesquisa brasileira, a Linguística advogou para si o estatuto de ciência dura, em detrimento das demais disciplinas do campo das Letras, que ficaram condenadas ao limbo de um mundo anticientífico. E para entrar no superior universo da “ciência”, a Linguística mandou “para as calendas gregas as questões do significado, que implicam ultrapassar os limites das ordenações sintáticas” (GERALDI, 2013, p. 4).

Dessa forma, historicamente, segundo Fiorin (2008, p. 29), “o campo dos estudos da linguagem tradicionalmente divide-se em, de um lado, os estudos de língua e, de outro, as investigações sobre a literatura”. E foi estabelecida uma disciplina teórica para presidir cada um desses campos: “a linguística para o primeiro e a teoria da literatura para o segundo”. À linguística coube a tarefa de estudar “os mecanismos da linguagem humana por meio do exame das diferentes línguas faladas pelo homem”; já a teoria da literatura recebeu como objeto “a compreensão de um fato linguístico singular, que é a literatura” (FIORIN, 2008, p. 29).

É possível observar como o modelo de exclusividade da área chamada “dura” da Linguística começou a ser minado pela emergência dos estudos advindos da área “fluida”, que capturam para a análise linguística as questões relativas ao discurso e à enunciação, por exemplo. Essa emergência deve-se, em grande parte, ao forte caráter de multiculturalidade dos tempos atuais, um tempo de diálogos múltiplos e de hibridismo cultural.

Amodeo e Pereira (2010, p. 18), refletindo sobre a questão, reconhecem que “o homem contemporâneo tende a se orientar no sentido de encontrar os fios que tecem as diferenças e definem as convergências”. E que “nessa condição, as aproximações – de ideias, pontos de vista, entendimentos – ganham relevância”. Dessa forma, nos tempos atuais, as fronteiras entre os diferentes campos do saber e entre as diferentes manifestações culturais tendem a se diluir. Nesse sentido, “a aproximação entre Linguística e Teoria da Literatura é mais do que uma necessidade: é uma emergência”. Amodeo e Pereira (2010) afirmam ser paradoxal – e lamentável – o afastamento que muitos pesquisadores ainda insistem em manter entre as duas áreas, principalmente no ambiente educacional, considerando ser a língua o ponto natural de encontro entre elas.

1.2 Metáforas que expressam a interface

Neste tópico, trato de três metáforas utilizadas por pesquisadores de Linguística para expressar a interface da Linguística com a Literatura: a concepção de fronteira

entre as áreas, a abordagem da Linguística como guarda-chuva e a ideia da literatura como trapaça linguística. Em seguida, para fechar as considerações, proponho uma nova metáfora, qual seja a da Linguística como poliedro. Adoto esta forma de abordagem por entender que a metáfora é sempre uma estratégia produtiva de pensar, dizer e agir.

1.2.1 A metáfora das fronteiras da Linguística

Geraldi (2013) e Fiorin (2008), ao refletirem sobre a natureza “multiforme” e “heteróclita” da Linguística, valem-se da metáfora das fronteiras territoriais. Essa metáfora, veiculada repetidamente pelos pesquisadores, apresenta a concepção de que

- a) a Linguística é um território;
- b) há outros territórios limítrofes ou vizinhos da Linguística;
- c) as fronteiras podem ser transformadas em espaços de diálogo, de interação.

É essa ideia que Geraldi (2013, p. 5) defende, ao afirmar que

as pesquisas nas fronteiras entre a linguística e outras disciplinas [...] estão nos mostrando o esgotamento do modelo estruturalista. Não é por acaso que um novo campo vem se conformando entre nós nos últimos anos – os estudos bakhtinianos – em que os limites entre sociologia da linguagem, linguística, filosofia e literatura praticamente desaparecem. Esta forte presença das obras do círculo de Bakhtin em nossos estudos nos reaproximam dos campos de que havíamos nos afastado, particularmente dos estudos literários.

Fiorin (2008) é insistente em apontar o caráter plural, multifacetado e interdisciplinar da Linguística, pela sua conformação fronteira. O quadro a seguir permite “visualizar” como o pesquisador percebe parte dos territórios limítrofes da ciência da linguagem:

Se a Linguística estuda: ↓	Ela faz fronteira com a(s): ↓
Os universais linguísticos e as operações mentais que presidem ao funcionamento de todas as línguas, bem como a perda da capacidade de linguagem por lesões no cérebro	Biologia Ciências cognitivas
As diferenças entre as línguas	Antropologia Etnologia
A variação no espaço, como fazem a dialetologia e a geolinguística	Geografia
A variação de grupo social para grupo social	Teorias sociológicas

A variação de uma situação de comunicação para outra	Teoria da comunicação
A mudança linguística e a evolução de uma língua ou de uma família de línguas	História
Aquisição da linguagem	Biologia ou Antropologia, dependendo da posição teórica
A linguagem como um sistema formal	Matemática Computação
As unidades maiores do que a frase, isto é, o discurso e o texto	Retórica, Dialética, Teoria da literatura, História

Quadro 1 – Quadro exemplificativo de algumas das fronteiras da Linguística.

Fonte: A Autora (com base em Fiorin, 2008).

Após apontar esses exemplos das fronteiras linguísticas, em nome de uma política da boa vizinhança com diferentes campos, não somente das ciências humanas mas também das ciências exatas e biológicas, Fiorin assegura que a fronteira linguística mais próxima é com a literatura, sua vizinha mais chegada. Sem esquecer as especificidades de cada um desses dois módulos dos estudos da linguagem, que os tornam claramente distintos, Fiorin (2008, p. 29-30) advoga que eles deveriam operar em diálogo constante:

De um lado, um literato não pode voltar as costas para os estudos linguísticos, porque a literatura é um fato de linguagem; de outro, não pode o linguista ignorar a literatura, porque ela é o campo da linguagem em que se trabalha a língua em todas as suas possibilidades e em que se condensam as maneiras de ver, de pensar e de sentir de uma dada formação social numa determinada época. A literatura é a súpula de toda a produção do espírito humano ao longo da História.

Desenvolvendo essa ideia, Fiorin é categórico ao afirmar que, se entendemos a obra literária como um produto de linguagem que ela de fato é, não há como apartá-la da Linguística. E por outro lado não há nada lógico no fato de o estudioso da Linguística ignorar o fato linguístico da obra literária.

1.2.2 A metáfora da Linguística como guarda-chuva

A interessante metáfora da Linguística como guarda-chuva foi proposta por Carlos Guedelha, em uma palestra proferida no Colóquio de Literatura da Universidade Federal do Amazonas, no primeiro semestre de 2014. Em que consiste tal metáfora? Nas palavras do palestrante:

“A Linguística é um guarda-chuva sob o qual se abriga a Literatura”¹.

Segundo ele, essa metáfora é interessante por ser ainda mais expressiva que a metáfora da fronteira. Na verdade, ela suspende a ideia de fronteira entre a Linguística e a Literatura. As fronteiras da Linguística continuam existindo, evidentemente, mas com outros campos e outras ciências. Mas com a Literatura a Linguística não faz fronteira, uma vez que não se trata de dois territórios limítrofes, mas sim de um “único” território. Melhor dizendo, as duas disciplinas coabitam no mesmo espaço.

Para explicar sua opção pela metáfora do guarda-chuva, Guedelha (2014) extrai do campo da semântica os conceitos de “hiperônimo” e “hipônimo”. Segundo Cançado (2012, p. 32), “a hiponímia pode ser definida como uma relação estabelecida entre palavras, quando o sentido de uma está incluído no sentido de outra”. Ela explica ainda que “a hiponímia é uma relação linguística que estrutura o léxico das línguas em classes, ou seja, pastor-alemão pertence à classe dos cachorros, que, por sua vez, pertencem à classe dos animais”. A relação hiponímica entre os itens lexicais forma uma cadeia, sendo que o item lexical mais específico da cadeia é chamado de hipônimo, enquanto o item mais geral é chamado de hiperônimo. O hipônimo está contido no hiperônimo, que o contém. Dessa forma, no exemplo dado, temos que “pastor-alemão” é hipônimo da cadeia, enquanto o seu hiperônimo é “animais”. A relação de hiponímia é assimétrica, ou seja, o sentido do hipônimo está contido no sentido do seu hiperônimo, mas o inverso não é verdade: o sentido do hiperônimo não está contido no sentido do seu hipônimo, já que o escalonamento se dá do mais geral para o mais específico. Nesse sentido, todo cachorro é um animal, mas nem todo animal é um cachorro (CANÇADO, 2012).

Aplicando esses conceitos à relação entre a Linguística e a Literatura, o palestrante apontou a relação de hiponímia/hiperonímia entre ambas:

a) a Linguística é hiperônima da Literatura, já que a Linguística estuda cientificamente a linguagem humana, e a Literatura é um dos produtos da linguagem humana;

b) a Literatura é hipônima da Linguística, uma vez que, sendo uma questão de linguagem, a obra literária insere-se no universo maior da linguagem;

c) assim sendo, a Literatura está contida na Linguística, que a contém;

¹ Palestra proferida por Carlos Antônio Guedelha, doutor em Linguística, no I CELLI - Colóquio de Estudos da Linguagem e da Literatura, do Mestrado em Letras da Universidade Federal do Amazonas, em março de 2014.

d) numa relação assimétrica (hiponímia), toda obra literária pertence ao universo linguístico, mas nem todo conteúdo linguístico pertence ao universo literário.

É nesse sentido que Guedelha (2014) propõe a metáfora do guarda-chuva – O universo maior da Linguística recobre o universo literário, uma abordagem que está em consonância com o pensamento de Orlandi (1986, p.10): “Para a linguística, tudo o que faz parte da língua interessa e é matéria de reflexão. Tanto a língua oral quanto a escrita”. E também com o pensamento de Proença Filho (2007, p. 7): “O texto literário é, ao mesmo tempo, um *objeto linguístico* e um *objeto estético*”.

Convém citar também o que diz o teórico Jonathan Culler (1999), que, em sua definição da natureza do fenômeno literário, aponta os cruzamentos deste com a dos fenômenos linguísticos, na forma como a Literatura opera:

a) pondo a linguagem em primeiro plano, dando grande visibilidade ao significante;

b) promovendo uma integração da linguagem, possibilitando arranjos linguísticos em todos os componentes da língua, do fonético ao sintático, passando pelo morfológico e pelo semântico;

c) desautomatizando e transfigurando a linguagem para manipular a ficção;

d) articulando construções intertextuais ou metalinguísticas.

Dessa forma, a Literatura instaura no leitor a consciência linguística da existência do texto. É nesse sentido que Amodeo e Pereira (2010, p. 21) admitem que,

para a fruição na leitura do texto literário, é necessário conhecer o texto, compreendê-lo – o que nem sempre o leitor inexperiente, despreparado consegue fazer sozinho. Para a compreensão é preciso depreender os tópicos significativos, descobrir as amarrações linguísticas que os constituem, perceber os efeitos de sentido, fazer inferências sobre as relações do texto com o mundo, consigo mesmo e com os outros.

Volochínov (2013, p. 215) assegura que “ninguém pensa, obviamente, em opor-se à afirmação segundo a qual o estudo da arte verbal necessita do aporte de uma ciência da palavra, isto é, da linguística”. E Jakobson (2010, p. 151) ensina que, “como a linguística é a ciência global da estrutura verbal, a poética pode ser encarada como parte integrante da linguística”.

1.2.3 A metáfora da literatura como trapaça linguística

Foi Roland Barthes (2007) quem apresentou ao mundo a metáfora da literatura como uma espécie de “trapaça linguística salutar”, ao proferir sua aula inaugural da

Cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, em 7 de janeiro de 1977. Demonstrando-se alegre e honrado por ingressar numa escola em que a presença ou a lembrança de pessoas amadas como Michelet, Jean Baruzi, Paul Valéry, Emile Benveniste e Michel Foucault, entre outros, era cultivada com carinho, Barthes inicia sua aula falando sobre o poder, ou os poderes (considerando que, em sua ótica, o poder é sempre plural).

Barthes mostra-se bastante incomodado com a onipresença do poder, que parece ser uma constante em todas as relações sociais e instituições humanas:

por toda parte, de todos os lados, chefes, aparelhos, maciços ou minúsculos, grupos de opressão ou de pressão: por toda parte, vozes “autorizadas”, que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância. Adivinhamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe (BARTHES, 2007, p. 11).

Para ele, o ponto de partida dessa onipresença do poder é justamente a língua, que, além de servir de canteiro para o nascimento do poder, serve também de abrigo para a sua eterna moradia:

Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem — ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva (BARTHES, 2007, p. 12).

Mas há um dilema que atravessa a humanidade, segundo Barthes: numa ponta do dilema está o fato de o ser humano ter ânsias de liberdade. Por isso, a incansável busca de liberdade é uma expressão de humanidade; na outra ponta, reside o fato de que é impossível ser livre na linguagem e, mais especificamente, na língua. Pois “se chamamos liberdade não só a potência de subtrair-se ao poder, mas também e sobretudo a de não submeter ninguém, não pode então haver liberdade senão fora da linguagem” (BARTHES, 2007, p. 15). Como falantes, somos obrigados a emoldurar nossos pensamentos e ideias nas estruturas de uma língua que nos é exterior e que escapa aos nossos escrutínios.

Na língua que falamos, há duas rubricas que se ostentam inevitavelmente: a “autoridade da asserção” e o “gregarismo da repetição”, e “assim que enuncio, essas

duas rubricas se juntam em mim, sou ao mesmo tempo senhor e escravo: não me contento com repetir o que foi dito, com alojar-me confortavelmente na servidão dos signos: digo, afirmo, assento o que repito” (BARTHES, 2007, p. 15). Barthes chega inclusive a assinalar o caráter fascista da língua, nesse aspecto, considerando que “o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” e lembra o comentário feito por Jakobson de que “um idioma se define menos pelo que ele permite dizer do que por aquilo que ele obriga a dizer” (BARTHES, 2007, p. 12).

Portanto, assim está delineado o dilema apontado por Barthes: a necessidade e a busca perene de liberdade pelo homem, que esbarra na irreversibilidade da escravidão a que a língua o sujeita: o homem, ansiando por ser livre, é forçosamente escravo da língua. Qual a saída para o dilema? A saída proposta por Barthes é o que ele denomina de “trapaça linguística salutar”. Essa trapaça é a literatura: “Só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura (BARTHES, 2007, p. 16).

É dessa forma que Barthes apresenta a Literatura como sendo a linguagem não submetida ao poder coercivo da própria língua, porque a linguagem literária é um flagrante exercício de sobrepor-se ao poder, valendo-se da própria língua para isso. E Literatura, para Barthes (p. 16-17), “não é um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever”. Assim sendo, na Literatura ele visa essencialmente “o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro”. Por esse viés, o teórico estima as forças de liberdade que a Literatura comporta, as quais “não dependem da pessoa civil, do engajamento político do escritor que, afinal, é apenas um ‘senhor’ entre outros, nem mesmo do conteúdo doutrinal de sua obra, mas do trabalho de deslocamento que ele exerce sobre a língua”.

Amodeo e Pereira (2010, p. 20) parecem chancelar essa proposta de Barthes, ao destacarem que “o conceito de discurso literário como uma construção que vai além das elaborações linguísticas usuais, porque menos pragmática, marcada essencialmente pela transgressão, favorece a ideia de exercício da liberdade, podendo contribuir para o amadurecimento sensível do indivíduo”.

1.2.4 A metáfora da Linguística como poliedro – à guisa de proposta

Neste tópico, levando em consideração as proposições anteriores, proponho a metáfora da “Linguística como poliedro” para dar conta da realidade das interfaces dos estudos de linguagem. O poliedro é uma figura geométrica que possui diversas faces, entendendo “face” como cada um dos lados de um poliedro. Portanto, a metáfora do poliedro dialoga diretamente com a metáfora das fronteiras, e ambas se complementam. Das muitas faces do poliedro, cada face olha em direção e para além de uma determinada fronteira. É essa concepção que permite falar em “interface”, que pode ser conceituada como:

a) Limite comum a dois corpos, sistemas, fases ou espaços, que permite sua ação mútua ou intercomunicação ou trocas entre eles: interface produção-distribuição, interface gás-líquido;

b) Ponto em que interagem coisas diversas².

Portanto, quando um pesquisador se propõe a desenvolver algum trabalho na interface da Linguística, ele está se situando em uma das faces do poliedro-linguística, mas não apenas acomodando-se nesse *locus*. O fato de posicionar-se ali representa um propósito de operar nos limites, de buscar mecanismos de “intercomunicação”, de “troca”, de “interação” entre campos diferentes.

Das diversas faces do poliedro-linguística, há uma que pode olhar para a Literatura. E quando exercita esse olhar, é comum ter a reciprocidade como resposta, porque de fato a Literatura também é um poliedro, e uma de suas faces inelutavelmente tende a olhar para a Linguística. Jakobson (2010, p. 206-207) já realçava essa interface necessária em um texto considerado clássico:

O linguista, cujo campo abrange qualquer espécie de linguagem, pode e deve incluir a poesia no âmbito de seus estudos. Se existem alguns críticos que ainda duvidam da competência da Linguística para abarcar o campo da Poética, tenho para mim que a incompetência poética de alguns linguistas intolerantes tenha sido tomada por uma incompetência da própria ciência linguística. Um linguista surdo à função poética da linguagem e um especialista de literatura indiferente aos problemas linguísticos são, um e outro, flagrantes anacronismos.

Muitos estudiosos da linguagem costumemente operam nessa interface, como é o caso de Afonso Romano de Sant’Anna, Carlos Alberto Faraco, Cristovão Tezza,

² Conforme o Dicionário Eletrônico no endereço www.dicio.com.br/interface. Acessado em 5/7/2014.

Dominique Maingueneau, Emile Benveniste, Eni Orlandi, Gaston Bachelard, Ingedore Koch, José Luiz Fiorin, Júlia Kristeva, Heronides Moura, Leonor Scliar-Cabral, Leonor Fávero, Luiz Carlos Travaglia, Michel Foucault, Matoso Câmara Júnior, Michel Halliday, Michel Pêcheux, Mikhail Bakhtin, Norma Discini, Oswald Ducrot, Paul Ricoeur, Pierre Bourdieu, Rodolfo Ilari, Roman Jakobson, Sofia Zanotto, Silveira Bueno, Sírio Possenti, Steven Pinker, Tony Berber Sardinha, Tzvetan Todorov, Umberto Eco, Walter de Castro e Wanderlei Geraldi, aqui selecionados aleatoriamente entre tantos outros.

1.3 Contribuições para o debate

A respeito da interface entre a Linguística e a Literatura, Fiorin (2008, p. 52) pergunta se seria possível renovar hoje o diálogo entre a Linguística e a Literatura. Esse diálogo teria chance de acontecer? Ele pergunta. E a resposta, pessimista, ele a dá logo em seguida: nenhuma chance. Porque ele entende que, para que a interdisciplinaridade acontecesse, algumas coisas seriam necessárias: “disposição para mudar hábitos intelectuais, respeito pela diferença, abertura para a alteridade, vontade de abandonar a comodidade de trilhar os sendeiros já batidos”. Além do mais, seria necessário “olhar para os vizinhos de sala sem desprezo; admitir que, em ciência, não há feudo, não há exclusividade; reconhecer a legitimidade do outro para tratar do assunto em que se é especialista”. O problema é que “quando um ponto de vista teórico ou um campo do saber são vistos como a totalidade do conhecimento, como a verdade, estamos longe do discurso científico e muito perto do discurso religioso”. E quando isso acontece – como costuma acontecer – a interdisciplinaridade desaparece do cenário, com o aparecimento de “sumos sacerdotes, dogmas, interdições, excomunhões... a triagem sobreleva a mistura”. Segundo o teórico, é isso que vivemos hoje em nossas “igrejas” universitárias, o que significa detonar qualquer projeto científico em nome de uma “profissão de fé”.

Creio que Fiorin tem alguma razão em seu pessimismo quanto à questão. Todavia, gostaria de ressaltar alguns pontos que julgo oportunos em termos de contribuição para o debate:

a) A ciência linguística, como as demais ciências, não se faz por meio do apagamento do mundo. A alteridade é constitutiva do fazer científico, portanto o outro não pode ser ignorado quando se faz ciência. Na ciência, não há lugar para vestais. Pensando assim, não faz sentido algum os estudos linguísticos e os estudos literários continuarem sendo realizados solenemente de costas uns para os outros;

b) Seria ingênuo ignorar que no intervalo entre a Linguística e a Literatura existem linhas divergentes, pontos de afastamento, recantos de finas especificidades de ambos os lados. Nesses pontos, onde quase sempre a intersecção não é possível, seria um contrassenso tentar “forçar a barra” em direção a um diálogo improdutivo. Todavia, é igualmente um contrassenso o exercício do pedantismo exclusivista, que fecha as janelas para que o diálogo não aconteça onde ele é necessário, em ambos os campos;

c) Se grande parte dos estudiosos tanto da Linguística quanto da Literatura rejeitam a interdisciplinaridade, também não são poucos os que procuram se situar na interface dos dois campos. Há exemplos meritórios desta postura, como é o caso de Bakhtin, Ricoeur e Maingueneau, só para citar alguns nomes entre os muitos. É certo que, nesses estudiosos que acolhem a diferença como elemento enriquecedor de suas abordagens, a produtividade é inegável;

d) Por fim, fica uma questão que parece ser tão pertinente quanto incompreensível: em nome de que convicção, muitos linguistas, cientes da multidisciplinaridade da linguagem, estendem a mão a outras áreas ou ciências, como a Filosofia, a Biologia, a Sociologia, a História, a Matemática, etc., mas rejeitam como uma aberração estender a mão à Literatura, que é contígua à Linguística? E em nome de que convicção muitos literatos, cientes da multidisciplinaridade da Literatura, realizam diálogos constantes com essas mesmas áreas ou ciências, mas fazem questão de fechar os olhos à Linguística, que lhe é coirmã ?

Como vimos, Jakobson chama de “flagrante anacronismo” tanto o linguista indiferente ao campo literário quanto o especialista em Literatura insensível aos problemas linguísticos. Ambos debitam à Linguística ou à Literatura uma incapacidade de diálogo que, na verdade, é uma incompetência deles como pesquisadores, assinala o teórico russo. Quanto a mim, eu faria uma concessão: substituiria a palavra “incompetência” por “desinteresse” em alguns casos, para não ser tão taxativa. Mas manteria a palavra “anacronismo”, que significa algo fora de moda, retrógrado, ultrapassado, obsoleto. E se as coisas de fato são assim mesmo, como preceitua Jakobson, há muitos anacronismos ambulantes transitando em nossas instituições educacionais e de pesquisa.

2 DO PENSAMENTO À LÍNGUA – A METÁFORA CONCEPTUAL

As metáforas geram uma realidade particular, ou seja, aquela que não existe..
(Queneau, *apud* Lima, *A propósito da metáfora*)

Neste capítulo, apresento as principais concepções sobre a metáfora. Primeiramente, destaco a longeva teoria clássica (ou tradicional), iniciada por Aristóteles, o primeiro filósofo a teorizar sobre o fenômeno metafórico, e largamente cultivada ainda hoje. Em seguida, discorro sobre a teoria da metáfora conceptual, criada por George Lakoff e Mark L. Johnson no final da década de 1970, que preconiza a metáfora como a base dos nossos pensamentos e ações, no sentido de que as metáforas estruturam a nossa forma de pensar e definem conceitos que temos sobre as coisas, considerando ainda que agimos com base nesses conceitos. Exploro também a abordagem da metáfora sistemática, defendida pelo crítico literário e retórico britânico Ivor Alexandre Richards, que se ocupa em estudar as expressões metafóricas em uso, dentro de uma ocorrência sistemática, descartando, a princípio, a sua relação com a mente, por fim, reflito a respeito da metáfora gramatical (SARDINHA, 2007), entendida como o uso de um termo utilizado na gramática sistêmico-funcional em referência ao uso de um recurso gramatical que não lhe é intrínseco. Após cotejar as considerações teóricas dessas diferentes correntes, explico a minha opção pela teoria da metáfora conceptual, ou seja, a concepção da metáfora como base do pensamento, como forma de expressão da verdade que está contida na mente do falante, e posteriormente revelada por meio de expressões linguísticas.

2.1 O “ar estrangeiro” da metáfora: concepção retórica e seus desdobramentos

O conceito mais antigo de metáfora na tradição ocidental nasceu com Aristóteles. Segundo ele, a metáfora é vista como um recurso de substituição, empréstimo e transferência, uma forma de dizer uma coisa em termos de outra. A própria palavra metáfora, que vem do grego ‘*metapherein*’, significa ‘transferência’ ou ‘transporte’. Etimologicamente, temos ‘meta’, que se traduz como ‘mudança’ e por ‘*pherein*’ que quer dizer ‘carregar’ (SARDINHA, 2007). Nesse sentido, a metáfora era vista como a transferência de sentido de uma palavra para outra. Observemos, a título de exemplo, a seguinte metáfora que Milton Hatoum (1999, p. 12) utilizou para se referir à modernidade de Manaus no auge do ciclo da borracha:

“[...] Modernidade manca, que certamente tem fundas raízes históricas.”

Chamo a atenção aqui para a expressão “modernidade manca” para caracterizar o desenvolvimento da cidade. O adjetivo “manca” teve o seu sentido original (aleijado, coxo), relativo a animal ou pessoa a quem falta uma perna ou que não pode utilizá-la para seu apoio e locomoção, transferido para a caracterização daquela modernidade, à qual faltava estabilidade e equilíbrio. De acordo com a concepção retórica, ao fazer uso da metáfora o autor expressa com estilo seu discurso, o qual, se verbalizado de outra forma, ou seja, no sentido literal, não teria a mesma expressividade e talvez provocasse outra reação no leitor.

Nessa visão tradicional dos estudos metafóricos, compreende-se a metáfora como um ornamento linguístico, uma forma de enfeitar, embelezar a linguagem, de sair do campo do senso comum e se inserir no campo literário. Sob esse pressuposto, o exemplo citado acima foi escrito metaforicamente apenas para sair da banalidade e se inserir no âmbito artístico, como forma de expressar os sentimentos do escritor e marcar a sua característica particular, além de definir o seu estilo.

Para Aristóteles, em relação ao que se refere ao estilo, há apenas duas modalidades de expressão utilizadas de forma útil, que são os termos regulares e próprios às coisas, e as metáforas. O filósofo é enfático ao afirmar que “não há ninguém que na conversação corrente deixe de fazer uso das metáforas e dos termos regulares e próprios” (ARISTÓTELES, s/d, p. 215).

Na perspectiva aristotélica, a metáfora é posta como algo que não é ensinado ao orador, mas que, pelo fato de seus recursos serem bem menos do que os dos poetas, deve-se atentar cuidadosamente para ela, ou seja, deve-se fazer uso dela. A afirmativa de que a metáfora não é passível de aprendizagem nos leva à seguinte reflexão: se a metáfora é uma questão de estilo e, segundo o autor da Retórica, “tudo o que se refere ao estilo pertence ao âmbito da arte e é passível de ser ensinado” (ARISTÓTELES, s/d, p. 215), a metáfora fugiria a essa regra. Porém, mesmo não sendo possível aprendê-la devemos realizar uma seleção, fazendo com que se ajuste ao sujeito. Nas próprias palavras do autor,

deve-se, portanto, selecionar os epítetos e as metáforas que se ajustam ao sujeito, ou seja, à coisa que possui significado, ao que chegaremos nos orientando pela analogia – se não o fizermos, nos arriscaremos em incorrer em clara impropriedade, porquanto os contrários são particularmente sensíveis ao serem dispostos paralelamente (ARISTÓTELES, s/d, p. 216).

A metáfora seria, então, um elemento que mais contribui para conferir ao pensamento clareza e encanto, qualidades que se concretizam no discurso, sendo ele oral ou escrito. Contudo, seu uso não deve ser aleatório. Existe uma espécie de seleção metafórica realizada pelo orador para conferir ao discurso as virtudes estimadas. Dentre as duas virtudes apresentadas, Aristóteles menciona uma terceira, que na sua visão seria a que mais salta aos olhos, que é o “tom não familiar”, isso porque “(...) as pessoas apreciam o que as impressiona e são impressionadas pelo que foge da rotina vindo de longe” (ARISTÓTELES, s/d, p. 214). Assim, na retórica, teríamos a metáfora cumprindo esse papel, ou seja, atribuindo ao discurso o tom estrangeiro que envolve e encanta o ouvinte, além, claro, de discursar natural e não artificialmente.

A metáfora, nessa teoria, é conceituada como uma questão de linguagem. Pelo fato de seu *locus* ser a própria linguagem. Em outros termos, a metáfora é uma questão primeiramente de linguagem, pois, em um primeiro momento a selecionamos, para em seguida conferir ao pensamento clareza. Nesse sentido, temos a primazia da linguagem sobre o pensamento. A seleção indicada por Aristóteles corresponde ao ajuste das metáforas ao sujeito, ou seja, à coisa que possui significado. Chegaremos a essa seleção por meio da analogia. É esta que nos faz não incorrer em escolha equivocada.

A adoção dessa concepção coloca a metáfora como uma figura de linguagem. Lakoff e Johnson, no entanto, ao formularem a teoria da metáfora conceptual, a qual será abordada a seguir, rompem com a abordagem aristotélica.

2.2 A “virada paradigmática”: a teoria da metáfora conceptual

Foi o pesquisador britânico Ivor Alexandre Richards o precursor da “abordagem interacionista”, a qual rompeu com a visão retórica aristotélica.

Richards criou quatro termos para descrever a metáfora. São eles:

- a) *Tópico*: porção não-metafórica de uma expressão metafórica;
- b) *Veículo*: porção metafórica de uma expressão metafórica;
- c) *Base*: relação entre tópico e veículo;
- d) *Tensão*: refere-se à incompatibilidade entre o Tópico e o Veículo, quando interpretados literalmente.

Para exemplificar o postulado de Richards, apresento a seguinte metáfora criada por Dias (1999, p. 48) quando está historiando a transformação da Manaus quase aldeia em “Paris dos trópicos”. Entre as reformas postas em prática para a nova ordenação da

cidade, disciplinando o seu espaço urbano para a nova realidade, estava a eliminação de tudo que lembrasse a cidade atrasada e feia, ou seja, o

“sepultamento de hábitos e saberes locais e imposições de novos”.

Nessa metáfora de Dias, podemos apontar:

a) Tópico: “eliminação”;

b) Veículo: “sepultamento”;

c) Base: o veículo “sepultamento” indica que ela se refere à “eliminação” dos hábitos e saberes locais como o ato de matar e enterrar, condenar ao total esquecimento os costumes e a memória dos moradores tradicionais da cidade;

d) Tensão: sepultamento diz respeito a uma realidade, enquanto eliminação diz respeito a outra. Pondo os dois termos em uma mesma base, a autora gerou uma tensão que somente pode ser resolvida pelo canal da interpretação metafórica.

A teoria interacionista de Richards postula que a metáfora possui um sentido novo oriundo da interação entre o Tópico e o Veículo da metáfora. Nessa interação não há similaridade entre esses elementos *a priori*. A interação emerge quando criamos a similaridade para dar sentido à expressão, e fazemos isso criando a interação entre o Tópico e o Veículo. Nesse processo de interação, o Tópico passa a receber propriedades relativas ao Veículo, no mesmo momento em que o Veículo passa a receber propriedades relativas ao Tópico. A esse respeito, Sardinha (2007, p. 30) comenta que “criamos, então, mentalmente um sistema de relações onde não havia nenhuma, para podermos dar conta da metáfora”.

A teoria interacionista da metáfora iniciada por Richards foi consolidada posteriormente pelo filósofo Max Black, que aprofundou as noções apresentadas por Richards e fundou a “teoria da interação”. A metáfora deixa de ser vista como um recurso ornamental da linguagem e perde seu estatuto substitutivo. A metáfora é produtora de conhecimento e, por conta disso, não pode ser parafraseada. É da interação entre o Tópico e o Veículo que vai emergir um sentido novo, como um novo conhecimento. Em “sepultamento de hábitos e saberes locais”, “eliminação” é o tópico e “sepultamento”, o veículo, ou termo metaforizado. A interação, aí, diz respeito à relação de similaridade estabelecida entre o tópico e o veículo. Segundo a visão interacionista, essa similaridade não existe no mundo, ela é forjada na própria metáfora. Ou seja, entre eliminação de hábitos e saberes (ação político-administrativa) e sepultamento (ação de

enterrar defuntos) não existe qualquer similaridade antes de a metáfora forjar essa similaridade.

É por isso que a metáfora não pode ser parafraseada, segundo essa teoria. Sendo um acontecimento sem correspondente no mundo, não existe paráfrase para ela. Qualquer paráfrase de uma metáfora implicaria perda de conteúdo cognitivo e semântico. Como diz Guedelha (2013, p. 144),

pela ótica de Black, o efeito de sentido da metáfora escapa aos rótulos e regras convencionais que aprisionam o literal, e disso decorre que as sentenças metafóricas são essencialmente multívocas quanto ao sentido. Além de serem altamente sugestivas, as metáforas têm igualmente sua necessária margem de ambiguidade.

Em sua contribuição para a teoria interacionista, Black criou também os termos “foco” e “moldura”. Foco é a parte metafórica, enquanto moldura é a parte não metafórica. Na realização da metáfora, pelo menos uma palavra é metafórica, da mesma forma que pelo menos uma palavra é literal. Assim sendo, quando acessamos uma metáfora como a de Dias (1999, p. 46): “Para os administradores locais, sendo Manaus o coração do Amazonas, tudo deverá ser feito no sentido de saneá-la, embelezá-la [...]”, Temos que “coração” constitui o foco, enquanto “Manaus” e “Amazonas” compõem a moldura. Manaus, entendida como o coração do Amazonas, é apresentada em sua importância vital para o Estado, devendo, por conta disso, ser objeto das mais variadas intervenções da “modernidade”.

Quanto à teoria interacionista, passando por Richards e Black, apesar das inovações apresentadas, se comparadas à teoria aristotélica, é possível observar que o *locus* da metáfora não deixa de ser a linguagem. Pelo contrário, a linguagem continua sendo o lugar da metáfora, embora seja um lugar secundário, pela seção do espaço ao pensamento. De acordo com Guedelha (2013, p.145),

A ruptura da teoria interacionista com o paradigma tradicional não foi, na verdade, uma ruptura integral, embora, à primeira vista, isso pareça acontecer. Mas o *locus* da metáfora, em certa medida, continua sendo a linguagem. Em outras palavras, a abordagem interacionista situa-se em uma fronteira fluida, tendo um pé no pensamento e outro na linguagem, apesar de que esta fica em segundo plano.

A verdadeira “mudança paradigmática”, em que o pensamento assume o *locus* da metáfora, passando a ocupar o lugar primário nos estudos metafóricos, ocorre em 1980, com os autores George Lakoff e Mark Johnson. A esse respeito Guedelha (2013, p. 145) explicita que

O deslocamento da metáfora do âmbito da linguagem para o âmbito do pensamento, a verdadeira “virada paradigmática”, apontada por Zanotto, Moura, Nardi e Vereza (2002), só se verificaria de forma definitiva posteriormente, em 1980, com a teoria da metáfora conceptual, elaborada por George Lakoff e Mark Johnson, quando da publicação do livro-marco *Metaphors we live by* (traduzida para o português em 2002, com o título *Metáforas da vida cotidiana*).

A teoria da metáfora conceptual originou-se no campo da linguística cognitiva, a partir do momento em que Lakoff e Johnson, inseridos em um grupo de pesquisa, debatiam a veracidade da afirmativa de que a linguagem, assim como o pensamento, era inerentemente literal, ou seja, se conseguíamos nos comunicar e entender uns aos outros, por meio da linguagem, era porque usávamos a linguagem literal no nosso dia a dia (LENZ, 2013). A primazia da afirmação da existência da linguagem literal sobre qualquer outro tipo de linguagem, por muito tempo ocupou o ápice dos estudos na área da semântica, até que surgiu o grupo acima citado, cujos pesquisadores discordaram dessa concepção de comunicação, a qual reduzia a linguagem e o pensamento aos seus aspectos inerentemente literais, engessada e pré-determinada pelos sentidos próprios dos signos linguísticos.

Martelotta e Palomanes (2012, p. 177) confirmam essa delimitação da análise linguística de perspectiva gerativista, ao afirmar que “os gerativistas privilegiaram em suas análises a busca de aspectos linguísticos universais, deixando de lado, portanto, as questões sociais e interativas que caracterizam, de modo mais localizado, o uso concreto da língua nas situações reais de comunicação”. É importante ressaltar que o grupo em que Lakoff estava inserido rompeu com esse postulado de perspectiva gerativista, originado com as teorias do linguista norte americano Noam Chomsky, o qual preconiza, dentre outras proposições, a atuação independente dos módulos da mente (cada módulo responde pela estrutura e desenvolvimento de uma forma de conhecimento).

Essa perspectiva, pautada exclusivamente na Linguística Gerativa, exclui da análise linguística todos os elementos externos ao homem, como, por exemplo, o contexto, a situação, o próprio corpo humano (corpo e mente, aqui, são elementos indissociáveis), etc., restando à análise a explicação dos padrões linguísticos por meio de propriedades estruturais internas e específicas da língua. Na contramão dessa corrente, emerge, na área denominada Linguística Cognitiva, o grupo de estudiosos interessados na relação entre linguagem e pensamento, preocupados em examinar a relação da estrutura da mente com áreas externas à linguagem, como por exemplo, os

princípios e mecanismos cognitivos não específicos à língua, incluindo os princípios de categorização humana; princípios pragmáticos e interacionais; e princípios funcionais em geral, tais como iconicidade e economia, o grupo buscou na área da ciência cognitiva a justificativa para muitos ideais sugeridos.

É nesse grupo de estudiosos que vemos destacado o nome de George Lakoff, entre os iniciadores da Linguística Cognitiva. Apresentam-se nessas pesquisas novos conceitos como os de conhecimento (a partir das experiências no mundo), sentido (como sendo *entidades conceptuais*), projeção (conexões entre domínios cognitivos), mesclagem (conexão entre diferentes domínios conceptuais), etc. Lenz (2013, p. 38) destaca que eclodem, nesse momento, “três dos grandes achados das ciências cognitivas com grandes repercussões para os estudos linguísticos e filosóficos”, que, segundo, Lakoff e Johnson, são: “a mente é inerentemente corpórea, o pensamento é de modo geral inconsciente e os conceitos abstratos são em grande parte metafóricos” (LENZ, 2013, p. 38).

Antes de iniciar a teoria de Lakoff e Johnson, retomemos a questão da linguagem como inerentemente literal. Segundo Lenz (2013, p. 31-32), temos, como consequência da tradição do estudo da linguagem literal, enraizada em nossos conceitos, algumas verdades que julgamos como incontestáveis.

a linguagem usada para falar de coisas comuns e corriqueiras é essencialmente literal; a linguagem técnica ou científica é e deve ser literal; a linguagem figurada só é encontrada em textos literários; a habilidade de falar metaforicamente requer habilidades cognitivas e linguísticas especiais, diferentes das empregadas na vida cotidiana; as asserções figurativas ou poéticas são distintas do conhecimento verdadeiro, por isso devem ser evitadas em certos tipos de linguagem.

Surge, a partir dessas “assertivas”, uma série de afirmações a respeito da linguagem humana. Uma delas, possivelmente a mais divulgada, é de que se deve evitar o uso de metáforas na linguagem literal, uma vez que a linguagem é independente da cognição, e a linguagem figurativa é apenas um embelezamento da linguagem literal, com pouco valor cognitivo. Essa visão tradicionalista mantém relação direta com a visão aristotélica apresentada no item 2.1 deste capítulo.

Lakoff e Johnson (2002) não somente rompem com essa perspectiva literal da linguagem, mas também instituem novos conceitos para velhos termos. Primeiro, intitulam de mitos os conceitos de objetividade e subjetividade, e em seguida apresentam o conceito experientialista; segundo, derrubam a defesa da existência de uma verdade objetiva, absoluta, e adotam uma verdade relativa, baseada na

compreensão e experiência humana; terceiro, explicam, baseando-se na teoria da metáfora conceptual, as inadequações e limitações dos mitos; por fim, mostram que por não considerarem o sentido e a compreensão humana, excluem uma série de elementos importantes para o estudo da linguagem. Todavia, os próprios autores alegam não usar o termo “mito” com valor pejorativo. Eles afirmam que os “mitos oferecem-nos maneiras de compreendermos a experiência; eles organizam nossas vidas. Como as metáforas, os mitos são necessários para fazer sentido do que se passa ao nosso redor.” Vão além, ao dizer que “todas as culturas têm mitos e as pessoas não podem viver sem eles assim como não podem viver sem metáforas” (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 294).

As primeiras tensões entre a objetividade e a subjetividade surgiram, na cultura ocidental, com a filosofia grega. Platão e Aristóteles, por exemplo, situavam-se em polos opostos: aquele defendia a verdade; este, a arte. A arte era vista por Platão como uma ilusão e uma aliada da retórica, por meio da sua ligação com a poesia e o teatro, sendo que tanto a poesia quanto a retórica não eram bem vistas por ele. Como consequência, a poesia foi banida da República de Platão. A arte poética, segundo o filósofo, não oferecia nenhuma verdade por si mesma, somente atiçava as emoções e cegava a espécie humana para a verdade real, a verdade absoluta que ele postulava. Aristóteles, por sua vez, atribuiu um valor positivo à poesia, incentivando o uso adequado de formas poéticas e enfatizando que melhor ainda era ser um mestre da metáfora, isso porque elas (as metáforas) produziam um conhecimento novo, enquanto aquelas (as palavras comuns) transmitiam somente o que já sabíamos.

Surgiram assim os mitos do objetivismo e do subjetivismo. Quem quisesse ser conduzido à ilusão, que usasse a linguagem subjetiva, pois esta revela a imaginação e a emoção do falante, conduzindo-o para longe da verdade e na direção da ilusão. Por outro lado, quem quisesse ser conduzido a verdades absolutas e incondicionais sobre o mundo, teria de fazer uso da linguagem literal, pois esta estaria verdadeiramente externando a real capacidade que o indivíduo tem de raciocinar. Nessa visão, o sentido de um objeto é independente de seu uso, uma vez que o objeto possui propriedades inerentes definidas, independentemente da experiência do ser com esse objeto. Nessa percepção, a interação homem x objeto é excluída.

Assim sendo, até a criação da proposta experiencialista, fornecida por Lakoff e Johnson (2002), a saída do objetivismo é o subjetivismo. Da mesma forma, a saída do subjetivismo é o objetivismo. No entanto, os autores lançam uma terceira opção, a percepção experiencialista, denominada de mito experiencialista, no qual, a partir do

corpo humano e da interação com os elementos presentes no mundo, o indivíduo constrói o sentido fornecido por essa relação, e a noção de verdade surge da sua experiência com tal elemento. Nesse sentido, a proposta experiencialista afasta-se dos dois mitos basicamente por duas questões:

a) Não acreditar na existência de uma verdade absoluta, que caracteriza o mito do objetivismo;

b) Rejeitar a ideia romântica de que a compreensão humana não sofre nenhuma restrição, que caracteriza o mito do subjetivismo.

Lakoff e Johnson (2002, p. 344-345) explicam a importância e as limitações contidas nesses mitos: primeiramente, a respeito do mito do objetivismo, eles afirmam que

de acordo com o mito experiencialista, o conhecimento científico ainda é possível. Mas desistir do postulado da verdade absoluta poderia tornar a prática científica mais responsável, uma vez que haveria uma consciência geral de que uma teoria científica pode esconder ao mesmo tempo que revela. Uma noção geral de que a ciência não produz a verdade absoluta sem dúvida mudaria o poder e o prestígio da comunidade científica bem como as práticas financiadoras do governo federal. O resultado seria uma avaliação mais racional do que é o conhecimento científico e de quais são suas limitações.

Em relação ao mito do subjetivismo, eles continuam afirmando que

o que legitimamente motiva o subjetivismo é a consciência de que o sentido é sempre para uma pessoa. O que tem sentido para mim é uma questão do que é importante para mim. E o que é importante para mim não dependerá somente de meu conhecimento racional, mas também de minhas experiências passadas, de meus valores, de meus sentimentos e de meus *insights* intuitivos. O sentido não é pré-determinado; é uma questão de imaginação e uma questão de coerência construtiva. A ênfase objetivista em atingir um ponto de vista universalmente válido deixa escapar o que é importante, revelador e coerente para o indivíduo.

Assim, Lakoff e Johnson (2002, p. 302) afirmam o motivo de seus estudos direcionados à metáfora. A razão de eles a focalizarem tanto “é que ela une a razão e a imaginação”.

Daqui por diante, recorro à teoria da metáfora conceptual, proposta por Lakoff e Johnson (2002), segundo a qual a metáfora funciona como base do pensamento humano. Dizendo de outra forma, para esses teóricos o pensamento humano tem base metafórica. Assim sendo, a metáfora funciona como forma de expressão da verdade que está contida na mente do falante, e posteriormente é revelada por meio de expressões linguísticas.

As expressões linguísticas, segundo a teoria conceptual, são uma forma de verbalizar o pensamento que se tem a respeito daquilo que se profere. O conceito que essa abordagem traduz está expresso na compreensão do próprio nome da teoria – conceptual –, que traduz a noção de concepção, porque conceitualiza alguma coisa (SARDINHA, 2007). Nesse sentido, a metáfora sempre dá um conceito de algo.

É interessante observar que a metáfora, segundo essa visão, deixa de ser algo individualizado, característico de um gênio, para possuir uma generalização mais evidente e presente nos falantes, tendo uma natureza absolutamente mundana. Esse conceito distancia-se sensivelmente da concepção retórica da metáfora, cultivada desde Aristóteles, cujo *locus* é a linguagem. Para a teoria conceptual, o *locus* da metáfora deixa de ser a linguagem e passa a ser o pensamento. E, para externar esse conceito contido no pensamento, o falante se vale de expressões metafóricas, que têm a função de verbalizar tais conceitos.

Nesses termos, os autores da teoria conceptual explicam que a metáfora não é somente uma questão de linguagem, de palavras, mas é também – e principalmente – uma questão de pensamento e de ação, pois, nessa concepção, o pensamento humano é de base metafórica e, além disso, as metáforas norteiam nossas ações. Pensamos por meio de metáforas e agimos com base nelas.

Em Lakoff e Johnson (2002), a metáfora é vista como algo que está contido em nosso pensamento, por estar enraizado em nossa cultura. E para se comunicar, compreender, ser compreendido e entender o mundo, o indivíduo precisa dominar essas metáforas, compartilhar tal conhecimento, caso contrário a comunicação é afetada semanticamente, prejudicando a interação social nas situações mais triviais.

A metáfora está enraizada na cultura. Por essa razão, no entendimento de Lakoff e Johnson (2002), quando utilizamos uma metáfora, o fazemos por ser ela o único recurso de que dispomos para externar o conceito que está em nosso pensamento e que queremos verbalizar. Conforme já demonstrei na página 31, toda metáfora é irrepetível, não podendo, portanto, ser parafraseada sem perda de conteúdo cognitivo e semântico. Parafrasear uma metáfora implicaria dizer uma coisa diferente do que ela diz em sua essência, daí o seu caráter de unicidade.

Para Lakoff e Johnson (2002, p. 45), não se usa a metáfora como uma forma de ornamentação linguística, como queriam os estudiosos da concepção retórica da metáfora. Ela está presente em nossa vida diária, desde as atividades mais simples até as mais complexas:

A maioria das pessoas acha que pode viver perfeitamente sem a metáfora. Nós descobrimos, ao contrário, que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação (...). Os conceitos que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. Eles governam também a nossa atividade cotidiana até nos detalhes mais triviais. Eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas.

Para exemplificar como o conceito pode ser metafórico e estruturar o pensamento cotidiano, cito o conceito de *TEATRO* pela metáfora *MANAUS É UM TEATRO*. Essa metáfora foi usada por Márcio Souza (2010, p. 116), no livro *A expressão amazonense*, ao discorrer sobre a Manaus do apogeu da borracha. Em dado momento, assim ele descreve a cidade: “Uma cidade que não é verdadeiramente cidade, mas decoração, cenografia, palco ideal para a reificação colonialista”. Para ele, aquela Manaus era um teatro, em cujo palco se perpetuava o espetáculo do capital e do colonialismo inglês. No capítulo de onde foi extraída, “A vida como em Vaudeville”, essa metáfora já está presente no próprio título e se desdobra por todo o texto. Desta forma, vê-se a metáfora traduzindo o que está em seu pensamento de Souza sobre a cidade, a sua maneira de enxergá-la, de mostrá-la ao mundo. As expressões metafóricas diversas cumprem o papel de traduzir o conceito que está contido na memória do autor e de seus leitores.

A metáfora sempre relaciona dois domínios diferentes da realidade: o domínio-fonte e o domínio-alvo. O termo “domínio” é utilizado para definir as diferentes áreas do conhecimento ou experiência humana. Assim, a metáfora conceptual pode ser sempre representada pela estrutura *DOMÍNIO-ALVO É DOMÍNIO-FONTE*. Vejamos a metáfora *MANAUS É UMA VITRINE*, utilizada por Mesquita (2009). Nessa metáfora, temos que

a) O *domínio-fonte* é aquele a partir do qual conceitualizamos alguma coisa metaforicamente. No caso da metáfora exemplificada acima, o comércio é o domínio-fonte;

b) O *domínio-alvo* é aquele que desejamos conceitualizar. Esse é o domínio mais abstrato. No exemplo que estamos analisando, o domínio-alvo é o espaço urbano.

c) E, por fim, as *expressões metafóricas*, que são as expressões linguísticas através das quais a metáfora conceptual se concretiza na língua. Por exemplo: em “embelezamento da cidade”, “cidade para ser mostrada”, “cidade para ser admirada”, “estrutura de uma vitrine”, “vender a imagem de uma cidade moderna”, temos

expressões linguísticas que atualizam a metáfora de Manaus como sendo uma vitrine do progresso e da virtude.

Para efeito de um estudo mais acurado, Lakoff e Johnson (2002) e Sardinha (2007) especificam os seguintes tipos de metáforas:

a) *Metáforas estruturais*: são aquelas que resultam de mapeamentos complexos, que marcam a relação entre domínio-fonte e domínio-alvo. Essas metáforas estruturam o pensamento e condicionam a ação do falante. É o caso da expressão ‘um deserto imenso’, usada por Euclides da Cunha, na minissérie *Desejo*, da rede Globo de televisão, quando ele se refere à Amazônia. A essa expressão metafórica subjaz a metáfora *AMAZÔNIA É UM DESERTO*, que é formada por mapeamentos entre a selva e o vazio, a floresta, vasta e grande e o nada, o inabitável. As metáforas estruturais, como se vê, são conceituais, pois mapeiam um conceito que já está estabelecido culturalmente.

b) *Orientacionais*: são as que envolvem uma direção e que são gerais, tendo como base a corporeidade. Por exemplo: *FELIZ É PARA CIMA, TRISTE É PARA BAIXO; ou BOM É PARA CIMA, RUIM É PARA BAIXO*; etc. Segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 60), essas orientações ocorrem devido aos corpos que temos e a forma como ocorrem esses movimentos. Os autores afirmam que “tais orientações metafóricas não são arbitrárias.” Elas têm uma base na nossa experiência física e cultural. Embora as experiências com as posições binárias para cima – para baixo, dentro – fora etc. sejam físicas em sua natureza, as metáforas orientacionais baseadas nelas podem variar de uma cultura para outra. Um exemplo desse tipo de metáfora ocorre quando falamos sobre a história de Manaus, afirmando que, após ter sido uma vila, ela foi “elevada” à categoria de cidade. Ou que a cidade entrou em “depressão” econômica após o “declínio” do ciclo da borracha.

c) *Ontológicas*: são as metáforas que não estabelecem os mapeamentos, apenas concretizam algo abstrato. E essa concretização é expressa em termos de ‘entidade’, que pode ser contada, ou medida, etc. um dos casos mais evidentes de metáfora ontológica é a personificação, sendo que a entidade identificada é uma pessoa. É o que acontece no seguinte fragmento de *As folhas do látex*, de Márcio Souza (2007, p. 43): “A bela Amazônia [...] certamente não é uma pobre ingênua. Teve seus enteveros de amor com o guapo Orellana, perdeu-se pelo determinado Pedro Teixeira, já que o sotaque do Minho lhe é irresistível”. Temos aí uma metáfora ontológica, em que *MANAUS É UMA PESSOA* ou, de forma mais especializada, *MANAUS É UMA MULHER*. Especializando ainda mais a metáfora ontológica, temos que *MANAUS É UMA MULHER VOLÚVEL*.

Na teoria da metáfora conceptual, a metáfora é compreendida como um fenômeno cognitivo. O conceito metafórico é visto como primordial e está contido na mente do falante, por meio do pensamento. A partir desse pensamento, deriva-se a expressão linguística através da fala ou da escrita. É importante compreender que, nessa visão, a expressão linguística é subordinada à representação mental, além de ela ser também corporificada, pois, de acordo com essa teoria, o corpo humano é a base ou a fonte de muitas metáforas cognitivas. Logo, tanto o conceito metafórico, contido na mente, quanto o corpo humano que é a base ou a fonte das metáforas, são primordiais para o estudo das metáforas.

2.2.1 Metáfora x metonímia

As fronteiras entre a metáfora e a metonímia não podem ser negligenciadas. Já que ambas são de naturezas diferentes. Um bom contraponto entre as duas foi estabelecido por Castro (1978, p. 27) nos seguintes termos:

na metonímia, o processo se desenvolve num só campo sêmico, ou seja, os dois termos que entram em relação pertencem ao mesmo campo, um substituindo o outro na expressão. A associação se estabelece pela contiguidade entre esses dois termos, fazendo substituir a “etiqueta linguística” desse campo pela etiqueta de um dos seus semas. Já na metáfora a associação se faz entre semas de dois campos sêmicos distintos, estabelecendo a assimilação entre os dois conceitos assim unificados sob mesmo critério.

Como se vê, a metonímia opera de forma diferente da metáfora. Enquanto esta funde dois diferentes domínios da realidade, aquela restringe-se a um único domínio, relacionando subdomínios desse domínio selecionado.

Sardinha (2007, p. 23), explica que metáfora e metonímia

são parecidas, dado que em ambas há uma ligação entre duas coisas. Por exemplo: Ele leu Machado de Assis / Ele leu os meus pensamentos. No primeiro caso, a expressão faz uma ligação entre um autor e a obra escrita por ele. No segundo caso, há ligação entre pensamentos e um texto escrito. O primeiro caso é um exemplo clássico de metonímia, enquanto o segundo é de metáfora.

Daí se afirmar que a metonímia ocorre por uma relação de contiguidade, diferentemente da metáfora, que se funda na similaridade. Nesse sentido, comparemos os enunciados a seguir:

- (A) O mundo inteiro cobiçava o **ouro branco** da Amazônia;
- (B) **Manaus** saudou efusivamente a chegada do poeta Gonçalves Dias.

O enunciado (A) é um modelo de expressões metafóricas que traduzem a metáfora *LÁTEX É OURO*. A expressão “ouro branco” foi usada metaforicamente para expressar a ideia de alta valorização. No caso, o domínio-alvo é o do extrativismo, e o domínio-fonte é o dos metais.

Em (B), temos uma metonímia, porque não são relacionados dois domínios diferentes, mas um domínio (cidade) e um dos seus subdomínios (habitantes). Nesse uso metonímico da linguagem, a cidade substitui os seus habitantes.

Como se vê, a metonímia articula uma cena do mundo: há, no mundo, a relação entre uma cidade e seus habitantes; por outro lado, a metáfora forja uma cena que não existe no mundo: não há, no mundo, uma cena em que empiricamente o látex seja um metal.

Paul Ricoeur (2005, p. 205-206), em seu livro *A metáfora viva*, entende que a distinção entre essas duas figuras – ele se refere tanto à metáfora quanto à metonímia como figuras – não é baseada somente na inspiração do associacionismo. Pelo contrário, o autor afirma que essa simetria é “demasiado enganadora”, fazendo a seguinte alegação a esse respeito:

(...) somente a metonímia pode ser tratada puramente como um fenômeno de denominação: **uma palavra no lugar de outra**; neste sentido, somente ela satisfaz uma **teoria da substituição**, porquanto somente ela está contida nos limites de denominação. A metáfora não difere da metonímia porque a associação se faz aqui por semelhança no lugar de se fazer por contiguidade. Ela difere pelo fato de que opera sobre dois registros, o de predicação e o de denominação, e só opera sobre o segundo porque opera sobre o primeiro (...) (negrito meu).

As afirmações em negrito vão de encontro à visão de Aristóteles apresentada anteriormente, pois para ele a metáfora se enquadrava na teoria da substituição. Contudo, a metáfora prevalece sobre a metonímia, não pelo modo de associação que ambas desempenham, mas pelas operações predicativas que as metáforas põem em jogo, enquanto as metonímias as ignoram. Como enfaticamente salienta Ricoeur (2005, p. 206):

Não é porque a contiguidade é uma relação mais pobre que a semelhança, ou ainda porque as relações metonímicas são externas, dadas da realidade, e os equivalentes metafóricos criados pela imaginação, que a metáfora prevalece sobre a metonímia, mas porque a produção de uma equivalência metafórica põe em jogo operações predicativas que a metonímia ignora.

É notório que, tanto em Ricoeur como em Lakoff e Johnson, à metáfora é atribuída a relação associativa de dois aspectos, sendo eles classificados em

denominação e predicação por Ricoeur, e domínio-fonte e domínio-alvo por Lakoff e Johnson, enquanto à metonímia cabe a denominação e a associação de subdomínios de um mesmo domínio, conforme os respectivos autores.

2.3 A recorrência metafórica: a teoria da metáfora sistemática

A pesquisadora inglesa Lynne Cameron iniciou uma corrente de pesquisa com a metáfora sistemática. De acordo com Sardinha (2007), essa vertente ainda não possui pressupostos teóricos para ser denominada de teoria, e a sua nomenclatura também não está definida. Ela, às vezes, recebe o nome de abordagem discursiva ou metáfora em uso. Porém, algumas de suas características merecem observação, por se tratar de uma proposta que diverge radicalmente em pontos fundamentais da teoria da metáfora conceptual. Entre os pesquisadores que influenciaram essa abordagem estão Ivor Alexandre Richards, Mikhail Bakhtin, Lev Vygotsky, John Rupert Firth e John McH. Todos esses estudiosos ou criaram conceitos novos ou incorporaram conceitos já existentes para o estudo e a sustentação da abordagem.

O principal contraste dessa proposta com a teoria conceptual é o seu *locus*. Na visão dos systematicistas, o ponto de partida para o estudo da metáfora são as metáforas recorrentes, ou seja, aquelas que ocorrem com maior frequência. As metáforas sistemáticas são diagnosticadas quando o pesquisador analisa *corpora* que indicam a recorrência da metáfora, pois é justamente essa recorrência que indica se os participantes da interação verbal as estão ativando. Desta forma, a metáfora em uso passa a ter primazia. Portanto, nessa abordagem o uso metafórico deve ser estudado antes de qualquer outro ponto, e a questão do pensamento é posta para análises secundárias. O estudo deve ser realizado após a ocorrência de situações reais e recorrentes do evento-discursivo em questão. Desta forma, essa abordagem defende o oposto da teoria conceptual, uma vez que aquela dá atenção primordial ao pensamento, e esta, ao uso. Para usar os termos da teoria conceptual, essa abordagem valoriza em primeira instância as expressões metafóricas.

O surgimento dessa proposta deu-se devido a algumas convergências a respeito do funcionamento da mente. Para os systematicistas, algumas afirmações feitas pelos cognitivistas (a cognição é o foco dos estudos da teoria conceptual) a esse respeito ainda não foram provadas. Sendo assim, a metáfora sistemática observa a necessidade da

ocorrência sistemática de metáforas linguísticas para poder alegar que alguma metáfora está sendo usada em determinado contexto. Os principais conceitos dessa abordagem são:

a) *Metáfora sistemática*: “É uma formulação metafórica abstrata que resume uma série de metáforas linguísticas usadas por um indivíduo ou grupo de pessoas em determinado contexto” (SARDINHA, 2007, p. 38-39). Um bom exemplo é a expressão metafórica, já citada anteriormente, relativa ao “sepultamento de hábitos e saberes locais e imposições de novos” na construção de uma Manaus ao gosto europeu. A expressão metafórica permite concluir que, tendo em vista as novas funções estabelecidas para Manaus, no sentido de ser o centro da movimentação comercial e financeira do mercado extrativista do látex, ponto de atração de gente endinheirada do mundo inteiro, a cidade teria forçosamente que ser objeto de uma total transformação, com o arrasamento da cultura tradicional dos seus habitantes. Subjaz no exemplo a metáfora *BOM É SER MODERNO*. De acordo com o estudo sistemático, essa metáfora só pode ser estudada e considerada nesse contexto discursivo (o contexto das políticas de transformação da cidade em Paris dos Trópicos), mas em outro contexto discursivo teria valor diferente, portanto traduziria pensamentos diferentes a respeito da mesma metáfora. Talvez para outras pessoas, em outros contextos (como o contexto do enraizamento cultural dos nativos), uma cidade seria boa se as pessoas tivessem sua cultura respeitada e preservada, aí sim, seria uma cidade boa para se viver. Assim, ter-se-ia outra expressão metafórica, “as tradições preservadas”, que corresponderia a *BOM É SER TRADICIONAL*. Portanto, para os estudiosos da metáfora sistemática, o estudo da metáfora está condicionado à sistematicidade da sua ocorrência e ao contexto-discursivo.

b) *Metáfora processual*: Processual aqui se refere a processo mental. A metáfora processual pode ser compreendida como uma palavra, frase ou expressão que sabemos ter sido entendida por alguém como uma metáfora. Tomemos o exemplo no qual Euclides da Cunha diz que *A AMAZÔNIA É UM DESERTO*. Euclides pensou na região como um espaço deserto de gente, desabitado, e deixou isso claro em diversos textos que escreveu (GUEDELHA, 2013). Assim sendo, temos aí uma metáfora processual, caso contrário teríamos uma metáfora linguística, que se classificaria como processo não mental.

c) *Metaforema*: “É uma metáfora linguística que possui uma forma estável e recorrente e se associa regularmente com um sentido semântico e pragmático”

(SARDINHA, 2007, p. 41). Nesse sentido, entende-se que se trata de uma expressão que possui um valor indesejado, estável e recorrente. No exemplo *FELIZ É PARA CIMA* e *TRISTE É PARA BAIXO*, temos valores do tipo: estou para cima hoje – hoje estou para baixo. Esses padrões ‘para cima’ e ‘para baixo’ indicam experiências passadas, no caso ‘para baixo’ é uma experiência indesejada, que se deseja evitar. Logo, trata-se de um metaforema, já possui um sentido semântico (experiências passadas) e pragmático (algo indesejado, que se deseja evitar). No caso da história de Manaus, teríamos os metaforemas relativos aos períodos de “apogeu” econômico (*BOM É PARA CIMA*) e “depressão” econômica (*RUIM É PARA BAIXO*) da economia gomífera.

Listo a seguir as principais características dessa abordagem. A começar pela compreensão do termo metáfora, como um termo que representa o estudo da ‘metáfora em uso’, que se configura como verbal e concreta. A ênfase dada à metáfora, aqui, ocorre no ambiente sociocultural, coletivo e concreto, e o seu foco está centrado no uso linguístico, não no pensamento, como defende a abordagem conceptual. Essa abordagem também possui uma tendência particularizante de grupos ou indivíduos específicos, conseqüentemente um interesse pelo local de ocorrência para a compreensão da utilização das metáforas em seus contextos reais de uso. Portanto, o uso tem precedência sobre o pensamento.

2.4 A não congruência no sistema linguístico: a teoria da metáfora gramatical

O termo “metáfora gramatical” é próprio da linguística sistêmico-funcional. Ele se refere ao uso de um recurso gramatical, o qual exprime uma função que não lhe é própria. Ao usar um termo no lugar de outro, por exemplo, temos uma metáfora gramatical, isso porque o nome perdeu o seu sentido literal durante essa passagem para assumir outro. Por exemplo: em “sepultamento de hábitos e saberes locais e imposições de novos”, os substantivos assumem as funções dos verbos, isto é, em vez de “sepultar” e “impor”, usou-se “sepultamento” e “imposição”, configurando uma metáfora gramatical. Segundo Sardinha (2007), e outros autores, essa passagem do verbo para o substantivo é chamada de nominalização, resultando no processo metafórico, pois os substantivos “sepultamento” e “imposição” não seriam literalmente substantivos, mas metáforas dos respectivos verbos.

Um termo também bastante conhecido nos estudos sobre a metáfora é “metáfora lexical”, contudo não devemos confundir metáfora gramatical com metáfora lexical, porque de acordo com essa teoria e com os estudiosos do campo da linguística sistêmico-funcional, a metáfora lexical indica o uso metafórico que se realiza sem nenhuma alteração no sistema gramatical, diferentemente da metáfora gramatical, em que ocorre o oposto, ou seja, há alteração no sistema gramatical, conforme exemplifiquei acima. Para esses pesquisadores, enquadra-se no estudo da metáfora lexical tanto a teoria conceptual quanto a sistemática, uma vez que esse termo, usado pelos sistematicistas, é unidirecional, ou seja, podemos aplicar a qualquer estudo da metáfora de outra linha.

A linguística sistêmico-funcional é uma teoria criada pelo linguista britânico Michael Halliday. Segundo ele, “a linguagem é formada por muitos sistemas, cada um representando um tipo de escolha (geralmente inconsciente) de sentido feito pelos falantes (daí o nome ‘sistêmico’); além disso, essas escolhas servem para os falantes realizarem coisas com a língua (daí o nome ‘funcional’)” (*apud* SARDINHA, 2007, p. 51).

Desta forma, compreende-se essa teoria como o estudo do funcionamento da linguagem através da descrição de como as pessoas falam e escrevem, bem como as escolhas que fazem para a realização da atividade. Dito de outro modo, o falante busca no sistema linguístico aquilo de que precisa (essa busca é inconsciente), e em seguida usa o que encontrou para realizar a sua fala ou escrita. Daí o nome sistêmico-funcional. O sistema disponibiliza ao falante os recursos linguísticos, e o falante emprega uma funcionalidade a esses recursos, resultando em fala ou escrita.

Segundo essa abordagem, há três funções primordiais que utilizamos ao fazer uso da linguagem. Elas são chamadas de metafunções porque sintetizam outras. A primeira chama-se *metafunção interpessoal*, que se refere à relação entre as pessoas expressa através da linguagem; a segunda, *metafunção ideacional*, trata do assunto, tópico do qual as pessoas tratam; e a terceira, denominada de *metafunção textual*, compreende o estudo da maneira como as pessoas falam, assim como o seu propósito e as exigências do meio histórico-cultural.

A partir de cada metafunção, são realizadas outras funções, cada uma dentro de um sistema diferente, e o falante/escritor faz a escolha pela metafunção. Tal escolha é compreendida aqui como um ato inconsciente, guiado por motivos pessoais, de acordo

com suas intenções, vontades, e também por razões sociais, históricas e culturais, que o próprio contexto exige.

A escolha por uma dessas metafunções é justamente a metáfora gramatical. Nessa escolha, normalmente há duas alternativas: congruente (não metafórica) ou metafórica. A opção pela forma metafórica terá consequências no discurso, na forma como ele é construído, compreendido e percebido. Segundo Sardinha (2007), quando usamos muitas nominalizações, o discurso tende a se tornar mais distante, acadêmico e abstrato. Por outro lado, quando usamos os verbos para designar as ações, o discurso se torna mais próximo do estilo conversacional.

A seguir, apresento seis dos principais conceitos utilizados nessa teoria e apresentados por Sardinha (2007):

a) *Metáfora gramatical*: uso de um recurso linguístico para realizar uma função que não lhe é própria, intrínseca (congruente). Logo, “gramatical” significa que pertence ao “sistema linguístico” e não “estrutural”. De acordo com esse conceito, o sistema linguístico engloba vários níveis, a começar pelo fonológico, e seguindo pelo grafológico, lexical, gramatical, semântico e cultural.

b) *Metáfora lexical*: uma metáfora que não usa um recurso linguístico para desempenhar uma função que não lhe é própria. “(...) É o tipo de metáfora de que se ocupam a teoria conceptual ou cognitiva e a metáfora sistemática (...)” (SARDINHA, 2007, p. 35). O termo metáfora lexical é usado pelos sistematicistas para se referirem às metáforas não-gramaticais, isto é, as que não fazem asserções sobre o funcionamento do sistema linguístico como um todo, contudo esse termo é utilizado somente pela teoria gramatical.

c) *Realização direta*: é o ‘uso gramatical literal’, não-metafórico. Essa realização significa que o nível de sentido se mapeia diretamente no nível da expressão e vice-versa.

d) *Realização indireta*: é a utilização da metáfora, significa que o nível do sentido não se mapeia diretamente no nível da expressão e vice-versa. É o oposto da realização direta.

e) *Congruente*: é o uso não metafórico, o literal para outras teorias. É a utilização de um recurso gramatical em sua função original, primária. Significa que o uso linguístico é congruente com a expressão e vice-versa.

f) *Desempacotar a metáfora*: é a reconstituição do sentido literal de uma metáfora, na qual o analista reconstitui as informações contidas na metáfora lexical. Por

exemplo, retorno ao exemplo já apresentado, “sepultamento de hábitos locais”. Ao desempacotar essa metáfora, o analista obtém a informação da extinção desses hábitos.

Por fim, compreende-se que a metáfora é um fenômeno importante para entender o ser humano, e cada expressão metafórica evidencia um papel vital da metáfora que está sendo veiculada, porém a metáfora gramatical, conforme já exemplifiquei, enfatiza a sua presença em todo sistema linguístico, além de focar a tensão (fenômeno gerador da metáfora gramatical) existente entre a função original de um recurso linguístico e o seu emprego na fala e na escrita.

2.5 Contribuições para o debate

O campo de estudos da metáfora é frutífero, não há como negar. Desde Aristóteles, que iniciou uma verdadeira tradição milenar, até as pesquisas mais atuais, pode-se perceber o quanto já se produziu e igualmente o quanto ainda precisa ser pesquisado nessa área dos estudos da linguagem.

A vertente tradicional, de matriz aristotélica, vê a metáfora como um recurso de ornamentação da linguagem (escrita ou falada), ou ainda como um recurso retórico usado para atingir determinado fim em textos de poesia ou argumentação.

Em contrapartida, na teoria conceptual, que é basilar na elaboração desta Dissertação, a metáfora é vista como um fenômeno cognitivo, tendo em vista que o conceito metafórico, contido na mente, como pensamento, é primordial. Desse pensamento deriva-se a expressão linguística falada ou escrita, que é subordinada à representação mental. A representação mental, como dito anteriormente, é corporificada, uma vez que para essa teoria o corpo é a base ou a fonte de metáforas cognitivas, portanto o conceito metafórico é superior ao uso metafórico, teoricamente.

Os estudiosos da metáfora sistemática ou discursiva entendem que o estudo sobre as metáforas é um processo social, descarta o indivíduo e adere ao convívio social, analisando as metáforas recorrentes no uso linguístico. Essa corrente não descarta que há metáforas na mente e no corpo, porém dá enfoque ao uso.

A metáfora gramatical evidencia a falta de correspondência entre a função original de um recurso linguístico e o seu emprego na fala ou escrita, dando ênfase a essa tensão, portanto ela compreende que os recursos linguísticos estão na mente do falante, bem como o potencial para realizar a escolha entre a função apriorística e a função deslocada no uso, cabendo a ele a opção de partir do sistema linguístico.

Todas essas abordagens têm entre si pontos convergentes e divergentes, como procurei demonstrar. E, em cada vertente teórica, há argumentos válidos para reflexão, frutos de esforços de pesquisa. Não faz parte da proposta desta pesquisa explorar detidamente todas elas, embora eu não ignore que o estudo de cada uma delas contribui, de alguma forma, para o enriquecimento dos estudos acerca das metáforas. Cada uma com o seu instrumental teórico estuda aspectos metafóricos distintos. Dessa forma, a escolha por uma das teorias depende de que ângulo do fenômeno metafórico se deseja estudar.

Em relação às abordagens sobre o fenômeno metafórico apresentadas, a minha opção, como explicitarei na introdução deste capítulo, foi pela teoria conceptual, no sentido de que ela apresenta a metáfora como uma forma de experienciar e conceitualizar o mundo. E é esse o tratamento que procuro dar às metáforas sobre Manaus no decurso do trabalho. A teoria lakoffeana da metáfora conceptual é, então, o fio condutor que entrelaça todos os capítulos da Dissertação, em diálogos com a Análise de Discurso de orientação francesa, a Semiótica greimasiana e a teoria bakhtiniana da Carnavalização. Cada uma dessas abordagens teóricas, já apontadas na Introdução da Dissertação, é devidamente explicitada nos respectivos capítulos em que são utilizadas.

3 DA CIDADE DE PEDRA À CIDADE DO PENSAMENTO – O IMAGINÁRIO DA CIDADE

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver o universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer,
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...
(Fernando Pessoa, *O guardador de rebanhos*)

Este capítulo reflete sobre a relação entre cidade e imaginário, com o apoio de considerações teóricas oriundas da Análise de Discurso (doravante AD), principalmente as noções de discurso, ideologia, formação discursiva e formação ideológica, estabelecendo um diálogo teórico da teoria da Metáfora conceptual com a AD. Tal abordagem justifica-se pelo fato de que esta Dissertação pauta-se primordialmente pela análise de discursos, como o próprio subtítulo já assinala: Discursos metafóricos sobre a Manaus do ciclo da borracha. O enfoque referente à AD recai primordialmente sobre os escritos de Michel Foucault, Louis Althusser, Michel Pêcheux e Helena Brandão. O estudo procura analisar como a cidade do pensamento ou da memória (discursiva) se constrói a partir da cidade de pedra (manufaturada), gerando uma cadeia discursiva.

Várias concepções de cidade foram construídas ao longo do tempo. Desde a sua origem até os tempos atuais, os conceitos e as características referentes à cidade foram se moldando e reatualizando. Imersas em determinados percursos históricos específicos, essas concepções traduzem, de forma singular, tais conceitos e características para os habitantes das cidades, por meio de uma ideologia e em uma ideologia.

O conceito de ideologia que adoto neste capítulo é o apresentado por Louis Althusser, que é o mesmo assumido pela AD de origem francesa. Entre os dois conceitos que o autor desenvolve – o de “ideologia geral” e o de “ideologia dominante” –, detive-me mais especificamente no primeiro, por compreender que ele contém os elementos comuns de uma ideologia concreta e o suporte teórico do mecanismo geral de qualquer ideologia. Mas essa escolha não impediu que fossem feitas algumas referências ao segundo conceito, uma vez que este em muito auxilia nas análises de discursos da classe dominante selecionados neste estudo.

Outros conceitos são basilares para a discussão, como por exemplo, o de “discurso”, formulado por Foucault, e o de “formação ideológica” e “formação discursiva”, conceitos tradicionais em AD. Por meio da articulação do conceito de ideologia com o de discurso, tanto a formação ideológica (FI) quanto a formação discursiva (FD) foram primordiais para o presente estudo, pois o discurso é uma das

instâncias onde a materialidade ideológica se concretiza, conforme veremos. Outros autores são mencionados no decorrer do texto, com o propósito de oferecer sustentação teórica às proposições lançadas na pesquisa.

Os discursos que formam o *corpus* para as análises são os que seguem:

a) Os artigos 1º, 2º e 3º do Código de Posturas do município de Manaus do ano de 1875, que trata da instauração do processo de “aformoseamento de Manaus”;

b) Seis cartas do escritor Euclides da Cunha a amigos e familiares, nas quais ele faz referências à cidade, registrando ali suas impressões sobre a mesma;

c) Excertos dos livros *Fastígio e sensibilidade do Amazonas de ontem e Chão e graça de Manaus*, ambos de Genesino Braga.

Os discursos de Euclides da Cunha e de Genesino Braga, ambos se referindo à Manaus das primeiras décadas do século XX, no auge do ciclo da borracha, foram analisados em contraponto, tendo em vista que o primeiro era viajante, enquanto o segundo era nativo. Portanto, discursaram de lugares sociais diferentes.

A proposta principal deste capítulo consiste em analisar algumas concepções de cidade, observar a relação existente entre a cidade construída de fato (manufaturada) e a cidade construída na mente do sujeito (imaginário) e compreender a relação existente entre discurso, língua, ideologia e história, a qual possibilita a existência de várias formações discursivas e formações ideológicas produzidas sobre a cidade, aplicando essas considerações à representação discursiva da Manaus do ciclo da borracha.

3.1 Metáforas da cidade: atração e segregação do espaço urbano

Uma vez uma aldeia habitada por seus nativos, construída para atender as necessidades mediatas e imediatas desses habitantes, foi invadida por colonizadores. Alguns historiadores afirmam que os primeiros a receber o mérito de desbravadores do Novo Mundo foram os espanhóis, outros dizem ter sido os portugueses. Enfim, independentemente da origem dos primeiros homens que se propuseram a navegar por lugares desconhecidos, houve o fato da colonização. E repetidamente a “cena” da invasão que abre este parágrafo foi se repetindo em diferentes espaços e circunstâncias.

A conquista da América pelos espanhóis iniciou-se no final do séc. XV. Essa expansão marítima espanhola enquadra-se no período de formação do capitalismo, que foi caracterizado naquele momento por práticas mercantilistas exercitadas pelos estados modernos. As riquezas já acumuladas pelos italianos e as expansões praticadas pelos

portugueses estimularam a navegação dos espanhóis em busca de riquezas, em especial, a princípio, as especiarias. Iniciava a conquista do Novo Mundo: a América.

As aldeias, vilas e colônias foram transformadas para atender as novas exigências, principalmente da classe dominante e dos estrangeiros que nelas habitavam ou transitavam e, em até certo ponto, dos moradores em geral. As transformações foram acontecendo à medida que a economia local alcançava números significativos. E a cidade iniciou seu processo de construção, como afirma Rolnik (1995, p. 7-8): “Sobre montanha, rios e pedras da natureza primeira se implanta uma segunda natureza, manufaturada, feita de milhares de pelas geométricas. Fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza”.

A cidade, assim sendo desenvolvida, construía a sua arquitetura com materiais duráveis, capazes de legar à história os vestígios de sua existência. Não somente as experiências humanas estão contidas nela, mas também um registro, uma escrita, materialização da sua própria história, que com o passar do tempo recebem novos contornos e sentidos e acabam, por assim dizer, ressemantizando-se.

Os espaços foram sendo criados e nomeados para a construção da urbe. As ruas, agora largas e retilíneas, iniciavam as modificações no aspecto físico da cidade, e as praças arborizadas ofereciam novos costumes à população: os passeios noturnos, que até então não eram exercitados; os bairros acolhiam aqueles que chegavam à cidade ou se deslocavam dentro dela para se empossar do seu lugar social ora determinado. Os cafés, teatros, shows e outros espaços públicos passavam a ser lugares frequentados habitualmente por aqueles que tinham condição e “permissão” de usufruir desses espaços (DIAS, 2007).

Essa transitividade na cidade não era comum a toda a população. Os espaços, na medida em que a cidade foi se construindo, foram sendo distribuídos aos seus habitantes seguindo alguns critérios. Existiam ambientes específicos para cada morador. Não que o morador fosse proibido de transitar pelas diferentes fatias do espaço urbano, mas o que o impedia eram suas próprias limitações econômicas e sociais. A esse respeito, Rolnik (1995, p. 21-22) afirma que

a relação morador da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política. Assim ser habitante de cidade significa participar de alguma forma da obra pública, mesmo que em muitos casos essa participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos.

Com essa separação dos habitantes da cidade, ganha vulto o termo “segregação”, que alguns historiadores e sociólogos adotam para falar sobre cidade, imprimindo na expressão a sensação de que a cidade é demarcada por cercas, ou melhor, por fronteiras imaginárias que delimitam os espaços comuns e definem o lugar de cada coisa e de cada morador, como assinala Rolnick (1995, p. 40-41): “É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É esse movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial”.

O fato da segregação como resultado da intervenção direta ou indireta do Estado sobre o espaço urbano tem sido uma preocupação constante dos estudiosos das questões relativas à cidade. Corrêa (2002), por exemplo, explora bastante esse tema, explicando que a segregação espacial é exercitada pela classe dominante ou uma de suas frações, tendo como resultado, por exemplo, a existência de bairros luxuosos em contraposição aos aglomerados miseráveis observáveis em praticamente todas as cidades inseridas no mundo capitalista. Isso porque a segregação residencial é talvez o lado mais visível da segregação urbana. Castells (1983, p. 249), comentando essa questão, explica que “a distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e especifica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas.” O autor conceitua segregação urbana como “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 1983, p. 250).

Rolnik (1995) aborda, de forma sintética, essas questões, por meio de quatro metáforas bastante elucidativas: a cidade como *ímã*, como *escrita*, como *política* e como *mercado*. O quadro abaixo explicita em que consistem essas metáforas apontadas pela autora, as quais analiso utilizando a terminologia teórica de Lakoff e Johnson (2002):

METÁFORA	DOMÍNIO-FONTE	DOMÍNIO-ALVO	SENTIDO
<i>A CIDADE É UM ÍMÃ.</i>	campos magnéticos	cidade	Ela tem o poder de atrair e reunir os homens.
<i>A CIDADE É UM TEXTO.</i>	escrita	cidade	Ela se perpetua na memória, por meio das imagens que inspira e produz.

<i>A CIDADE É POLÍTICA (CIVITAS).</i>	governança	cidade	Ela demanda a organização do território e a participação na vida pública.
<i>A CIDADE É UM MERCADO.</i>	comércio	cidade	Ela é um centro de produção, consumo e troca de bens materiais e imateriais.

Quadro 2 – Metáforas da cidade, com base em Rolnik (1995).

Fonte: A Pesquisadora.

Essas expressões metafóricas, em conjunto, veiculam as ideias cristalizadas de atração, organização, controle e segregação ligadas à construção do espaço urbano e ao desenvolvimento desse espaço.

Conforme Pesavento (1999), a cidade referência para as transformações sugeridas na cidade colonial pelo cosmopolita foi Paris, considerada aceitável perante a Europa e o mundo civilizado. Foi a velha matrona que estimulou, nos homens que detinham o poder sobre os espaços conquistados, o imaginário da regeneração, tornando-se assim um modelo a ser seguido por aqueles que ainda habitavam no espaço construído sob um modelo antigo e que não ostentavam o nome e as características de uma cidade. As aldeias, colônias e vilas são exemplos de espaço não citadino.

Apesar de as modificações ocorridas em Paris terem sido iniciadas antes das ações do barão Haussmann, foi durante a sua permanência na prefeitura que a cidade sofreu as mais avassaladoras transformações. Todos os espaços foram modificados para atender as novas formas de vida sugeridas pelo capitalismo. Nas ruas de Paris, era visível a mistura de escombros e pessoas sendo expelidos pelos novos formatos em fase de construção e implantação. Nessa cenografia, é evidente a demarcação dos espaços da capital sendo partida entre a vitrine e o escombros, como afirma Bouças (2000, p.139): “de um lado, as cintilações de um triunfalismo republicano; de outro, um amontoamento periférico de uma cidadania excluída, para não alterar o programa da *season cosmopolita*”.

Souza (2009) e Pesavento (1999) comentam que Haussmann, largamente conhecido como o “artista demolidor”, tornou-se muito reconhecido na história do urbanismo e da cidade. Seus procedimentos foram reproduzidos na construção de outras cidades. Os prefeitos se espelhavam em suas ações realizadas para também transformar “seus espaços” em cidade. Esse modelo foi sendo implantado nos lugares em que se almejava o título de cidade moderna. As singularidades específicas de cada geografia foram, muitas vezes, camufladas e desconsideradas, para a ocorrência das transformações.

Em relação à evolução da cidade de Paris, Pesavento (1999) comenta que a população e o material de que era feita a cidade eram vistos, por alguns que

presenciaram as mudanças, respectivamente como entulho humano e escombros da cidade, percebidos como restos indesejáveis para a nova sociedade medicalizada. Esses, a população e o espaço, foram os que mais sofreram com as modificações. Entendo que essa abordagem é perfeitamente aplicável à evolução histórica de qualquer cidade. Para Bouças (2000, p. 140), esse momento não só marcou o regime da assepsia material da cidade, mas também decretou o regime de saneamento moral da população. Segundo ele,

(...) a tarefa de desodorizar a cidade passou pela higienização dos papéis sociais, pela exigência de evacuar lixo, desaglomerar pobres; interditar cortiços; enclausurar desviantes; disciplinar o bordel. Dessa forma, caberia, à medicina higiênica, estabelecer a imposição de uma ortopedia moral, procurando **imobilizar tudo que pudesse representar libertinagem, orgia, desordem e anarquia** (negrito meu).

Ao analisar essa nova cidade dita capitalista, Rolnik (1999, p.71) dialoga com Bouças (2000), e vai além, ao afirmar que “apontamos para alguns traços essenciais de seu desenvolvimento: a privatização da terra e da moradia, a segregação espacial, a intervenção reguladora do Estado, a luta pelo espaço”. Relativamente à evolução histórica de Manaus, abordarei três desses quatro eixos – a privatização da terra e da moradia, a segregação espacial e a intervenção reguladora do Estado –, com o intuito de introduzir a explicação do processo de construção dos discursos proferidos pelos habitantes que dividem a mesma cidade, mas que estão física e socialmente em lugares diferentes, assim discursando diferentemente também sobre a mesma cidade.

Em relação ao primeiro eixo, convém ressaltar que, antes da formação da cidade, a aldeia abrigava os seus nativos no mesmo espaço, sem critérios distintivos. Após o início da construção da urbe, os espaços foram sendo privatizados, ou seja, aqueles que dispunham de uma renda que lhes conferia a possibilidade da compra da terra acabavam por apropriar-se dela. Aqueles que não possuíam essa renda foram “obrigados” a abandonar as residências, por falta de recursos que permitissem não só a compra da terra, mas também a permanência no espaço citadino, uma vez que os objetos básicos de primeiras necessidades tornaram-se cada vez mais caros, impossibilitando o acesso a eles por grande parte da população (DIAS, 2007).

Quanto ao segundo eixo, é importante salientar que historicamente tem recebido o nome de segregação espacial essa separação social, em que os moradores forçosamente abandonaram suas casas e se agruparam em lugares mais distantes do centro da cidade, portanto distantes também do comércio, ficando, conseqüentemente,

na maioria das vezes, longe de suas fontes de renda, uma vez que era no centro da cidade que o comércio funcionava intensamente. Esse movimento, segundo Dias (2007), deu origem aos bairros, que no início de sua criação tinham como função receber os doentes, os pedintes, as famílias de baixa renda, os estrangeiros (aqueles com pouco ou nenhum poder aquisitivo) etc. Essa separação tinha por objetivo segregar, isolar, desunir, evitar o contato entre os moradores e impedir que os transeuntes tivessem uma má impressão da cidade visitada. Esta tinha como obrigação ostentar a salubridade e a beleza.

Na visão de Corrêa (2002, p. 66), “a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro”. A respeito dos padrões espaciais, ou seja, da qualidade e benefícios de que o espaço dispõe, “a segregação residencial implica necessariamente separação espacial das diferentes classes sociais fragmentadas”. Subjacente à ação estatal que produz essa separação, está a classe dominante ou algumas das suas representações. Ela é quem separa para si as melhores áreas por meio do poder aquisitivo, excluindo o restante da população. Essa classe irá habitar onde desejar.

O último eixo, que trata da intervenção reguladora do Estado, reflete sobre a prescrição de ações punitivas àqueles que infringissem as leis. Aliás, essas começaram a ser criadas regularmente. Tais leis iam além das ações punitivas em relação aos espaços públicos. Elas também adentravam a vida privada dos habitantes. Os Decretos e Códigos invadiam a vida pessoal e perdiam de vista o seu lugar de atuação, sendo aplicados nos mais diferentes setores da vida pública e privada.

3.2 Da cidade de pedra à cidade do pensamento

As cidades criadas ao longo do tempo são construções concretas que revelam a história de um povo. Essa história é representada pelos monumentos, que se observados meticulosamente, revelam a história oficial que seus traçados traduzem. Essa cidade erguida com a proposta de atender as novas demandas sugere inúmeras reflexões, entre as quais pretendo desenvolver duas: o fato da cidade de pedra e a elaboração da cidade do pensamento. Para iniciar a primeira reflexão, é interessante observar como Pesavento (1999, p. 10), compreende essa primeira construção. Segundo ela, existe “uma realidade material – da cidade construída pelos homens, que traz as marcas da ação social. É o que chamamos de cidade de pedra, erguida, criada e recriada através dos tempos, derrubada e transformada em sua forma e traçado”.

Sobre essa cidade de pedra descrita pela autora, observamos as suas características expressas nas formas arquitetônicas programadamente construídas para fins determinados. Os institutos de educação, os presídios, os leprosários, os mercados, as casas comerciais, os matadouros, a alfândega, a prefeitura, os palácios governamentais, os bordéis, etc., cada uma dessas construções foi erguida para determinados fins. E sobre essas obras recaem discursos que efetivam a sua existência, além de torná-las autorizadas a exercer o seu papel.

O ponto interessante da discussão a respeito dessas duas formas de construção da urbe: a manufaturada e a do imaginário, que sugiro neste item, surgiu a partir dos discursos a respeito da cidade, que quase sempre são tão distintos, a ponto de levar o leitor desapercibido a duvidar de que o lugar descrito nos diferentes discursos é o mesmo lugar. Os moradores da cidade, ao construírem a imagem da sua cidade, o fazem de formas tão diversas que, para quem interpreta, geralmente parece se tratar de lugares diferentes. Talvez uma cidade construída no imaginário seja a justificativa de tamanha variação.

De fato, realmente existe uma cidade construída no imaginário. Uma cidade que existe principalmente na mente de quem a constrói. Ela não necessariamente existe tal qual é imaginada pelo seu produtor. Na maioria das vezes, ela é fruto de suas expectativas, anseios, sonhos, enfim de todo sentimento que o morador deposita na cidade e espera dela emanar. Então, a cidade passa a ser representada numa relação imaginária entre morador ou artista e a cidade. Essa representação corresponde ao imaginário (cidade ficcional) que tem como inspiração a cidade concreta.

Ao entrarmos em contato com essas duas formas de construção da visão de cidade, somos levados a deduzir que a cidade de pedra é reconstruída, no imaginário, a partir da observação do historiador que, ao tentar descrevê-la para compor a história de um lugar, a recria a partir da leitura do espaço e da interpretação que faz da representatividade desse mesmo espaço, ou seja, ele realiza uma leitura do “real”, do concreto, do que está exposto aos seus olhos. A cidade do pensamento está presente não apenas no imaginário do historiador e dos escritores de literatura, mas também nasce na representação ficcional que o próprio morador pode formar – e geralmente forma – do espaço habitado. Em relação a essa duplicidade presente na representação da cidade, Pesavento (1999, p. 13) afirma que

o historiador busca criar o que teria se passado um dia, e o escritor de literatura cria um enredo que poderia ter acontecido. Nesse sentido, ambas as representações são plausíveis e tratam de convencer o leitor e transportá-lo a

um outro tempo, mas só o historiador empenha-se em demonstrar que a sua visão não apenas “poderia ter sido”, mas “efetivamente foi”.

Como se observa, a autora evidencia a existência de pelo menos duas possibilidades de leitura da construção da cidade no imaginário: a do historiador, realizada através da leitura do concreto, e a do ficcionista, que pressupõe a reelaboração do concreto por meio de imagens que dão existência a um espaço paralelo ao observado. A leitura apresentada pelo historiador nos remete à interpretação aproximada do real, enquanto a do ficcionista é passível ou não de total existência no real.

Evidentemente, em suas considerações, Pesavento (1999) está dialogando com a *Poética de Aristóteles*, no sentido de que o filósofo diferencia a metodologia do historiador (baseada na busca da veracidade) da do artista (que não tem necessariamente preocupação com veracidade, mas sim com verossimilhança, que se trata da semelhança com o real). Para elaborar a noção de verossimilhança, em contraposição à de veracidade, o filósofo estagirita confrontou a escrita do artista (o poeta Homero) com a do cientista (o historiador Heródoto), chegando à conclusão de que, enquanto este se preocupava em relatar fatos que aconteceram, aquele se ocupava em relatar os fatos como poderiam ter acontecido.

Partindo de uma dessas duas formas, a construção da cidade é feita pelos seus habitantes. Eles a constroem por meio não somente do material concreto que está à sua frente, mas também de toda a representatividade do espaço. O morador faz uma leitura de tudo à sua volta, e os sentidos vão sendo construídos. Antes desse sentido, a cidade é inexistente, em se tratando de significado. Pesavento (1999, p. 32), ao expressar o conceito de cidade, diz que “uma cidade é, sem dúvida, antes de tudo, uma materialidade de espaços construídos vazios”. Além disso, “é um tecido de relações sociais, mas o que importa, na produção de seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam”.

A autora atribui ao habitante da cidade a construção da imagem formulada. Isso significa que ele tem a autonomia de construir a sua “própria” visão sobre a cidade a partir do que o espaço representa para ele. Em outras palavras, o espaço sugere uma interpretação e posteriormente a construção de um sentido. E no caso *sui generis* de Manaus, uma cidade que, no decurso de sua história, foi o alvo de um sem-número de viajantes, os sentidos construídos por esses viajantes também ganham uma relevância notável. Contudo, a construção desses sentidos não ocorre aleatoriamente. Há um fator

que contribui para a construção dessa imagem: a ideologia, termo discutido no tópico seguinte.

3.3 Ideologia: a ciência das ideias

A expressão “ideologia” surgiu com Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos, que atribuíram à teoria o objeto: a ideia (ALTHUSSER, 1974). Porém, a expressão já havia sido apresentada no tempo de Platão, tempo em que o homem buscava explicação para a realidade que o circundava. A princípio, as explicações oferecidas baseavam-se na mitologia. Posteriormente, a civilização ocidental questionava-se a respeito da correspondência dita existente entre as ideias pensadas e a realidade. Foi com o líder francês dos ideólogos, Destutt de Tracy, que se utilizou a palavra ideologia pela primeira vez para explicar que o conhecimento seria feito de ideias, havendo a necessidade de se decompor essas ideias para entendê-las e assim agir. Para ele, a ideologia seria essa ciência das ideias (ALTHUSSER, 1974).

O termo recebeu modificações até chegar ao sentido adotado por Althusser. O conceito de ideologia pode ser visto basicamente em Hegel, Marx e Althusser. Para Althusser, que realizou uma releitura do conceito de ideologia de Marx, em sua obra *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1974), a ideologia é uma criação da classe dominante para manter-se dominante, uma espécie de perpetuação e reprodução do seu *status*, envolvendo a reprodução de suas condições materiais, políticas e ideológicas. O Estado seria o responsável pela manutenção da ordem, intervindo por meio da repressão e da ideologia, forçando a classe dominada à submissão da exploração.

Para Althusser, tal ação é desempenhada pelos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e Aparelhos Repressivos do Estado (ARE). Os primeiros agem através das seguintes instituições: igreja, escola, família, justiça, política, direito, sindicato, imprensa e cultura; os segundos, por meio do governo, da administração, do exército, da polícia, dos tribunais, das prisões, etc. Em relação às ações visando à manutenção da ordem por meio dos aparelhos, Althusser observa: “pouco importa que as instituições que as realizam sejam públicas ou privadas. O que importa é o seu funcionamento” (ALTHUSSER, 1974, p. 47).

Ele estabelece uma distinção entre os Aparelhos Ideológicos do Estado e os Aparelhos Repressivos do Estado, sem se ater unicamente à forma de ação destes ou daqueles, pois isso seria um tanto axiomático, uma vez que o AIE funciona pela ideologia e o ARE pela repressão. Mas, em se tratando da duplicidade da ação do

Estado, para o autor “qualquer aparelho de Estado, seja ele repressivo ou ideológico, funciona simultaneamente pela violência e pela ideologia, mas com uma diferença muito importante que impede a confusão entre os Aparelhos Ideológicos de Estado e os Aparelhos Repressivos de Estado” (ALTHUSSER, 1974, p. 46). Essa diferença reside no caráter massivamente prevalente de um ou de outro, ou seja, enquanto o ARE funciona massivamente pela repressão (inclusive física), ele funciona também secundariamente pela ideologia. O mesmo acontece com o AIE, exercendo o seu funcionamento de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, “mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até mesmo simbólica” (ALTHUSSER, 1974, p. 47), concluindo que não há aparelho puramente ideológico.

Althusser, segundo Souza (2006), apresenta algumas teses fundamentais em relação à ideologia. A primeira delas diz respeito à relação imaginária que o indivíduo possui com suas reais condições de existência. Althusser explica que a relação que o homem tem com a sua realidade é imaginária. Isso quer dizer que existe um conjunto de imagens, de formas simbólicas que representam a relação do sujeito com sua realidade concreta. Assim, o imaginário é formado por esse conjunto de imagens. Acontece que nessa relação se acha a causa da explicação da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real. Para ele, é essa natureza imaginária da relação que subjaz a toda deformação imaginária que se pode notar em qualquer ideologia.

Ao defender que a ideologia possui uma existência material, sua segunda tese, Althusser apaga a noção de ideia. O sujeito então acredita em algo, e esse algo é o que o faz agir ou deixar de agir. Assim, toda a prática é ideológica porque é motivada pelo imaginário, que é o real do sujeito. Ademais, não existe prática sem ser através de uma ideologia e dentro de uma ideologia.

Essa afirmação contribui para sua tese principal: “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1974, p. 93). Nesta terceira tese, a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia, que tem por função constituir os indivíduos concretos em sujeitos. Isso significa que todos os sujeitos vivem espontaneamente ou naturalmente numa ideologia, como afirma Althusser. No entanto, é característico da ideologia impor, ao mesmo tempo em que dissimula essa imposição. O sujeito, desta forma, passa por um reconhecimento numa determinada ideologia ou por um desconhecimento. A ideologia tem por função fazer com que o sujeito seja capaz de se

reconhecer ou de se desconhecer em uma ideologia, apesar de esse reconhecimento ideológico não ser consciente.

Nesta terceira tese, é necessário explicitar a diferença entre sujeitos concretos e indivíduos concretos. Por questões metodológicas, não me deterei de forma exaustiva na conceituação de sujeito, mas acho necessário abordar a distinção acima mencionada. A distinção ocorre quando a ideologia “recruta”, dentre os indivíduos, os sujeitos, pelo processo definido por Althusser como “interpelação ideológica”. É nesse momento que a ideologia age: ela “transforma” os indivíduos em sujeitos. Althusser *apud* Silva (2013, p. 95), explica a efetivação do processo de interpelação ideológica da seguinte forma:

esse processo de interpelação ideológica se efetiva porque a ideologia assegura, ao mesmo tempo, a ‘interpelação dos indivíduos como sujeitos’, ‘a submissão desses sujeitos ao Sujeito’, o ‘reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito’ e a ‘garantia absoluta de que tudo está bem assim, e que, na condição de os sujeitos reconhecerem o que eles são e de se conduzirem em consequência, tudo correrá bem.

Para o autor, a existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos como sujeitos “são única e mesma coisa”. É o que nos leva a pensar que o que parece acontecer fora da ideologia, acontece dentro dela, e o que parece acontecer dentro, na verdade acontece fora. Althusser (1974, p. 101) afirma:

é por isso que aqueles que estão na ideologia se julgam por definição fora dela: um dos efeitos da ideologia é a denegação prática do caráter ideológico da ideologia, pela ideologia: a ideologia nunca diz sou ideológica. É preciso estar fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico, para poder dizer: estou na ideologia (caso excepcional) ou (caso geral): estava na ideologia.

Afirmar que ideologia e interpelação dos indivíduos em sujeitos é a mesma coisa significa acreditar que existe um sujeito-ideologia que determina as ações dos sujeitos-indivíduos. Isto é, existe um sujeito-ideologia que faz com que um sujeito-indivíduo não realize práticas ilícitas, por exemplo. Esse sujeito-indivíduo se submete ao sujeito-ideologia. Em outras palavras, ele é interpelado, resultando na sua obediência aos ARE. Consequentemente, essa interpelação, na análise de Silva (2013, p. 91), resulta numa espécie de alienação, na qual “os indivíduos não compreendem a totalidade do processo produtivo ou da vida social. Nessas condições, as ideias e representações que eles formam sobre a realidade social seriam falsas ideias, falsas representações ou ideologias”.

Silva (2013, p. 91) faz uma observação digna de nota a respeito da ideologia apresentada por Althusser (1980a) no que diz respeito à contemplação do indivíduo em sujeito. Ele propõe que

deve-se notar que, nessa noção de ideologia, a despeito de os indivíduos terem uma falsa consciência de classe, o indivíduo é contemplado como sujeito, pois, em conformidade com as ideias e representações que absorvem em suas experiências no mundo, ele tem a possibilidade de direcionar o sentido de suas ações, visando à transformação ou à conservação da vida social.

Pêcheux adota os termos construídos por Althusser na edificação da teoria do discurso, sendo um deles o de ideologia. Para o autor, a ideologia daria a possibilidade de compreender os efeitos de sentido produzidos pelos enunciados. Para Pêcheux, esses efeitos de sentido são produzidos quando a ideologia interpela os indivíduos em sujeito. O indivíduo, por sua vez, atende à interpelação, só que de modo inconsciente, tornando-se assim um sujeito assujeitado pela ideologia ou pelas formações ideológicas e formações discursivas que constituem os contextos de luta de classe. Dessa forma, é notória a adesão de Pêcheux ao pensamento de Althusser na AD.

Portanto, é no discurso que está materializada toda a ideologia. Apesar de não ser espontânea essa materialização na linguagem, é no discurso que conseguimos encontrar não só a ideologia, mas também as formações ideológicas e as formações discursivas, temas do próximo subitem.

3.3.1 Formação ideológica e formação discursiva: as posições de classe

Por meio da “interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico”, terceira tese defendida por Althusser, nas relações de reprodução de produção (abordada no tópico anterior), o indivíduo ocupa o seu lugar em um grupo ou em uma determinada classe social. Ele não toma consciência dessa escolha. Muito pelo contrário, ele tem a sensação de que é dono de suas vontades e de suas ações. As classes sociais, assim, vão sendo constituídas, reproduzindo-se e se mantendo materialmente, o que Althusser denominou de AIE.

Dentro dessas classes são praticadas relações que estão inseridas em lugares ou na relação entre lugares que remetem à relação de classe. Em Brandão (2004, p. 47), temos que

as relações de classe podem caracterizar-se pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações

de aliança, de antagonismos ou de dominação. **Essa organização de posições políticas e ideológicas é que constitui as formações ideológicas** (negrito meu).

Nessa organização de posições políticas e ideológicas, cada formação é constituída por um conjunto complexo de atitudes e de representações que, pode-se afirmar, não são nem universais e nem individuais, mas se relacionam direta ou indiretamente a posições de classes em conflito, isto é, umas em contraposição às outras. Como o discurso é uma das formas de materialização da ideologia, ele passa a pertencer ao gênero ideológico. Assim, as formações ideológicas possuem, como um de seus componentes, diversas formações discursivas interligadas, sendo os discursos, portanto, governados por formações ideológicas.

As formações discursivas estão inseridas sempre em uma formação ideológica específica e, ao levar em conta as relações, determinam sempre o que “pode e deve ser dito” a partir de uma dada conjuntura e de uma dada posição.

A noção de formação discursiva envolve dois tipos de funcionamento, segundo Foucault (1969), que a concebeu, e Pêcheux, que a sistematizou (BRANDÃO, 2004). O primeiro refere-se à paráfrase (espaço em que os enunciados são retomados, reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade) e à polissemia (o inverso da paráfrase, no caso, a abertura de fronteiras, não mais a sua delimitação, o baralhamento de diferentes formações discursivas, repleta de pluralidade e multiplicidade de sentidos); o segundo diz respeito ao pré-concebido (o termo designa aquilo que remete a uma construção anterior, independente, por oposição ao que é construído pelo “enunciado”). Dessa forma, surge um Sujeito universal que garante o que cada um conhece, vê e pode compreender, além de também determinar o que pode e deve ser dito.

Para Pêcheux (1995, p. 160), a formação discursiva é aquilo que, “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que deve e pode ser dito”. Conceito recolhido de Althusser.

Assim, podemos compreender a formação discursiva como sendo construída por “várias linguagens em uma única” (BRANDÃO, 2004, p. 49). Não confundamos como sendo uma única linguagem para todos ou até mesmo para cada um uma linguagem. Pelo contrário, são várias linguagens, uma heterogeneidade, fechada nela mesma, e esse fechamento é instável, cabe ressaltar, pois não é definitivo o limite que separa um exterior de um interior, mas se insere entre diversas formações discursivas como uma

espécie de fronteira que se desloca em função dos embates das lutas de classes. Portanto, um discurso pertencerá à mesma formação discursiva quando, ao se analisar o “sistema de dispersão” dos enunciados através de suas “regras de formação”, eles apresentarem um sistema de dispersão semelhante, capaz de definir regularidades nas suas “formas de repartição”. Pode-se assim afirmar que eles pertencem à mesma formação discursiva.

3.3.2 O discurso como sistema de dispersão

Foucault (1969) concebia o discurso como uma dispersão. Isso quer dizer que, em sua concepção, o discurso é formado por elementos que não possuem nenhuma regularidade. Caberia ao analista do discurso a função de descrever essa dispersão por meio de regras capazes de reger a formação dos discursos. Foucault nomeou essas regras de “regras de formação”. Elas são formadas por alguns elementos, a saber:

- Os *objetos* que aparecem, coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo;

- Os *tipos de enunciação* que podem atravessar o discurso;

- Os *conceitos* em sua forma de aparecimento e transformação em um campo discursivo, que por sua vez estão relacionados a um sistema comum;

- Os *temas e as teorias*, estratégias capazes de ser inseridas em determinadas formações discursivas, conseqüentemente permitindo ou excluindo certos temas e teorias.

São essas as regras que irão determinar uma formação discursiva. Logo, as formações discursivas surgirão através da relação entre os elementos que constituem as “regras de formação”, ditos acima. São essas regras que irão ditar a passagem da dispersão para a regularidade nos discursos. Chegando-se à regularidade, constitui-se uma formação discursiva. Assim, analisar um discurso seria analisar um todo emaranhado, constituído por enunciados, por meio de “regras de formação” do discurso. O resultado traduzir-se-ia em discursos pertencentes a formações discursivas específicas.

É o que nos comprova Foucault (1969, p. 146), na afirmação de que “um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios voltados em uma mesma formação discursiva”. Aderindo a essa concepção, a análise do discurso ocorrerá a partir da descrição dos enunciados que compõem a formação discursiva. Cabe ressaltar que a noção de enunciado para Foucault é de unidade elementar, básica, que forma o discurso,

contraposta à noção de proposição e de frase, sugerida pelos linguistas (BRANDÃO, 2004). Assim, o discurso é concebido como um conjunto de enunciados pertencentes à mesma família e, conseqüentemente, à mesma formação discursiva.

3.4 Discursos metafóricos sobre Manaus

Após a conceituação dos termos principais em AD necessários à realização da análise de discursos proposta neste capítulo, a discussão sobre a construção da cidade volta à tona com o intuito de evidenciar, principalmente, as marcas de ideologia, formação ideológica e formação discursiva presentes nesses discursos. O *corpus* selecionado para a análise constitui-se dos seguintes discursos, conforme especificado na introdução do capítulo:

a) Relativamente ao início da transformação da cidade de aldeia em urbe, selecionei os discursos que compõem o Código de Posturas do Município de Manaus do ano de 1875. Por conta da extensão desse documento oficial, realizei um recorte, atendo-me aos artigos 1º, 2º e 3º do mesmo. A opção por esse ano deu-se pelo fato de que essa criação de artigos coincidiu com o início das transformações na cidade, período marcado por um processo de mudança na economia local e por transformações sociais e culturais;

b) Relativamente ao período de apogeu do ciclo da borracha, selecionei seis cartas que o escritor Euclides da Cunha escreveu a amigos e familiares, nas quais se refere a Manaus. Analiso essas cartas em contraponto com os escritos de Genesino Braga, cronista amazonense, obedecendo aos mesmos critérios de análise.

3.4.1 A metáfora estética do “aformoseamento” da cidade

Analiso neste tópico o discurso materializado na metáfora do “aformoseamento” da cidade, um tema bastante discutido na época, cujo domínio-fonte é a estética. Para a realização da análise, focalizo as “regras de formação”: o objeto a ser analisado é a cidade de Manaus no ano de 1875, por meio de três artigos do Código de Posturas do município. A escolha desse ano foi motivada pela observação, durante a pesquisa, de que se trata do período em que se iniciaram as alterações na cidade. Assim, a análise contempla o momento em que Manaus estava em fase de mudança, ou melhor, está no início das primeiras transformações; em seguida, analiso os tipos de enunciação

presentes nos discursos, os diferentes tipos de conceitos sobre a cidade e, por fim, os temas abordados nos discursos que se enquadram em determinada formação discursiva.

A Manaus descrita pelos naturalistas que estiveram em viagem pela Amazônia no século XIX era uma cidade pardieira. Entre os viajantes que registraram suas impressões sobre a cidade nesse período, cabe destaque para o alemão Robert Avé-Lallemant, o casal Louis e Elizabeth Agassiz e o inglês Henry Walter Bates, que observaram a cidade e sobre ela escreveram nas décadas de 1850 e 1860. Lallemant, por exemplo, destaca que praticamente não havia segregação do espaço urbano naquela Manaus. Pessoas de todas as categorias e classes viviam no mesmo espaço. Também não havia uma elaborada organização do traçado urbano.

Os viajantes retratam aquela Manaus como uma cidade quase-aldeia, mas já na segunda metade desse mesmo século, começa a ganhar vulto a preocupação de sanear e embelezar a insalubre e feia cidade de então. Na passagem do século XIX para o XX, essa preocupação ganha uma velocidade maior, tendo em vista a preparação de Manaus para se tornar a vistosa capital da borracha, espaço de circulação do capital e dos capitalistas, de acordo com os moldes europeus.

Dias (1999, p. 19) comenta que “embelezar e modernizar Manaus se constituiu como o maior objetivo dos administradores dessa época. Era necessário que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente, para a imigração, o capital e o consumo”. Daí a necessidade de elaborar uma legislação que operasse a segregação necessária ao modelo de cidade que a classe dominante tinha em mente: “Percebe-se, através dos códigos e regulamentos, a necessidade que tinha o poder de montar todo um mecanismo de controle e fiscalização da vida da população na cidade” (DIAS, 1999, p. 22). Os documentos oficiais que foram sendo editados refletem o pensamento da elite, reproduzido na prática por seus representantes mais diretos, segundo Dias (1999).

O Estado assume para si esse discurso no Código de Posturas de 1875. Nos três artigos que recortei do referido Código, é perceptível a assunção desse discurso pelo Estado, como procuro demonstrar a seguir.

O Artigo 1º, entre as determinações, estipula que “ninguém poderá edificar ou reedificar prédio, cerca ou muro dentro da cidade sem prévia licença e alinhamento dado pela Câmara Municipal” (Art. 1.º da Lei nº 336, de 29 de maio de 1875, título I, Aformoseamento da cidade). Notamos nesse fragmento da lei a intromissão do Estado na vida do indivíduo, que, a partir daquele momento, deixa de ter liberdade de ação sobre o espaço público, sem antes se reportar ao Estado em busca de autorização para a

realização de suas ações. O Estado passa a possuir o controle não somente das ações refletidas no espaço público, mas também das ações do sujeito e de suas decisões pessoais. O poder público, aqui representado pela Câmara Municipal, dita as ações que devem e podem ser praticadas, mesmo em se tratando de execuções dentro do espaço privado. Quando o próprio artigo afirma a proibição da edificação ou reedificação de cerca ou muro, é notória a sua invasão, no âmbito interno e externo do espaço, na decisão do habitante. Levando-se em consideração que essas construções ocupam as imediações da casa ou prédio. Assim, a transformação ocorrida na cidade foi direcionada, principalmente, por criações de leis que determinavam o que devia e podia ser feito.

As configurações da cidade já começam a tomar novos moldes. O espaço que antes não contava com leis gerais de ocupação, agora passa a possuir normas de desenvolvimento (em relação à construção) e normas de fixação (em relação à ocupação física no espaço). Isso demonstra que a ocupação dos lugares, antes realizada por qualquer sujeito, sem muitas imposições de natureza normativa, não é mais possível. Nessa prescrição legal, pode-se observar que a divisão da sociedade em classes começava a constar da pauta legislativa.

São os ARE, por meio do Governo e seus agentes, que atuam no sujeito ideológico e o interpelam, impedindo a execução de ações contrárias, que resultariam em descumprimento da lei. O Sujeito, nesse sentido, é levado a reconhecer os benefícios de ações dessa natureza e conseqüentemente a cumpri-las, sem se dar conta de que está inserido em uma ideologia e, por meio dessa ideologia, direciona as suas ações, transformando-se em um sujeito ideológico.

O Artigo 2º, por sua vez, nega uma forma de construção e assume outra, na leitura de suas entrelinhas, ao determinar:

Fica proibida a construção de casebres ou pequenos quartos dentro do alinhamento das ruas, travessas e praças desta cidade, sem que os donos ou possuidores de terrenos levantem no alinhamento um muro simulando casa, tendo de altura os metros exigidos no § 1.º do art. 1º. O infrator incorrerá em multa de 30\$000 reis ou 8 dias de prisão e o dobro na reincidência (Art. 2.º da Lei nº 336, de 29 de maio de 1875, título I, Aformoseamento da cidade).

Como se percebe, a parede de frente dos edifícios térreos ou assobradados não deveriam ter menos de cinco metros de altura, a contar do travejamento do assoalho.

Ora, retomando o início deste capítulo, lembremos que, antes de Manaus chegar à categoria de cidade, o ambiente possuía outras simbologias. Seus espaços eram

representados por imagens diferentes. A maioria dos casebres eram construções modelo para aquele período. Por isso, ante a proibição da construção desses casebres, a população deve ter ficado às voltas com pelo menos duas indagações: qual seria o modelo de residência a construir a partir daquele momento, e como conseguiriam arcar com os orçamentos solicitados pelo novo modelo adotado de residência.

A lei estava marcando, de fato, a segregação espacial e social. Ao prescrever esse novo formato, é realizado um corte na sociedade, com o qual o espaço começa a ser “dividido” entre os moradores. A classe dominante passaria a ocupar a área central, uma vez que a lei engloba somente esse espaço, ficando de fora as adjacências. Subentende-se assim, que, à margem da cidade, poderiam ser construídos os casebres. Portanto, para lá seria removida, e lá ficaria circunscrita, a maioria dos sujeitos pertencentes à classe dominada.

Essa repartição inicia a construção das classes sociais para o enquadramento da população. Iniciadas pelo critério econômico, as classes emergem como uma espécie de identidade, na qual cada sujeito se identificará ou será identificado como pertencente a uma determinada classe social. Porém, a ressalva presente no Artigo 2º do Código de Posturas desperta a atenção do leitor ao expressar a condição para a construção do casebre ou quarto: levantar um muro para “simular” uma casa. A palavra simular suscita a noção de ideologia, porque esta tem como uma de suas funções mascarar a realidade, ou melhor, ela é a representação da relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência (tese defendida por Althusser). E essa relação imaginária transpassa a realidade e alcança a materialidade, no momento em que um aparelho ideológico prescreve práticas a serem desempenhadas por um sujeito.

A fachada da casa esconderia a realidade existente além dela, uma aparência que contribuiria para a formação de uma nova ideia de cidade no imaginário dos habitantes, os quais, já impregnados de uma nova ideologia, tiveram que se submeter às imposições do Governo. Os habitantes passaram a ser envolvidos por um discurso de cidade-modelo, importado da Europa, e acabaram acreditando que as leis eram produtivas à medida que contribuía para a formação da cidade saneada, embelezada, apta a receber os residentes. Para Brandão (2004, p. 37), “O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder”. Assim, esse discurso possui uma força praticamente

inquestionável para a população, e acaba adentrando o espaço privado, como evidenciado no discurso seguinte sobre a fiscalização da Intendência Municipal:

Ficam criadas nesta cidade visitas domiciliares para inspeção, em bem da salubridade pública, se o interior dos domicílios se conservam limpos e não se convertam em focos de infecção que prejudiquem o saneamento da cidade. (Decreto 5º - de 10 de janeiro de 1890, art. 80, Regula as funções das Intendencias Municipaes).

O discurso principal que autoriza essa ação é o saneamento da cidade, ou seja, a inspeção realizada pelo Estado nos ambientes particulares visava ao bem-estar da cidade, ao seu saneamento e à busca da salubridade. Buscava-se tornar a cidade agradável. Portanto, o Estado, por meio dos Aparelhos Repressivos e dos Aparelhos Ideológicos, imiscuía-se nas relações sociais de forma camuflada – os habitantes não se davam conta de que estavam sendo interpelados a aceitar regras que invadiam vários setores de suas vidas, com a finalidade de propagar o modelo de cidade baseado no discurso do belo, bonito e saneado. Sobre essa política de embelezamento aplicada na cidade, Mesquita (1999, p. 144) comenta que

o progresso e a modernidade pareciam fatores indissolúveis e passavam a ocupar um lugar destacado nos discursos e relatórios dos administradores. Tentava-se atualizar o padrão de civilização e consumiam-se as últimas novidades lançadas pelo comércio e pela indústria. Almejava-se, assim, atingir um estágio de progresso compatível com a noção de modernidade.

Daí a urgência em melhorar as condições urbanísticas e arquitetônicas da cidade, algo que já vinha sendo reivindicado desde a época provincial, “mas foi somente com a nova situação financeira que se tornou possível executá-la” (MESQUITA, 1999, p.144).

Manaus deveria se tornar uma vitrine da *belle époque*, e coube ao governador Eduardo Ribeiro o papel de desencadeador de uma série de projetos destinados a levar a efeito a política de embelezamento da capital. Segundo Mesquita (1999, p. 145), o objetivo final de Eduardo Ribeiro era converter a cidade de Manaus na “mais confortável e **a mais bela do norte da República**”. E embora não tenha conseguido concluir muitas das obras que iniciou, o fato de tê-las iniciado foi de grande relevância, uma vez que possibilitou a continuidade dessas obras em administrações posteriores: “graças à influência da **política de embelezamento** implementada por ele e assumida por seus sucessores, deu-se continuidade a muitas obras idealizadas por ele” (negritos meus). Como se percebe, a metáfora conceptual *MODERNIDADE É FORMOSURA* expressa no Código de Posturas do Município passou a ser atualizada por Mesquita, a exemplo de

outros pesquisadores do período, como *MODERNIDADE É BELEZA*. Nessas duas metáforas, temos:

- a) Domínio-fonte: estética.
- b) Domínio-alvo: políticas de urbanização.
- c) Expressões metafóricas: “a mais bela” e “embelezamento”.

Concernentemente à transformação da pequena aldeia em grande urbe, Dias (1999, p. 47-48) comenta que ela demandou um vasto processo de reformas que exigiam

uma ordenação do espaço urbano, o disciplinamento do seu uso, o emprego de instrumentos de controle que regulassem o modo de vida manauense, através de dispositivos legais como as proibições de jogos ou brinquedos que pudessem prejudicar o funcionamento das linhas telefônicas e de iluminação pública; partir lenha, cozinhar, estender roupa e ferrar animais nas ruas; chegar às janelas, ou andar em público indecentemente vestido, ou em completa nudez, conduzir carroças ou carrocinhas de mão sem o registro do número na Secretaria de Polícia; vender leite sem a devida matrícula; caçar nas proximidades da cidade e subúrbios; transitar com animais de qualquer tipo, nos passeios das ruas; cercar os quintais com cercas de madeira; pescar pirarucus, tucunarés e tartarugas fora da época determinada; passando pelo sepultamento de hábitos e saberes locais e imposições de novos. Uma cidade ordenada e expropriada de seus antigos costumes, ligados pela memória dos moradores tradicionais.

Parafraseando o escritor Márcio Souza, que no livro *Lealdade* escreveu que um país teve que morrer para outro nascer, creio ser válido afirmar, à luz do comentário acima, que, nesse processo de embelezamento de Manaus, uma cidade teve que morrer para outra nascer. A metáfora do “sepultamento de hábitos e saberes locais” é bastante expressiva quanto a isso.

3.4.2 Manaus, uma cidade “formidável” para o viajante e para o nativo

O escritor Euclides da Cunha, que chegou a Manaus em dezembro de 1904 e passou parte do ano de 1905 na capital amazonense, lavrou uma metáfora, em uma carta que escreveu para Domício da Gama, em 1905, para falar sobre a cidade, afirmando que, estando ali, encontrava-se “(...) na constância **formidável** de uma estufa” (In: GALVÃO & GALOTTI, 1997, p. 255). O cronista amazonense Genesino Braga, por sua vez, no livro *Chão e graça de Manaus*, refere-se a Manaus como a “cidade **formidável**, construída por um soldado civil, que se chamava Eduardo Gonçalves Ribeiro, mas na história do Amazonas é o Pensador” (BRAGA, 1987, p. 94).

Como se vê, tanto Euclides da Cunha (o viajante) quanto Genesino Braga (o nativo), cada um à sua maneira, adjetivaram Manaus como uma cidade “formidável”. Meu intento neste tópico é fazer uma análise comparativa dos discursos desses dois escritores relativamente a Manaus, com o fim de extrair deles a visão que cada um dos sujeitos tinha da capital amazonense no ciclo da borracha, e que diferentes sentidos esse adjetivo veicula nos diferentes discursos.

3.4.2.1 A cidade “formidável” de Euclides da Cunha: Meca & Cápua

Euclides da Cunha (militar, jornalista, professor, poeta, romancista e ensaísta) viajou para a Amazônia com uma tarefa que lhe fora dada pelo Ministério das Relações Exteriores. O Barão do Rio Branco, ministro da pasta, encarregara-o de proceder ao levantamento cartográfico do alto rio Purus, como chefe, do lado brasileiro, da comissão mista brasileiro-peruana de reconhecimento, montada para esse fim. O objetivo precípua era demarcar, de forma precisa, as indefinidas fronteiras do Brasil com o Peru, e assim pôr fim ao perigoso clima de enfrentamentos entre brasileiros e peruanos nos territórios fronteiriços entre os rios Madeira e Javari. Mota (2003) informa que Euclides parte de navio do Rio de Janeiro no dia 13 de dezembro de 1904, e, após 17 dias de viagem com escalas em várias capitais, como Recife, Fortaleza e Belém, chega a Manaus no dia 30 do mesmo mês. Ao longo da viagem, como era seu costume, vai escrevendo cartas para amigos e familiares, para tratar dos assuntos mais variados. Entre essas cartas, trabalho aqui principalmente, mas não exclusivamente, com seis delas, em que ele faz referências a Manaus. Para a análise das referidas cartas, contei com a contribuição valiosíssima dos pesquisadores Walnice Galvão e Oswaldo Galotti, que, num trabalho primoroso de arqueologia textual, reuniram toda a correspondência de Euclides, tanto ativa quanto passiva, em um único livro.

Antes de falar sobre Manaus em suas cartas, Euclides fala sobre Belém, a capital do Pará, parada necessária antes de rumar para o Amazonas. Teve muito boa impressão daquela cidade, como relata em carta ao pai, datada de 30 de dezembro de 1904. Chega a considerá-la superior a São Paulo e Rio de Janeiro, no que diz respeito às suas “avenidas monumentais largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes”. Euclides diz não conseguir imaginar, no restante do Brasil, uma cidade como aquela, “com os seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis e com sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa”. Belém, assim tão bem dimensionada, “foi a maior surpresa de toda a viagem” (In: GALVÃO & GALOTTI, 1997, p. 249).

Belém surge em sua escrita como uma cidade invejável, de clima agradável e primorosamente urbanizada. Parece ter sido muito feliz naquela cidade, o que demonstra em suas cartas. Uma das razões dessa felicidade foi ter encontrado ali um homem de ciência que muito admirava, Emílio Goeldi, com quem teve a alegria de conversar por horas a fio.

Mas ao aportar em Manaus, segundo Mota (2003), não eram poucos os problemas que o esperavam: uma adaptação penosa e lenta ao clima da região, de temperaturas elevadas; um sem-número de entraves burocráticos e a má vontade de alguns funcionários que deveriam ajudá-lo, que retardaram a partida rumo às cabeceiras do Purus; a distância e dificuldades de comunicação com o Rio de Janeiro, capital da República, onde poderia buscar auxílio nos problemas enfrentados; a febre que contraiu e que lhe causava muito mal-estar. Esses contratempos, entre outros, forçaram-no a uma parada desnecessária de três meses, lançando-o numa espera entediante e enervante. Partiu no dia 9 de abril, quando o rio já estava em fase de vazante, o que iria dificultar decisivamente a viagem. Conseqüentemente, a cidade lhe causou funda impressão negativa.

A primeira impressão veio à tona em 12 de janeiro de 1905, na missiva enviada ao amigo Afonso Arinos, quando pela primeira vez fala sobre Manaus em suas cartas:

Somente hoje posso mandar-te uma breve notícia – tais as atrapalhões, tais os embaraços que nos saltaram aqui, nesta ruidosa, ampla, mal-arranjada, monstruosa e opulenta capital dos seringueiros. Eu escrevo-te doente. Conseqüências do *glorious clime* de não sei se ilustre ou se ingênuo Bates. Este delicioso clima traduz-se num permanente banho de vapor – e quem o suporta precisa ter nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucruíubas. Não o suporte. A febrícula de 38° que me assaltou é menos um caso patológico que um incidente físico – o sangue precipita-se como o mercúrio dos termômetros – e a febre aparece apenas como um reflexo da canícula (In: GALVÃO & GALOTTI, 1997, p. 250).

Euclides descreveu Manaus nessa carta, no momento em que foi surpreendido pela notícia de que iria permanecer na cidade por muito mais tempo do que o previsto e desejado, informação que o deixou contrariado, pois estava ansioso para iniciar o seu trabalho nas cabeceiras do rio Purus, e se via obrigado a ficar lidando com questões secundárias, menores, com as quais não contava. Para ele, essa demora o estava impedindo de desenvolver seu ofício. Em meio às “atrapalhões” e “embaraços” em que se viu envolvido, representou Manaus no discurso por meio de adjetivos nada abonadores. Apesar de ser a “ampla” e “opulenta capital do seringueiro”, ela é descrita

como “ruidosa”, “mal-arranjada” e “monstruosa”. Ou seja, uma cidade relativamente grande mas desorganizada.

Em relação ao clima da cidade, com o qual antipatizou desde a sua chegada, Euclides utiliza uma **ironia** e algumas **hipérboles** para descrevê-lo. Ao construir a ironia, chama o clima de “delicioso”, quando na verdade o estava considerando insuportável. Chega inclusive a pôr em cheque a decantada genialidade de Bates, que descrevera aquele clima como *glorious clime*. Teria sido Bates ilustre ou ingênuo em sua escrita? Em seguida, vem a hipérbole “perpétuo banho de vapor”, seguida de outras: “quem o suporta precisa ter nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucruuiubas” e “o sangue precipita-se como o mercúrio dos termômetros”. Esse tópico da antipatia quanto ao clima vai reaparecer em outras cartas que endereçou a outros amigos.

É digno de nota também o fato de que Euclides atribui a posse da capital manauara ao seringueiro, como se esta fosse propriedade dele, quase que exclusivamente, ou ainda melhor, como se esta fosse composta somente por seringueiros. Traduzindo em suas palavras uma espécie de posse, a capital era dos seringueiros, pertencia a eles. Essa associação deve ter ocorrido por conta do próprio momento econômico da época, visto que Manaus estava no auge de sua exportação gomífera, o que acelerou a entrada de imigrantes, principalmente nordestinos, na execução da extração do látex nos seringais.

Na mesma carta, registra o que segue:

Felizmente a gente é boa. Em que pese o cosmopolitismo excessivo desta Manaus – onde em cada esquina range um português, rosna um inglês ou canta um italiano – a nossa gente ainda domina com as suas formosas qualidades de coração e a mais consoladora surpresa do sulista está no perceber que este nosso Brasil é verdadeiramente grande porque ainda se chega até cá (In: GALVÃO & GALOTTI, 1997, p. 251).

Aí temos uma contraposição entre a gente nativa e a alienígena. “A gente é boa”, ele assegura. A gente nativa possui “formosas qualidades de coração”. Para ele, o problema da cidade é, além do clima inóspito, o seu excessivo cosmopolitismo. Em uma nova hipérbole, vê um estrangeiro “em cada esquina”: um português que range, um inglês que rosna e um italiano que canta. Euclides parece ficar surpreso e, ao mesmo tempo, exasperado com a “babel” que a capital amazonense ostentava, e que nada tinha a ver com a gente boa e formosa da terra.

No dia seguinte ao envio dessa primeira carta sobre Manaus, 13 de janeiro de 1905, Euclides escreve uma outra carta, a José Veríssimo, disposto a dissertar mais ainda sobre o “singularíssimo clima da Amazônia”. Nela, repete a hipérbole do clima como um perpétuo banho de vapor e a ironia a respeito de Bates, mas vai além, imergindo em um determinismo climático:

Neste perpétuo banho de vapor todos nós compreendemos que se possa vegetar com relativa vantagem, mas o que é inconcebível, o que é até perigoso pela soma de esforços exigidos, é a delicada vibração do espírito e a tensão superior da vontade a cavaleiro dos estimulantes egoísticos. É possível que uma maior acomodação me faça pensar de outro modo, mais tarde. Neste momento, porém – em que a pena me escorrega dos dedos inundados – não sei como traduzir o *glorious clime* de Bates. Não há exemplo de um adjetivo desmoralizado (felizmente em inglês!) (In: GALVÃO & GALOTTI, 1997, p. 252).

Parece haver uma contradição no discurso de Euclides quando ele fala sobre a gente nativa do Amazonas. Se na carta a Afonso Arinos essa gente aparece como sendo boa e detentora de qualidades de coração louváveis, aqui essa mesma gente se apresenta à margem da vida vegetativa, tendo em vista que o clima não favorece “a delicada vibração do espírito e a tensão superior da vontade”, estando essas qualidades subjugadas pelos estimulantes egoísticos em função de um determinismo climático. Euclides parece não se desligar de sua tendência à escrita naturalista, no que diz respeito ao enfoque do homem como produto de forças naturais, externas à sua vontade. E se acena com uma possível mudança de concepção no futuro, adianta que essa mudança será fruto de mera acomodação.

Logo em seguida, na mesma carta, o escritor lavra uma nova metáfora e uma nova ironia para Manaus:

Levo — nesta Meca tumultuária dos seringueiros — vida perturbada e fatigante. Ao mesmo tempo que atendo a sem número de exigências do cargo, sofro o assalto de impressões de todo desconhecidas. Foi um mal esta parada obrigatória, que não sei até quando se prolongará: perdi uma boa parte de movimento adquirido, para avançar no deserto. Mas resignei-me, bem certo de que a minha velha boa vontade não afrouxará com tão pouco e confiante na minha abstinência espartana no reagir ao clima. Alguns graus de febre que tive, ao chegar, passaram — e espero que não tenham sido um lugubrememente gentil cartão de visita do impaludismo, pressuroso em atender ao hóspede recém-chegado (In: GALVÃO & GALOTTI, 1997, p. 252-253).

Manaus é, nessa carta, a “Meca tumultuária dos seringueiros” (a metáfora), onde o impaludismo recebe os hóspedes recém-chegados com “um lugubrememente gentil

cartão de visita” (a ironia). Meca é considerada uma das cidades mais cosmopolitas e diversificadas do mundo islâmico. Mas a Meca dos seringueiros (ou de Euclides), além do cosmopolitismo, tem a marca do tumulto e do adoecimento. O que poderia oferecer ao visitante um lugar tão tumultuado e nosológico como este descrito? Evidentemente, “uma vida perturbada e fatigante”. Escrevendo sob os estertores da febre e também sob os incômodos e contrariedades do tédio e da inércia, Euclides não economiza nas tintas escuras ao pintar o quadro de suas impressões sobre Manaus para os amigos.

Após metaforizar a cidade como uma nova Meca, Euclides elege ainda outra cidade, Cápua, para mais uma metáfora de Manaus. Para o amigo Oliveira Lima, em janeiro de 1905, refere-se à capital amazonense como a “Cápua canicular dos seringueiros” (In: GALVÃO & GALOTTI, p. 255). Em outra carta, endereçada a Domício da Gama, ainda no ano de 1905, repete a metáfora de Cápua: “Manaus (...) é hoje para mim uma Cápua abrasadora, trabalhosa, que me devora energias, menos pelo excesso de felicidade que pela sobrecarga de preocupações” (In: GALVÃO & GALOTTI, p. 255). A referência a Cápua é bastante expressiva: trata-se de uma antiga cidade onde, no transcurso da II Guerra Púnica, o general cartaginês Aníbal se instalou para passar o inverno após causar grandes estragos nas defesas de Roma. Considerando-se vitorioso sobre os romanos, naquele momento muito vulneráveis, Aníbal acomodou-se em Cápua, e se descuidou do poder de recuperação dos inimigos. Por isso, foi surpreendido pelos romanos e, conseqüentemente, derrotado. Estar em Cápua, então, passou a significar permanecer num estado de amolecimento e inércia (LÍVIO, 1989). A Cápua dos seringueiros (e de Euclides) é canicular (do verão alucinante), abrasadora. Ao invés do inverno romano, tem-se a temperatura difícil de suportar.

Euclides continua em seu texto para Domício da Gama:

Imagina esta situação de parada forçada e inaturável na minha engenharia de César. Quis chegar, observar e voltar, mas cheguei e parei. Estaquei à entrada do meu misterioso deserto do Purus; e, para maior infelicidade, depois de caminhar algumas três milhas, caí na vulgaridade de uma grande cidade comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. **Cidade meio caipira, meio europeia**, onde o tejuar se acha ao lado de um palácio e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do ianque espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute é a de uma maloca transformada em Gand” (negritos meus) (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 255).

No discurso observamos o enfoque na grande movimentação comercial. A venda no comércio, praticada principalmente por estrangeiros, para Euclides, atribuía à cidade

um caráter negativo, dando ao seu cenário um aspecto insuportável. Essa comercialização atraía gente do mundo inteiro e do próprio lugar, que, por meio das transformações que o dinheiro oferecia, poder-se-ia modificar as personalidades locais, as pessoas assumiriam, além de outros trajes, outros comportamentos. Saíam da condição de “não-civilizado” para a de “civilizado”.

A cidade, para ele, possuía duas faces: uma caipira e outra europeia. A caipira representada pelos seus nativos, traduzida em gestos e comportamentos da própria população que nela residia, o cosmopolitismo; e a europeia representada pelas construções ostensivas e suntuosas. Essas duas representações são traduzidas na antítese entre a figura do seringueiro achamboado, ou seja, mal acabado, mal trajado, deselegante, e os ingleses de sapatos brancos e bem trajados. A antítese se amplia quando contrapõe a cidade meio caipira à cidade meio europeia. Manaus, antes aldeia, agora com as características da cidade de Gand, era conhecida mundialmente por sua cultura e sua arquitetura, passando por um período de transformação. Essa imagem negativa da cidade, presente no discurso de Euclides, é uma decorrência do período de transformação da mesma, porque a cidade ainda estava em processo de construção de sua nova identidade.

A cidade em fase de construção deveria possuir características específicas a essa categoria. Para Pesavento (1999, p. 59), que discute minuciosamente o processo de urbanização dos espaços, “a grande cidade é aquela que irradia a cultura, a civilização, a novidade e a informação, onde se entrecruza toda sorte de gente e atividades e onde o seu povo se caracteriza pelo que se chamaria a ‘urbanidade’ das atitudes”. Isso explica a grande movimentação percebida por Euclides da Cunha. Mas resta sempre uma antítese em seus escritos sobre Manaus: há uma face positiva e outra negativa da cidade mirando-se entre si.

3.4.2.2 A cidade “formidável” de Genesino Braga: Paris dos trópicos

O amazonense Genesino Braga foi jornalista, cronista e professor. Em seus livros, debruçou-se sobre questões amazônicas, especialmente a cidade de Manaus, tanto que é considerado como um dos mais entusiastas cronistas da cidade do fausto. Escreveu crônicas em jornais de Manaus, as quais foram reunidas posteriormente em dois livros: *Fastígio e sensibilidade do Amazonas de ontem*, editado pela primeira vez em 1960 e com segunda edição em 1983, e *Chão e graça de Manaus*, cuja primeira edição é de 1975, com uma segunda edição em 1987. No segundo livro, o autor se

propõe apresentar “retalhos coloridos da história de Manaus” (BRAGA, 1987, p. 14). E cumpre a promessa, pois o livro apresenta uma cidade risonha e festiva, dando continuidade ao que o livro anterior já fizera, ao sugerir que Manaus era um “*mundus alter*” (um outro mundo), desconhecido, diferente em tudo do Brasil já conhecido além-mar. Genesino, com essa predicação, condensa a visão apresentada pelo poeta Gonçalves Dias ao chegar a Manaus em 1861 e fica encantado com aquela “cidade incipiente, mas acolhedora, modesta, mas simpática” (BRAGA, 1983, p. 24).

O cronista assume uma postura áulica em relação à figura de Eduardo Ribeiro, o governador do Amazonas conhecido como O Pensador, que, para ele, realizara um governo justo e pleno de realizações: “A grandeza de sua obra ficara perpetuada na suntuosidade do Teatro Amazonas, na imponência do Palácio da Justiça, nas fidalgas linhas estruturais da ponte de ferro da Cachoeirinha”, inaugurando para os amazonenses “uma idade de ouro” (BRAGA, 1983, p. 73).

“Idade de ouro”. É assim que Genesino se refere repetidamente ao período “áureo” da borracha. Em seu discurso está cristalizada essa metáfora do reino mineral (domínio-fonte) aplicada ao reino vegetal (domínio-alvo) do látex e o mundo que ele gerou. Esse era o discurso autorizado em relação ao período da economia gomífera. E ele condensa esse discurso autorizado em seu discurso, sem jamais contestá-lo. E quanto à decantação daquela “idade do ouro”, os textos do cronista revelam uma certa necessidade de heroicizar a figura de proa do momento, Eduardo Ribeiro. Genesino diz que, quando o governador morreu, a notícia de sua morte “entorpeceu a cidade” (BRAGA, 1983, p. 74). E vai além em seu discurso laudatório:

estava extinta a chama poderosa do grande visionário que lhe conduziu os destinos pelos caminhos da prosperidade. Aquele cérebro insatisfeito que tantos pensamentos alimentara, que abrigara opulentos sonhos de grandeza para o Amazonas, que antevira o fastígio de uma civilização através das artes, das letras, do comércio, da navegação, servida por leis justas e magnânimas, liderada por homens de espírito sadio e intenções puras – aquele cérebro estava agora dentro da terra, inerte, inútil, paralisado, extinto, morto!” (BRAGA, 1983, p. 77).

Perpassa o texto um exaltado tom de ufanía em relação ao “grande visionário” que conduziu os “caminhos da prosperidade” e da “grandeza” do Amazonas, renunciando o período de “fastígio” presidido por “leis justas e magnânimas” e liderado por “homens de espírito sadio e intenções puras”. Evidentemente, o discurso de Genesino apresenta um olhar romântico e até ingênuo sobre o Amazonas, sua elite

administrativa e seu governador. Um discurso devidamente situado na crônica propagandista de Eduardo Ribeiro, que sonhou em transformar Manaus em uma nova Paris, a “Paris dos trópicos”, segundo um determinado modelo de cidade europeu. Genesino mostra-se entusiasmado com essa nova configuração da cidade:

Pequeno centro de ressonância da cultura europeia, a Manaus de 1910 captava-lhe os reflexos do pensamento e da sensibilidade. Favorecida por intenso intercâmbio comercial e servida por várias linhas de navegação com o velho mundo, em razão do tráfico dos nossos produtos naturais, notadamente a borracha e a castanha, a capital amazonense vivia em contato quase permanente com as principais capitais da Europa (BRAGA, 1983, p. 86).

A Manaus “Paris dos trópicos” é descrita como segue:

Cidade alindada e europeizada pelo gênio administrativo e pelos sonhos de opulência de Eduardo Ribeiro (“Encontrei uma grande aldeia e fiz dela uma cidade moderna”); segunda cidade do Brasil a ter em suas casas e em suas ruas iluminação elétrica (1896) e a primeira a possuir tráfego urbano de bondes elétricos (1899); despontada como “A revelação da República”, em 1906, para os olhos surpresos do Presidente Afonso Pena; alucinante de altos negócios e de produção e exportação do látex, bem como de fortunas, de orgias e esbanjamentos, luxo e requintes sociais, na última década do século passado e nos três primeiros lustros do atual (BRAGA, 1987, p. 22).

Era uma Manaus que se interessava pelas cotações da Bolsa, pelos acontecimentos políticos, modas, novidades literárias, personalidades de destaque e últimos sucessos teatrais da Europa. Numa intensa tradição de transplante cultural, a cidade foi pouco a pouco se europeizando, e o cronista descreve essa europeização como algo louvável e benéfico para a capital. Principalmente porque entendia que o cosmopolitismo não prejudicava a paz e o sossego da cidade. Ele assegura, por exemplo, que em 1915 este longínquo recanto do mundo

permanecia inalcançado pelos ventos funestos da conflagração europeia, acomodado na mansa respiração de um clima impregnado das doiradas manifestações de espírito, dos sonhos fagueiros, das amáveis delicadezas do coração. A mocidade não tinha problemas de subsistência, não se apressava para os torneios da fortuna, a vida não impunha pesados fardos ao adolescente” (BRAGA, 1983, p. 182).

Cidade idealizada, que teria recebido apenas influências boas da Europa. A Primeira Guerra Mundial, que assolava principalmente o Velho Mundo, não conseguira chegar até o “longínquo recanto de um mundo feliz”. Genesino é pródigo em elaborar metáforas que expressam essa idealização. As abundantes expressões metafóricas que

ele utiliza são, na verdade, os “retalhos coloridos” que prometera na introdução de seu segundo livro. A título de exemplo, apresento a seguir um quadro dessas expressões metafóricas.

Expressões metafóricas para Manaus	Domínio-fonte	Domínio-alvo	Sentido
Cidade-empório	comércio	Manaus	Lugar de fabulosa movimentação comercial e centro de expansão industrial da Amazônia
Canaã das esperanças brasileiras	religião	Manaus	Metáfora bíblica que aponta para a cidade como reserva de verdura, águas, terra e oxigênio para o futuro do país.
Chão de pelejas	guerra	Manaus	Referência ao “índio-almirante” Ajuricaba, comandante de “batalhas navais” em prol de sua gente.
Chão de amor	relacionamentos	Manaus	Cidade que, desde a sua origem, inspirou muitos romances e casamentos.
Cortejada pelos cientistas que a visitaram	relacionamentos	Manaus	Metáfora ontológica em referência aos muitos viajantes naturalistas e demais cientistas que circularam pela Amazônia desde o século XVIII.
Cidade-oração	religião	Manaus	Alusão à presença dos representantes da igreja católica desde 1965 em Manaus, com os frades carmelitas.
Cidade-jardim	natureza	Manaus	Destaque para o aspecto verde da cidade: ruas e avenidas acanteiradas de gramíneas e plantas.
Rainha das águas	monarquia	Manaus	Metáfora ontológica que realça o fato de ser banhada por dois dos maiores rios do mundo: rio Negro e Solimões.

Quadro 3 – Expressões metafóricas que licenciam a metáfora dos “retalhos coloridos de Manaus” (BRAGA, 1987).

Fonte: A Pesquisadora.

Não é difícil perceber que a Manaus de Genesino é uma cidade que se destaca pelo luxo, pelo bom gosto, pelas relações de boa convivência e solidariedade, pela vida festeira e feliz. Muito mais feliz até mesmo que a sua mãe inspiradora, Paris, pois, enquanto a capital francesa sofria com os horrores da guerra, Manaus preservava o seu estado imaculado de paz e tranquilidade. Como já assinalei acima, trata-se de uma cidade idealizada, fabricada na imaginação e no discurso do cronista.

3.4.2.3 Manaus “formidável”

Voltando à abertura do item 3.4.2, reitero o fato de Manaus ter sido adjetivada como “formidável” tanto por Euclides da Cunha quanto por Genesino Braga. E para fechar o tópico relativo a essa adjetivação, recorri ao Dicionário Aurélio, com vistas a resgatar os possíveis sentidos que a palavra veicula. Eis o que o dicionário apresenta:

“For.mi.dá.vel adj2g.

(1) descomunal, colossal;

(2) terrível, pavoroso;

(3) que desperta admiração, entusiasmo etc.

(4)(*bras.*) muito bom ou bonito etc.” (FERREIRA, 2001, p. 329).

O dicionário apresenta quatro acepções para a palavra. Entre essas acepções, entendo ser válido afirmar que as acepções (1), (3) e (4) são perfeitamente aplicáveis à “cidade formidável” de Genesino, mas não a acepção (2); por outro lado, somente a acepção (2) cabe na “estufa formidável” de Euclides. Dessa forma, temos de um lado a cidade idealizada pelo nativo: descomunal, colossal, admirável, muito boa e bonita, e, por outro lado, a cidade caricaturizada como uma estufa: terrível, pavorosa.

Como vimos anteriormente, Euclides, ao retratar a Manaus do ciclo da borracha, é enfático na descrição das características negativas do espaço. Ele dá relevância às turbulências vividas pelos habitantes naquele momento. Já Genesino faz emergir de seus textos um retrato pintado com cores vivas e alegres, revelando uma outra representação do lugar.

Através dos discursos dos autores, fica evidenciado que eles fazem parte de formações ideológicas diferentes. Mesmo ocupando praticamente a mesma classe social (tanto Euclides quanto Genesino exerceram pelos menos três profissões em comum, a de jornalista, a de professor e a de escritor), notamos em seus discursos ideologias diferentes a respeito de Manaus. Para Euclides, esta era representada pela figura do seringueiro, deselegante e grosseiro; para Genesino, as ruas alinhadas de estilo

parisiense (cidade-modelo da época), a luz elétrica nas casas e nas ruas, o tráfego urbano acentuado, a cidade de altos negócios de produção e exportação do látex, foi o que permeou a construção do seu imaginário. Essa antinomia configura, para a AD, formações ideológicas diferentes.

Para Althusser, as formações discursivas estão imbuídas nas formações ideológicas. Assim sendo, os discursos analisados nos permitem entender a presença de duas formações discursivas distintas. São posições de classe que remetem a discursos diferentes a respeito da cidade de Manaus da mesma época, reconstruindo assim, um espaço multifacetado, passível de várias formações discursivas, ideológicas, e interpretações. É importante observar que tanto um quanto o outro escritor atribui ao Governador Eduardo Ribeiro a ideia das transformações ocorridas na cidade. Euclides o caracteriza como audacioso pensador, como descrito no trecho abaixo, em sua carta a Coelho Neto, em 10 de março de 1905: “[...] essa Manaus rasgada, em avenidas largas e longas, pelas **audácias do Pensador**, faz-me o efeito de um quartinho estreito. Vivo sem luz, meio apagado e num estonteamento [...]” (negrito meu) (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 266). Enquanto Genesino Braga, o denomina de **gênio administrativo**, como foi evidenciado no texto supracitado. Para Euclides, mesmo referenciando as características espaciais da cidade, assim como fez Genesino, atribuiu a ela os efeitos de mal-estar sentidos por ele. Como se percebe, as formações discursivas se apresentam diferentes à medida em que os discursos são distintos.

Para Pêcheux, as palavras mudam de sentido a partir das posições sustentadas por aqueles que as empregam. Isso nos diz que elas adquirem o seu sentido em referência a essas posições, ou seja, em relação a posições ideológicas em que se inscrevem. Euclides não reconhecia nas ações de Eduardo Ribeiro nenhum ato extraordinário, próprio de um gênio. Mas Genesino visualizava uma extraordinária capacidade intelectual, que se manifestava em atividades criativas. Daí substituir o seu nome pela predicação “gênio administrativo”. Algumas antíteses que abstraí da leitura da análise dos discursos de ambos, apresentadas a seguir, explicitam as diferentes visões que cada um tinha da cidade:

a) Quanto aos títulos das obras: Euclides planejava dar ao seu livro amazônico, no qual possivelmente seriam incluídas as reflexões sobre Manaus, o título de “Paraíso perdido”, o qual foi publicado postumamente com o título de *À margem da história*; Genesino, por sua vez, intitulou seus livros de *Fastígio e sensibilidade do Amazonas de ontem e Chão e graça de Manaus*. Como o título de uma obra é a primeira pista para a

sua interpretação, cabe observar que, a partir dos títulos de seus livros, Euclides e Genesino já sinalizam a sua visão sobre a cidade;

b) Levando-se em conta os conceitos de paródia (deslocamento) e paráfrase (condensação), convém assinalar que o discurso de Euclides é parodístico, enquanto o de Genesino é parafrásico. Euclides rompe com a tradição de escritos laudatórios sobre o ciclo da borracha, e Genesino dá vazão a essa tradição em seu discurso;

c) Tanto Euclides quanto Genesino sublinham o cosmopolitismo de Manaus no ciclo da borracha. Só que cada um tem um olhar diferente sobre esse aspecto da cidade: para Euclides, o cosmopolitismo é negativo, uma vez que acarreta a perda da identidade, enquanto para Genesino, ele é positivo, porque contribui para enriquecer culturalmente a capital amazonense;

d) Quanto ao tópico relativo ao clima, Euclides reitera o determinismo deste sobre o nativo, prejudicando-lhe o desenvolvimento da sensibilidade e da intelectualidade, além de importunar o viajante com a temperatura insuportável. Genesino, ao contrário, descreve o clima como benfazejo, por favorecer as “doiradas manifestações do espírito” e “as amáveis delicadezas do coração” (BRAGA, 1983, p. 182).

Essas antíteses corroboram o fato de que Euclides esmerou-se em mostrar um lado mais sombrio de Manaus, ao passo que Genesino ateve-se ao lado festivo, luminoso da cidade. Consequentemente, o que se percebe é que os textos de Euclides apresentam uma visão mais crítica que os de Genesino, que se revelam bastante ufanistas. Portanto, compreendemos que os dois discursos possuem sentido e valor para diferentes formações ideológicas, ou seja, o sujeito irá inclinar-se, não de forma consciente, para uma das posições. Os sujeitos, a partir de uma ideologia, compartilharão e reproduzirão o discurso escolhido e, à medida que optam por um, excluem o outro, originando assim formações discursivas distintas.

3.5 Contribuições para o debate

O espaço, na tentativa de se inserir no conceito de cidade – condição bastante almejada na época primordial do desenvolvimento urbano e que se iniciou praticamente com o surgimento do capitalismo – transpôs um longo percurso que se inscreveu no decorrer da história, marcado por conflitos e conciliações. Esse espaço, depois de transformado, despertou em seus habitantes inúmeras representações de imagens, as

quais foram lidas de diversas maneiras, fazendo-nos crer que o conceito de cidade, na cultura ocidental, tem relação direta com o imaginário. Tanto a leitura realizada por historiadores quanto a realizada por ficcionistas e legisladores se efetivam por meio do imaginário. Consequentemente, as diferentes leituras correspondem a diferentes ideologias, as quais são reproduzidas nas formações discursivas.

As contribuições da AD, no que se refere aos conceitos de discurso, ideologia, formação discursiva e formação ideológica, são fundamentais, no que concerne à compreensão dessas diferentes leituras do espaço, uma vez que seus conceitos nos oferecem suporte teórico para afirmação das ideologias presentes nos discursos proferidos, além de possibilitar a análise dos enunciados presentes nos discursos sobre a Manaus do ciclo da borracha, e assim inseri-los em uma determinada formação discursiva.

Neste capítulo, objetivei mostrar que as representações construídas pelos sujeitos não acontecem aleatoriamente. Existe uma ideologia por trás das ações e dos discursos produzidos. Os sujeitos, então, de forma inconsciente, se inserem ou são inseridos, ou melhor, se identificam com determinada ideologia, e a partir dela reproduzem o discurso, sejam estes da classe dominante ou da classe dominada. Como resultado, surgem as várias formações discursivas e formações ideológicas, as quais, estando presentes na sociedade, oferecem-nos a amostra das várias posições políticas, sociais, culturais e ideológicas que estão presentes em um discurso.

Conhecer o processo histórico do desenvolvimento da urbe contribuiu para a reflexão de quanto as ideologias estão disseminadas nas sociedades do mundo, pois, a partir de um modelo de cidade (a cidade de Paris), o discurso foi propagandeado até alcançar os quatro cantos do mundo, possibilitando o empréstimo desse modelo, por parte dos representantes do Estado, para a transformação dos espaços públicos. Os sujeitos, por sua vez, ressignificam esse espaço, construindo um quadro multifacetado, porém compreensível e justificável.

4 A MANAUS DA *BELLE ÉPOQUE*: PARIS DOS TRÓPICOS NO PORTO DE LENHA

Porto de lenha
tu nunca serás Liverpool
de cara sardenta
e olhos azuis (...)
(FILGUEIRAS, *A república muda*)

O conteúdo deste capítulo é um estudo a respeito da representação de Manaus no período conhecido como *belle époque*, explorando, por meio de um diálogo entre a teoria da Metáfora conceitual e a teoria Semiótica, duas metáforas que foram criadas para expressar a Manaus daqueles idos. A primeira é a do “porto de lenha”, e a segunda é a da “Paris dos trópicos”. A análise propõe uma leitura das políticas de urbanização da cidade. A análise do caráter plurisotópico daquele espaço urbano permitiu a identificação de duas cidades diferentes dividindo o mesmo espaço.

A pesquisa objetivou analisar essas duas metáforas à luz da história da cidade de Manaus e de estudos desenvolvidos por pesquisadores a respeito da cidade nesse período, que coincide com o chamado período áureo da borracha. Em que sentido essas duas metáforas antagônicas podem ser interpretadas como sendo duas faces de uma mesma realidade foi o ponto focal que motivou a investigação. O capítulo desenvolve-se com base nos seguintes tópicos: considerações sobre o conceito de *belle époque* aplicado ao contexto amazônico, reflexões sobre a história de Manaus – especialmente em relação ao ciclo da borracha – e análise das metáforas que expressam a cidade ora como porto de lenha ora como Paris dos trópicos.

O capítulo também mostra a representação escrita da evolução como metáfora da história de Manaus, da categoria de Lugar à de Metrópole, passando por categorias intermediárias.

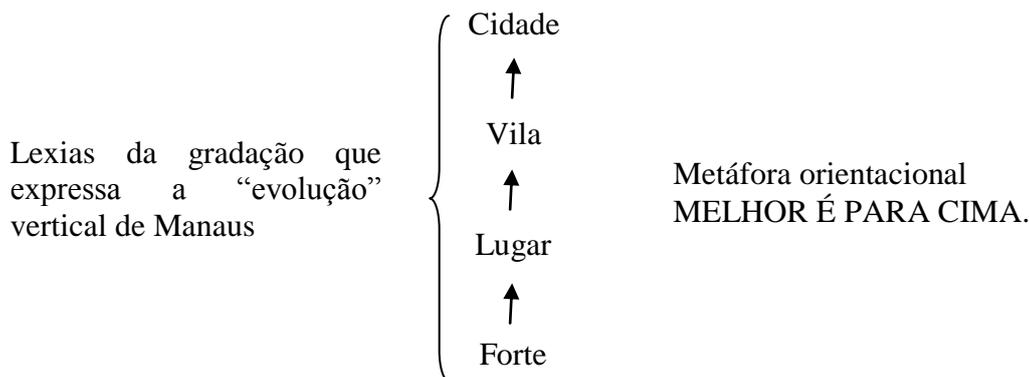
Manaus foi palco de um cenário político-econômico-cultural que perdurou por aproximadamente trinta anos, quando foi transformada em cidade com características inversas às suas originais, quando ainda era o Lugar da Barra. Duas metáforas foram criadas para expressar as concepções que se tinha sobre essa cidade, a sua dupla face: a primeira, o “porto de lenha”, representava o espaço daqueles que não possuíam a marca elitizada do *status* conferido à camada social de “prestígio”; a segunda, a “Paris dos trópicos”, identificava o espaço marcado por riquezas e ostentações que supriam as necessidades e os caprichos daqueles que compunham a elite da época.

Essas duas metáforas, que representaram a cidade de Manaus por praticamente três décadas, traduzem o cenário onde os atores atuaram em consonância com os papéis que lhes foram atribuídos: aos protagonistas – políticos, funcionários graduados, coronéis de barranco, estrangeiros e os chamados “bem nascidos” – cabia reproduzir costumes, estilos e aspirações parisienses, ou seja, modos de vida importados da Europa; aos coadjuvantes – índios, nordestinos, negros africanos, doentes e pobres – restava a participação no espetáculo como verdadeiras marionetes, exploradas nos mais diversos setores de sua vida privada.

4. 1 Do lugar à metrópole – a evolução como metáfora da história de Manaus

Os estudiosos não são acordes quanto à data de fundação nem quanto ao construtor da Fortificação da qual se originou a atual cidade de Manaus. As datas encontradas nas literaturas variam entre 1666 e 1669. Foi dada a denominação de Forte de São José da Barra do Rio Negro, admitindo as seguintes variações: Fortim de São José, Forte do Rio Negro, Fortaleza de São José do Rio Negro e Fortaleza do Rio Negro. Em Souza (2010, p. 51), temos a seguinte referência: “Desde 1669, estava levantada a Fortaleza da Barra de São José, de cujo aldeamento surgiria Manaus”. Em Braga (2013, p. 16), a afirmativa também é precisa em relação ao ano da criação: “(...) Manaus nasceu em 1669, quando começou o núcleo urbano em derredor do Forte de São José da Barra do Rio Negro (...)”.

No decurso do tempo, desde 1669 à atualidade, Manaus teve como designação administrativa as categorias fortaleza, lugar, vila e cidade. Essa gradação expressa a evolução da cidade, em acordo com a independência administrativa conquistada, e possibilita a leitura da história de uma Manaus que evoluiu ao longo do tempo. A sucessão das categorias supracitadas confirma esse fato. Primeiro, como “forte” (1669), não tendo propriedade administrativa própria, limitada em suas decisões, uma vez que sua sede administrativa estava em Barcelos – Forte vizinho; depois, como “lugar” (por volta de 1791), com um território maior e mais povoado, sendo necessária uma sede para a resolução imediata de questões específicas; em seguida, como “Vila” (1832), dotada de um poder administrativo maior, e construindo a sua própria câmara de vereadores, passando a ter juiz e promotor de justiça. A vila passa a dotar-se de elementos que davam uma nova competência à localidade. Foi em 24 de outubro de 1848, que a Vila de Manáos passou à categoria de cidade da Barra do Rio Negro (Braga, 2013). O esquema que proponho a seguir expressa a gradação vertical a que me refiro:



A metáfora orientacional está diluída nas expressões metafóricas destacadas a seguir:

Desde 1791 o Lugar da Barra vinha sendo considerado a capital do Rio Negro, mas recebeu o nome de Manaós pela primeira vez em 1832, com o Código Criminal do Império, quando foi **elevada à categoria de Vila** e cabeça de Comarca (...) (BRAGA, 2013, p. 17 – negrito meu).

Em 24 de outubro de 1848, pela lei 145, a então Vila de Manaós, como se escrevia e se escreveu durante anos e anos, foi **elevada a categoria de cidade**, mas foi restabelecido o nome de Cidade da Barra do Rio Negro que só foi modificado para cidade de Manaós em 1856 (...) (Op. Cit., p. 17–negrito meu).

Temos as seguintes expressões metafóricas: “elevada à categoria de Vila” e “elevada à categoria de Cidade”, nas quais ao sentido da palavra “elevada”, em específico, subjaz o sentido de crescimento geográfico e demográfico da cidade de Manaus, além do sentido principal de independência administrativa. Ou seja, a metáfora *MELHOR É PARA CIMA*, isto é, elevado, permeava o pensamento e o discurso dos administradores da época. A visão de elevação, vista como uma conquista positiva, estava presente em cada expressão utilizada, no instante em que a cidade adquiria uma certa autonomia em suas gerências. Desta forma, a interpretação metafórica sinaliza que a elevação de “Lugar” a “Vila” e a elevação de “Vila” a “Cidade” são vistas como uma boa conquista, pois tudo que é elevado é bom. E quanto mais elevado melhor ainda.

Na **evolução histórica** foi se transformando, paulatinamente, em Aldeia de São José da Barra, Lugar da Barra do Rio Negro até chegar a ser chamada de Vila de Manaós, Cidade da barra do Rio Negro e Cidade de Manaós no largo período de 1669 a 1856, indo e vindo com estes nomes por diversos processos políticos, governos, intervenções, juntas governamentais, com ou sem o próprio senado da câmara como era designado o grupo de legisladores locais naqueles tempos (Ob. Cit., p. 17) (negrito meu).

A expressão metafórica “evolução histórica”, presente na citação, a qual explica o processo de denominação da cidade de Manaus, concretiza a metáfora orientacional *MELHOR É PARA A FRENTE* (LAKOFF e JOHNSON, 2002).

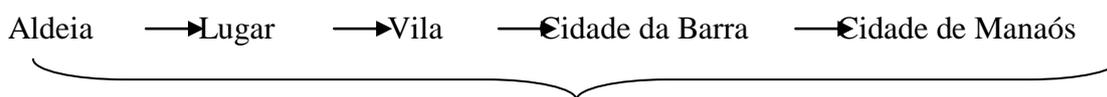
Neste caso, admite-se que, no princípio, a cidade ainda era uma Aldeia, possuindo um espaço geográfico limitado, formada principalmente por indígenas. De acordo com o minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2001, p. 29), temos ao menos três significados para definir a palavra aldeia:

- (1) Pequena povoação, inferior a vila;
- (2) Povoação rústica;
- (3) Agrupamento de índios, sob a direção de missionário ou autoridade leiga.

Quando Manaus, no percurso evolucionário da história, alcança o *status* de cidade, o seu espaço já estará ampliado, assim como a sua povoação estará maior. Isso significa que a evolução no transcurso do tempo a fez passar por uma série progressiva de transformações, por isso ela evoluiu, saindo de uma categoria para assumir outra.

O dicionário supracitado define o termo “cidade”, em seu sentido básico, como núcleo principal ou centro urbanístico de uma determinada povoação, onde estão geralmente localizadas as casas comerciais mais importantes.

Diante das definições acima – de cidade e aldeia –, podemos constatar a metáfora *MELHOR É PARA A FRENTE*, ao averiguar a “evolução histórica” de Manaus no decorrer do tempo, ou seja, quando esta se desloca da condição de aldeia, com uma determinada densidade demográfica e geográfica, para a condição de cidade, ampliada para atender as necessidades dos habitantes. Nesse sentido, creio ser viável propor também o seguinte esquema para expressar a gradação horizontal da história da cidade:



Lexias da gradação que expressa a “evolução” horizontal de Manaus.
Metáfora orientacional *MELHOR É PARA A FRENTE*.

4. 2 A Amazônia e a *belle époque*

Como vimos, Manaus data o seu surgimento no século XVII, quando os portugueses passaram a explorar a região em busca de escravos indígenas. Esses colonos portugueses tiveram importantes funções na modelagem da sociedade e da

economia amazônica (BENCHIMOL, 2009, p. 81). Na segunda metade desse século, foi fundada a primeira povoação do Rio Negro, composta por diversos indígenas das mais variadas nações amazônicas e alguns brancos. Posteriormente, a cidade foi batizada com o nome de Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro, recebendo, a partir daí, diversas denominações, tais como Lugar da Barra, Vila de Manáos, Manaós, até se obter o nome atual: Manaus (SOUZA, 2009; BRAGA, 2013), conforme explicitado no item anterior.

Tais mudanças não devem ser somente associadas ao seu nome. Elas estão presentes nos costumes, na sua organização social e política, nos comportamentos dos nativos e até no modo de vestir desse povo. Os habitantes de Manaus, no período colonial, eram nativos que não possuíam nenhuma espécie de preocupação com o futuro. Estavam acostumados com os limites impostos pela vida e pela própria natureza amazônica, impregnados de costumes considerados exóticos que despertavam uma verdadeira repugnância nos homens de cultura considerada elevada, segundo boa parte dos viajantes que por ali passaram e escreveram sobre a cidade. Esse retrato é descrito com riquíssimos detalhes por Mesquita (2006, p. 30), ao relatar a impressão do naturalista inglês Alfred Russel Wallace ao chegar à cidade em 1849:

(...) O grande acontecimento social da cidade era a missa aos domingos, quando “trajavam todos em grande estilo” – as mulheres compareciam “elegantíssimas, num multicolorido desfile de musselinas e gazes francesas”, suas cabeleiras eram “cuidadosamente arrumadas e adornadas com flores” e os cavalheiros, que durante a semana “ficavam nos seus imundos armazéns em mangas de camisa e chinelos”, surgiam trajando finíssimos ternos pretos, chapéus de feltro, gravatas de cetim e botinas de verniz de cano bem curto”, mas o hábito mais impressionante para Wallace era a “hora das visitas de cerimônia”, que ocorriam após a missa, quando todos se encontravam para comentar os escândalos acumulados durante a semana, e falavam das famílias mais respeitáveis como que se “trata-se de coisa normal e corriqueira”, coisa que dificilmente poderia ser creditada aos moradores dos piores cortiços de Sr. Giles. Tal comportamento levou o inglês a assegurar que Barra deveria ser a “comunidade civilizada” e que tinha “os costumes mais decadentes possíveis”.

O trecho denota, com precisão, a visão da maioria dos viajantes que por lá passaram, ao observarem a gente nativa da cidade e considerarem aberrantes muitas das situações presenciadas. Mesmo assim, boa parte deles resolveu permanecer no local ou revisitar-lo posteriormente. É interessante notar que esse discurso sobre a ociosidade e o “mau gosto” que o texto cita, presente em muitos desses escritores, vai arrefecendo com

a atividade de monocultura da economia gomífera que veio a ser desenvolvida cerca de 50 anos depois.

Com o surgimento e desenvolvimento da atividade extrativista do látex, essa mesma Manaus sofreria uma verdadeira transformação: seria convertida em um requintado palco para o espetáculo do capital. O cenário recebe inúmeras mudanças para se adequar à peça a ser apresentada. Os papéis actanciais são distribuídos em consonância com o nível social e econômico dos atores. O figurino, precisamente moldado para cada personagem da apresentação. Surge, assim, uma cidade cenográfica, pronta para o espetáculo, que durou cerca de 30 anos. O suficiente para marcar definitivamente a história do povo manauara.

Em 1890, inicia-se o espetáculo. Entra em cena o chamado “período áureo” da borracha, cujas consequências econômicas afetaram não só a região amazônica, mas também o país, visto que o apogeu da economia gomífera movimentou os cofres de lugares distantes dessa região. Até nos dias atuais, causa um certo espanto imaginar-se como seria possível a comunicação direta entre a longínqua Manaus, encravada no meio da selva, e países de outros continentes, diferentes em tudo da cultura amazônica, por serem considerados como estando em outro patamar de desenvolvimento social e cultural. Porém, essa comunicação não era gratuita: de ambos os lados, o que determinava o contato e as relações era um intrincado jogo de interesses.

De um lado, a região amazônica, especialmente o Acre, Manaus e Belém, continha nas suas matas uma árvore, a *hevea brasiliensis*, que produzia o leite – látex, que empanturrava os bolsos dos que formavam a elite da época. De outro, os países já em fase mais avançada de desenvolvimento realizavam pesquisas para as atividades industrializadas, ou seja, tinham o conhecimento do processo de industrialização, mas faltava-lhes a matéria-prima. Essa realidade gerou uma atividade de troca entre as elites e trouxe inúmeras consequências para todos os grupos sociais, obviamente que as consequências variavam para cada grupo.

O mundo estava vivendo uma *belle époque*. Esse termo *belle époque* é uma expressão francesa que significa “bela época”. Foi um termo criado para definir um período de cultura cosmopolita na Europa que começou no século XIX e durou, mais ou menos, até a Primeira Guerra Mundial, em 1914. O período marcou a mudança na forma de pensar e viver o cotidiano, além de representar o clima intelectual e artístico do momento. Esse momento também foi reconhecido como a era da beleza, inovação e paz entre os países europeus. As novas invenções tecnológicas, como por exemplo, o

telégrafo sem fio, o telefone, o cinema, o avião, o automóvel e a luz elétrica favoreciam esse pensamento, oferecendo assim, aporte para uma nova visão da realidade. Essas novas criações foram decisivas para as transformações em todos os níveis sociais, e na vida cultural (MILAGRE JUNIOR e FERNANDES, 2013).

Essa época inspirou uma arte e arquitetura, que foi reconhecida em outras nações como estilo “*belle époque*”, que valorizava os ornamentos, as cores vivas e as curvas sinuosas baseadas nas formas elegantes das plantas, dos animais e das mulheres. Com seus cafés-concertos, balés, óperas, livrarias, teatros, *boulevards* e alta costura, Paris, a “Cidade Luz”, era considerada o centro produtor e exportador da cultura mundial. Além disso, a “*belle époque*” foi representada por uma cultura urbana de divertimento incentivada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, que aproximou ainda mais as principais cidades do planeta. Portanto, ir a Paris ao menos uma vez por ano era uma atividade corriqueira e “obrigatória” para as elites da época, assim eles asseguravam o vínculo com a atualidade do mundo. Porém, em pouco tempo, esse novo formato de ver a vida seria transportado para o restante do mundo, conforme podemos observar na citação:

(...) o surgimento da nova sociedade moderna é apresentado através de suas cidades, sua urbanização, suas transformações sociais, urbanização, símbolos, etc. (...) A Europa, e principalmente a França, não iria ficar trancafiadas em suas próprias mudanças. Era preciso exportá-las. Não houve mercado melhor para essa influência do que os países recém-independentes da América Latina, entre eles o Brasil (*sic*) (MILAGRE JUNIOR e FERNANDES, 2013, p. 25).

Foi o Barão Georges-Eugène Haussmann, como era conhecido o prefeito de Paris, o encarregado pelo novo imperador Napoleão III de transformar a cidade – já centro mundial de cultura e civilização – no modelo acabado de metrópole do século XIV. Para isto, o Barão demoliu as antigas ruas, os pequenos comércios e as moradias da cidade, e criou uma capital ordenada com base na geometria de grandes avenidas e *boulevards*, uma nova disposição que mudou a aparência da cidade e o comportamento dos habitantes (PESAVENTO, 1999).

Transformações similares aconteceram no restante do mundo, no momento em que iniciaram a transportação do modelo europeu de cidade, especificamente o Brasil, mais especificamente ainda, Manaus. Essa cidade encravada na selva passou a ser um

pequeno centro de ressonância da cultura européia, a Manaus de 1910 captava-lhes os reflexos do pensamento e da sensibilidade. Favorecida pelo

intenso intercâmbio comercial e servida por várias linhas de navegação com o velho mundo, em razão do tráfico de nossos produtos naturais, notadamente a borracha e a castanha, a capital amazonense vivia em contacto quase permanente com as principais capitais da Europa (BRAGA, 1983, p. 86).

Em Manaus também se viveu uma *belle époque*, porque os costumes, os comportamentos, as relações sociais e até o modo de vestir-se dos habitantes mudaram, além das outras transformações que não foram evidentes, no entanto podiam ser deduzidas dos gestos, durante e após o espetáculo. Daou (2004, p. 41) afirma que esse momento dinâmico, considerado como o período áureo, é mais evidenciado de forma espetacular “no dinamismo da vida social e na multiplicação das interações sociais”.

Eduardo Ribeiro, um dos governadores do Amazonas durante esse período, sonhava com uma Paris em meio à selva, no que se refere a tamanho, urbanização e prosperidade, uma verdadeira Paris dos trópicos. Para concretizar tal sonho, deu início à transformação do espaço e à criação do cenário, fato evidente na fala do governador ao afirmar: “nivelei e pavimentei as ruas Tarumã e 7 de Setembro. Mande elaborar um novo plano urbanístico para Manaus” (SOUZA, 1976, p.49). Toda a cidade passou a ser modificada, nos mais diferentes aspectos que se possa imaginar, desde aqueles de caráter público até os de caráter privado. Esse processo é bem descrito por Dias (2007, p.41) ao afirmar um complexo de reformas é realizado

em todos os setores e inclui a demolição dos antigos prédios públicos da época da Província, e sua substituição por construções suntuosas que passem o atestado de modernidade, assim como a construção de grandes hotéis, cafés, bazares, lojas, teatros, cinemas, armazéns. O modelo de inspiração foi a Europa, especificamente, Paris (...).

O processo de transformação foi rápido, devido à movimentação econômica do Estado. A abundância de dinheiro facilitou a imigração em grande escala, amenizando assim um dos problemas mais antigos da região: a mão de obra. Daou (2004) descreve o período da “*belle époque*” como uma efervescente vida social em que se importaram costumes europeus, com muitas famílias divididas entre Portugal e a Amazônia, pois era muito frequente os pais enviarem seus filhos para estudar fora do país, favorecendo assim a relação não somente econômica mas também cultural. Importava-se praticamente tudo, desde os gêneros alimentícios, as vestimentas, os materiais de construção, os modelos arquitetônicos de cidade, a mão-de-obra, os profissionais com diploma, as empresas prestadoras de serviço, etc. Esse fato é assinalado por Mesquita (2006, p. 124), ao afirmar que

a situação alçada por essa classe emergente possibilitava a ação de novos hábitos, muitas vezes, decorrentes apenas da necessidade de ostentação. Importavam-se além dos gêneros de primeira necessidade, os mais diversos produtos supérfluos. Viaja-se com frequência para a Europa e para os Estados Unidos e as famílias mais abastadas enviam seus filhos para estudarem no Velho continente, de onde traziam costumes e aspirações nem sempre condizentes com o contexto amazônico, e que nem por isso deixavam de ser assimilados por parte da população.

Com exceção do local onde foi erguido o cenário, tudo se importou, para se viver o tão idealizado “fausto”. A “aldeia” foi transformada em “cidade moderna”. Foi esse o cenário onde os espetáculos foram os mais variados possíveis, oscilando entre os sociais e individuais, públicos e privados, arquitetônicos e ideológicos, enfim, em todos os setores se observa o abandono dos antigos costumes coloniais para adequação ao modelo Europeu, tido como referência.

Esse espetáculo só foi possível pelo surgimento da personagem principal: a seringueira. A árvore que produz o látex foi encontrada em meio à selva amazônica e em pouco tempo teve início a exportação da goma elástica. No decorrer do tempo, essa exportação aumentou significativamente. E o Estado começou a obter lucros elevadíssimos, porém, à medida que a venda aumentava, aumentavam os sonhos dos governantes. Estes, então, transformaram a cidade com os lucros do produto para atender as necessidades e os caprichos da elite. Vivia-se numa “*belle époque*”. Mas, para que a nova realidade se estabelecesse, foi necessário o rompimento com a antiga cidade, como exemplifica Souza (2009, p.262):

os coronéis da borracha, enriquecidos na aventura, resolveram romper a órbita cerrada dos costumes coloniais, a atmosfera de isolamento e tentaram transplantar os ingredientes políticos e culturais da velha Europa, matrona próspera, vivendo numa época de fastígio e menopausa...”

Ao afirmar que a mudança nos costumes dos habitantes da cidade de Manaus consistira na transposição do modelo Europeu, fica evidente que o modelo de cidade referência, dotada de propriedades dignas de serem transportadas para o restante do mundo, é o europeu. A expressão metafórica “matrona próspera” atualiza a metáfora ontológica *A EUROPA É UMA MULHER*. Ato contínuo, a expressão “vivendo numa época de [...] menopausa” refina ainda mais a metáfora: *A EUROPA É UMA VELHA*. A leitura dessa metáfora ontológica é possível devido ao sentido da palavra “matrona”, assim definida no minidicionário Aurélio (2001, p. 452):

- (1) Mulher respeitável;
- (2) Mulher idosa e corpulenta;

(3) Dama, na antiga Roma.

Temos, nos três conceitos, além da presença do gênero feminino, a especificidade de se tratar de uma mulher mais velha, em tese uma pessoa que inspira respeito. Todavia, Souza transita do respeito para o deboche em relação a essa “velha” Europa. Em que pesem as considerações cáusticas do autor da citação, é possível ver também na base dessas expressões metafóricas a metáfora *A EUROPA É UMA GENITORA*, considerando-se que, na nossa sociedade, seria a figura da genitora aquela que tem a condição de gerar filhos, reproduzindo assim a sua hereditariedade. Em relação à transposição do modelo europeu à região amazônica, estaria justificada, por ser Manaus e as outras cidades tidas como filhas da Europa. Desta forma, teriam que seguir o exemplo da mãe, uma vez que a mãe obteve bom êxito na vida, foi afortunada, por isso digna de ser copiada.

4.3 A Manaus “porto de lenha”

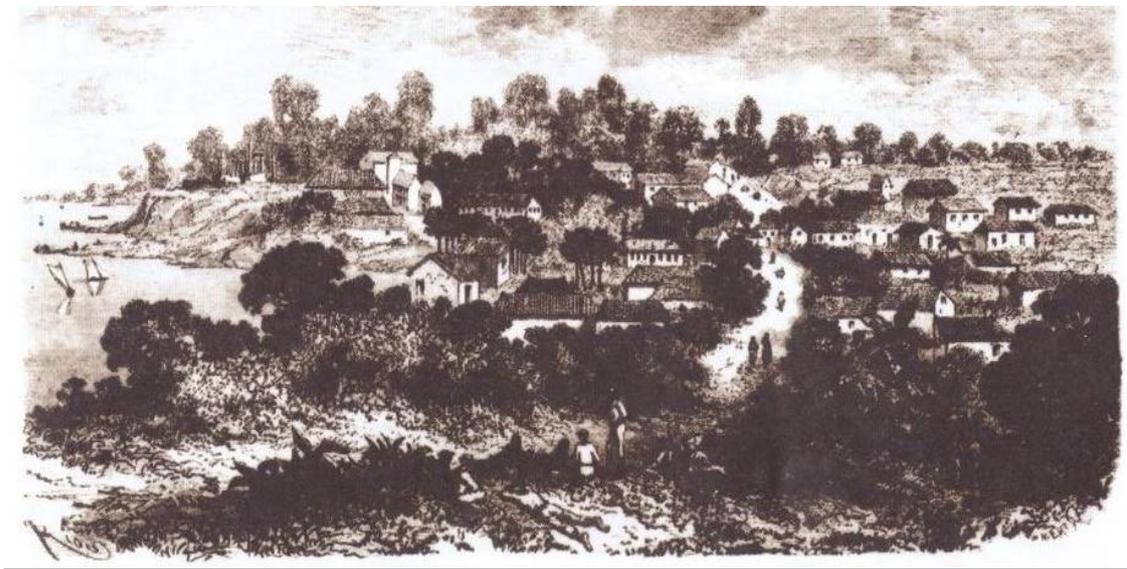


Figura 1: Vista panorâmica da Barra do Rio Negro, 1848.
Fonte: Figueiredo (2011).

Como se percebe na figura acima, o retrato de Manaus no período colonial, anterior a 1890, era de uma cidade assentada em um terreno irregular, sendo cortada por dois igarapés. Sobre um deles havia uma ponte de madeira. As casas eram feitas de um só piso, na sua maioria cobertas de palhas e com assoalhos de tijolos. As ruas cheias de altos e baixos. Um retrato condizente com o epíteto de “porto lenha”, onde os moradores, gente nativa, viviam impregnados de costumes tradicionais, como banhar-se nos igarapés, sentar-se em frente a suas casas para conversar sobre os acontecimentos

mais recentes, apanhar frutas nas árvores, costumes que para eles em nada afetavam a vivência de outros que dividiam o mesmo espaço.

O casal Luiz e Elizabeth Agassis, que viajaram pelo Amazonas em 1866, registraram suas impressões a respeito de Manaus, como um lugar ignóbil e com gente indolente, porém com um futuro promissor por possuir vastas riquezas. A perspectiva deles sobre Manaus era a seguinte:

Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida um grande centro de comércio e navegação... E se anteviam os tempos em que sobre as margens do Amazonas, florescerá uma população mais ativa e vigorosa do que aquela que até agora aí tem vivido... (...) (APUD DIAS, 2007, p. 33).

Em outro excerto, temos os viajantes comparando Manaus a outras cidades. Comparação realizada em relação ao comportamento dos habitantes e às suas riquezas naturais.

Quando me lembro de quantas pessoas paupérrimas vi na Suíça, curvada sobre um mecanismo de relógio ou num tear de rendas, mal ousando erguer os olhos de seus trabalhos, e isso do nascer do sol até a noite, sem conseguir, mesmo a tal custo, ganhar o necessário para suprir suas necessidades, e quando penso na facilidade com que tudo aqui brota, numa terra em que tudo é de graça, pergunto-me porque estranha fatalidade uma metade do mundo regurgita por tal forma de habitantes que o pão não chega para todos, enquanto na outra metade a população é tão escassa que os braços não chegam para a colheita (...) (APUD DIAS, 2007, p. 33).

O casal reprocha a forma como os nativos da região lidam com suas riquezas e denuncia o que aconteceria nos anos seguintes. Eles viam na região um lugar de grande prosperidade, prosperidade essa que alcançou a região, mas não de forma igualitária e total.

Em uma observação de Wallace, no que concerne à relação homem x natureza, temos mais objeções ao povo amazônico, porém com algumas diferenças nas afirmações do casal Agassis. O naturalista afirma que:

As pessoas daqui trabalham quase todo o tempo, entretanto, nada têm. As mulheres estão sempre escavando mandioca e inhames, ou cuidando das plantações, ou fazendo vasilhas de barro, ou lavando e remendando suas poucas roupas. Os homens também não deixam por menos, quando não estão roçando a floresta, estão derrubando uma árvore para fazer canoa ou remos, ou tábuas... essas coisas tomam-lhes todo o tempo, impedindo-lhes de fazer outros bens essenciais a sua existência, sem lhes propiciar senão raros momentos de folga para que possam ir à floresta caçar um dos numerosos animais que lá vivem. Isso decorre basicamente do fato de cada um fazer tudo o que ele próprio necessita, e sempre com muita lentidão e sem a menor racionalização das tarefas... Um índio leva uma semana no serviço de derrubar uma árvore e fabricar um artigo, que não custa mais do que meio xelim nos lugares onde se adota a divisão racional do trabalho (APUD DIAS, 2007, p. 54).

O alemão Avé-Lallemant, ao chegar à cidade também naquele período, teceu severas críticas relacionadas ao seu aspecto físico e suas construções arquitetônicas, chegando a denominar de “monstro porco-espinho” a construção do primeiro teatro, cuja cobertura era feita de folhas secas, as paredes erguidas de palhas entrelaçadas e os pilares, responsáveis pela sustentação do imóvel, eram de madeira. A fartura dessas matérias, madeira e palha, na região, facilitou a construção desses “prédios” a partir desses materiais. O fator econômico determinou também esse estilo, pois na época o Estado não dispunha de verba suficiente para uma construção mais “requintada”, sem contar com a ausência de profissionais qualificados para a construção e outros serviços. Mesmo assim, para Avé-Lallemant, este teatro, comparado ao teatro alemão de Porto Alegre, era um “horror” (MESQUITA, 2006, p.37).

Manaus era uma cidade pacata em sua vida social e cultural. Ainda não tinha as características das grandes cidades que se desenvolviam conforme o modelo referencial da época, Paris. Ela era descrita por muitos estrangeiros como um vilarejo, cortada por igarapés e abundante em sua vasta vegetação, nada mais podendo oferecer a quem a visitasse. O grande acontecimento era a missa, ocorrida no domingo, para a qual a população se enfeitava com a finalidade de se fazer presente no evento em alto estilo. Não havia referência modista que norteasse a combinação dos trajes. Estes eram combinados aleatoriamente e a partir da escolha pessoal do manequim.

Os espaços urbanos eram formados por ruas inclinadas cortadas por igarapés e alguns prédios governamentais, que recebiam alguns nomes bastante pomposos, que, para alguns, principalmente os estrangeiros que habitavam no local ou que estavam de passagem pela cidade, não condiziam com o aspecto físico do ambiente. Por exemplo, o Palácio dos governadores, a Provedoria e o Quartel eram todos cobertos de palha (MESQUITA, 2006).

O cenário manauara naquele período não era propício aos estrangeiros que visitavam a cidade em suas viagens pelo mundo. Eles possuíam uma referência cidadina que em quase nada era parecida com as características amazônicas. O clima tropical, quente e úmido, os incomodava. E assim era visto em relatos de viajantes, como o de Souto, engenheiro citado por Rangel (2008, p. 153), que tinha como missão realizar a demarcação de algumas terras, e que, ao adentrar a selva, pôde sentir na pele os seus efeitos. O engenheiro narra aquele momento como “o dia, horrível de calor e de ‘praga’,

findara a foz do funil, como acabou, na tarde seguinte, na barraca que era quase um tapiri – meia dúzia de paxiúbas, com outras tantas folhas de jaci, cobrindo-as (...)”.

Isso, além de outros aspectos que impediam ou dificultavam o acesso desses navegantes à região, como a ausência do saneamento básico, ocasionando a contração de moléstias. Essas doenças emergiam da falta de limpeza dos espaços públicos e residenciais e pela falta de água potável. Mas elas eram também associadas à própria região tropical, pela presença de mosquitos que contaminavam a população com impaludismo, febre amarela e outras doenças infecciosas que afetavam, muitas vezes, todo um grupo, configurando-se, assim, em epidemias.

Outro fator interessante era o espaço onde os grupos sociais erguiam seus casebres. Neste não havia divisão de localidades para classes econômicas, ou seja, os que possuíam alguma riqueza, ou até mesmo os funcionários do governo, moravam na mesma localidade dos menos favorecidos. Não havia distinção econômico-social para esses grupos. Fato registrado por Lallemant em 1859, ao sugerir que naquele período não havia distinção nos segmentos sociais, e que tudo girava em torno do centro da cidade, “Sólidos edifícios em estilo europeu, primitivas casas tapuias de barro, ora rua, ora igarapé; numa porta uma cara branca; bem perto daí, banha-se um menino fusco” (AVÉ-LALLEMANT, 1890, p. 100).

Realidade que viria a ser modificada futuramente, através do Código de Postura. Aliás, até o próprio Código sofreu radicais alterações no decorrer do tempo. Mas me detenho nos seus regulamentos nesse período. O Código de Postura foi um elemento criado com o propósito de normatizar e regulamentar o desenvolvimento da cidade e o comportamento de todos que dividiam o mesmo espaço cidadão. Inicia-se, desta forma, a reprodução de comportamentos prescritos no Código, e a sua não obediência gera punições através de multas em dinheiro ou reclusão prisional. A princípio esses regulamentos preconizavam algumas medidas de limpeza do ambiente público e privado, como a criação da rede de esgoto, a criação de um mercado público e a política de arrendamento, tudo sob a defesa do argumento da salubridade pública e do bem-estar de todos.

4.4 A Manaus Paris dos trópicos



Figura 2: Cruzamento da Avenida Eduardo Ribeiro com a Avenida Sete de Setembro, 1900.
Fonte: Figueiredo (2011).

Em 1890, a cidade vive o seu primeiro surto de urbanização, segundo Dias (2007), graças aos lucros do capital da borracha. O cenário do porto de lenha é transformado no cenário da Paris dos trópicos, com bem demonstra a fotografia acima. As mudanças iniciam pelo próprio cenário. Houve a necessidade de se criar uma nova aparência para a cidade, a fim de atrair os investimentos do capital estrangeiro, eliminando a impressão visceralmente negativa que tinham da cidade os viajantes que a visitavam.

A extração gomífera em alta escala contribuiu decisivamente para a exportação da borracha. O produto foi transportado aos mais diferentes pontos do mundo, e o Amazonas, durante mais de uma década, passou a representar quase 60% dessa venda. Os países que já possuíam conhecimento do processo de industrialização viram na matéria-prima a possibilidade de iniciar a sua atividade industrializada, produzindo, a partir do látex, os mais variados objetos, como o cinto de liga, o calçado, a borracha para apagar escritas a lápis, o pneumático, os utensílios hospitalares etc.

Os lucros obtidos nesse período fomentaram o sonho dos governantes e de alguns habitantes da cidade que passaram a ver nos vultosos lucros a possibilidade de assemelhar Manaus à França, no que se referia à sua arquitetura, costumes e comportamentos. A mudança não somente era necessária, mas urgente, porque marcaria o início de uma nova era. Dias (2007, p. 29) discorre sobre essas transformações nos principais setores da vida na cidade:

A modernidade em Manaus não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao **porto de lenha**, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo (negrito meu).

As construções foram derrubadas e outras edificadas. Houve a necessidade de mudar o cenário, pois o que existia não transparecia a elegância e o requinte que seriam atrativos aos visitantes. Algumas construções foram postas como prioritárias, com a redefinição dos espaços públicos. As ruas precisavam ser metricamente divididas, formando as quadras. Essas obras demandaram bastante verba e mão de obra, pois, como já foi dito, a cidade era cortada por inúmeros igarapés, então os aterros eram fundamentais, segundo essa ótica, mas onerosos. A questão da mão de obra custou caro aos cofres públicos, cujos administradores não pouparam esforços para a realização do sonho. Uma vez que Manaus não tinha trabalhadores suficiente para atender a demanda na execução das tarefas mais urgentes, a opção foi importar a força de trabalho. Assim, os negros africanos e os nordestinos entram em cena.

Uma vez adotada Paris como referência de cidade, a criação de novos espaços públicos foi iniciada. Essa ação mudou os costumes da população, que passou a ver nesses novos espaços a mudança em suas relações sociais. Manaus vai se tornando *locus* de monumentos requintados, a cidade cenográfica emerge nas paredes dos edifícios e nos espaços públicos. Não se vive mais ociosamente na urbe. As praças, os cafés, os teatros oferecem uma movimentada vida social. Cenário perfeito para as mais inusitadas situações e camuflagens (DIAS, 2007).

Os setores que já existiam, como o Palácio da Justiça e o Porto da cidade passaram por “reformas”; outros, muitas vezes, passaram por reconstruções, como o Mercado público e o Matadouro. A todas essas ações subjazia a metáfora do embelezamento do espaço citadino, para assim torná-lo atraente aos investimentos estrangeiros. Em cada prédio erguido, rua calçada, ambiente higienizado, havia um interesse manifestado pela elite que tecia o emaranhado sistema capitalista. O Teatro Amazonas é uma das mais exuberantes referências ao fausto do período. Mesquita (2006, p. 206) assinala que o Teatro ganhou ares de empreendimento grandioso

(...) tanto pelos valores aplicados em sua construção, quanto pela importância simbólica que assumiu – vitória do homem sobre a selva, a prosperidade financeira e a pretensa efervescência artístico-cultural. Sua construção foi

mais um ato de ostentação de riqueza e pretensa civilidade do que uma necessidade reivindicada pela vida artística local (...).

Juntamente com o teatro, também cito o Instituto de Educação do Amazonas, o Palácio da Justiça, o Palácio do Governo, o Palacete da Imprensa Oficial, o Palácio Rio Negro, a Alfândega, a Penitenciária – Casa de Detenção de Manaus, a Biblioteca Pública, a Igreja dos Remédios, o Reservatório do Mocó, a Beneficente Portuguesa, o Palácio Rio Branco, a Faculdade de Direito etc. Essas construções emergiram no chamado período áureo, e cada uma delas desempenhou um papel na cidade construída pelos engenheiros sem diploma, mas detentores do principal produto, o capital.

Para regular o crescimento do espaço físico e da população da cidade, o Código de Posturas de 1890 também transforma suas leis e adiciona muitas outras. Uma das suas novas prescrições tinha por propósito prescrever normas de boa conduta que não afetassem a integridade das famílias de bons costumes e a aparência da cidade.

Sendo assim, multas aos que não desenvolvessem formas civilizadas de vida urbana social, aos que mantivessem suas casas em ruins estados de higiene, aos que vendessem objetos nas ruas (os vendedores ambulantes) sem antes passar pela Inspeção Pública, aos que se banhassem nos igarapés das imediações da cidade, aos que tivessem um enfermo (doenças contagiosas) em casa e não informassem à Saúde Pública, aos que manifestassem algum tipo de movimento festivo no terreiro da casa etc. Essas políticas de comportamento afetaram principalmente a população de classe economicamente baixa.

Outro fato relevante foi a criação de novos bairros para a população pobre da cidade, pois, como citado anteriormente, a cidade se organizava no centro. No entanto, nesse novo período as classes sociais não podiam mais dividir o mesmo espaço. As exigências do Poder Público impunham certas medidas para a permanência das famílias em suas casas, medidas que, na maioria das vezes, não eram atendidas pelas famílias carentes, restando-lhes apenas a obrigação de se retirar do lugar. Uma das tantas medidas impostas era a “reforma” da casa para atender aos novos padrões de cidade exigidos, que viam nos palacetes e sobrados o reflexo do bom gosto da burguesia. Dias (2007, p. 51) afirma que, “para a execução do projeto, houve a necessidade de desapropriar inúmeros casebres habitados por trabalhadores, muitos deles ligados ao serviço de reforma da cidade, isto é, operadores das obras públicas (...)”.

A respeito dessa desapropriação, Aguiar (2002, p.30), ao falar da representação da cidade para o homem, afirma que “os espaços por onde o homem desenvolve suas

atividades dentro da cidade dizem respeito ao cotidiano e seu modo de vida (...)” Ainda segundo o autor, “esses mecanismos são proporcionadores de reconhecimento e do sentido de pertencimento do homem àquele local”.

Nesse clima de transformação, os projetos foram executados sem que tomassem conhecimento daqueles setores sociais que sofriam diretamente as consequências nos mais variados aspectos de suas vidas (DIAS, 2007). Foram criadas, dessa forma, duas cidades em uma, com características totalmente inversas, configurando uma contradição perceptível aos que transitavam nas duas realidades.

4.5 Duas cidades em uma



Figura 3: Rua Municipal, em meados de 1907.
Fonte: Souza (2009).



Figura 4: Bairro pobre de Manaus.
Fonte: Souza (2009).

As duas fotografias acima exemplificam o contraste entre as “duas cidades” de Manaus. Apesar do esforço em mudar a aparência de Manaus e os costumes dos habitantes da cidade, o sonho não se realizou satisfatoriamente. Os motivos são variados, como a incompatibilidade entre a cidade tida como referência e a calorenta Amazônia imersa na selva, contida nos seus mistérios tropicais. Os hábitos tão enraizados culturalmente na população, que encenava desengonçadamente a reprodução dos comportamentos europeus; a não incorporação do requinte pela maioria dos habitantes de baixa renda, explica-se, principalmente, pela concentração do capital nas mãos daqueles que compunham a elite da época. Os motivos que explicam o insucesso nesse processo de transculturação/aculturação são muitos e variados, e estavam refletidos em todos os aspectos da vida comum.

Esses fatos nos induzem a visualizar um cenário representado por duas realidades que conviveram exatamente na mesma época: uma, a Manaus porto de lenha; e a outra, a Manaus Paris dos trópicos. Cada qual representando uma face da cidade. O porto de lenha, já existente, foi obrigado a ceder uma fatia considerável de seu espaço para a apresentação do espetáculo encenado pela Paris dos trópicos, idealizada a partir do capital atraído pelo látex.

A cidade cenográfica foi montada no porto e as personagens começaram a desempenhar seus papéis. Para os protagonistas, as “folias” da economia trouxeram o acesso aos bens de consumo (de primeira necessidade ou de luxo) dos mais distantes lugares do mundo (principalmente de Paris), porém a realidade dos habitantes, muitas vezes, não condizia com os empréstimos realizados. Por exemplo,

A rede de esgotos, que se apresenta como uma das prioridades básicas nas propostas políticas de saneamento da cidade, além de não atender à população dos bairros afastados, leva anos para ser implantada abrangendo apenas parte do centro da cidade, mas obedecendo às últimas exigências da moderna engenharia sanitária (DIAS, 2007, p.63).

Em outro trecho, temos o retrato descrito por Dias (2007, p. 126), do que foi a “cidade do fausto” no que tange às suas construções, todas conforme as exigências da Superintendência Municipal. Os investidores

(...) preferiam optar pela construção de prédios no centro, com moderna aparência exterior, mas internamente com péssimas condições de moradia, que alojavam dezenas de pessoas em um mesmo ambiente sem ar, sem luz, sem janelas, sem nenhum conforto para os moradores, mas que externamente atendiam às exigências do Código Municipal, que proíbe a edificação de

casebres ou pequenos quartos mas dentro do alinhamento das ruas e praças do perímetro urbano e fora desse limite, sem que os donos ou possuidores desses terrenos levantassem, primeiramente no alinhamento, uma parede **imitando a frente da casa**, na altura de cinco metros da parede da frente (negrito meu).

Fica evidente, a partir do relato acima, as verdadeiras intenções do Estado na época, isto é, apresentar um cenário convidativo à elite imigrante, a partir da qual todas as ações decorriam. As relações sociais tinham por finalidade, na maioria das vezes, um jogo de interesses, pautados nos excessos e nas incoerentes determinações do Poder Público. Contudo, na mesma época em que o luxo era desfrutado pela burguesia, na primeira cena, as classes sociais menos favorecidas circundavam o suntuoso palco, como figurantes, com seu indesejável estigma de miséria. A montagem da cidade-cenário afetou negativamente essa gente proscrita, no seu modo de viver, comportamentos, costumes, tradições, e até na relação homem e natureza. Enfim, não se pode mensurar o grau de apreensão da cultura estrangeira, que a elite que se mantinha no poder impôs aos excluídos.

As políticas de segregação impuseram a exclusão dessa gente das imediações da cidade-cenário e a sua conseqüente alocação em espaços remotos, evitando o contato deles com os viajantes e estrangeiros que circulavam na cidade. Nesse momento, o uso do Código passou a ser “um recurso para retirar da cidade a marca indígena e pobre, buscando afastar do Centro da cidade as populações carentes e eliminar as construções de aspecto popular e que revelavam uma tradição nativa” (MESQUITA, 2006, p.201).

A mesma população que formava o quadro de funcionários da mão de obra nas construções públicas deslocou-se para os bairros distantes do centro, fato que dificultou a sua locomoção ao setor de trabalho e o acesso aos bens de consumo de primeira necessidade. Aliás, com relação a esses bens, não somente o acesso espacial ficou prejudicado, mas o acesso econômico principalmente, visto que os produtos estavam cada vez mais caros e escassos.

Isolados em bairros como o Educandos e a Colônia Oliveira Machado, a população pobre ficou à margem da cidade e da sociedade, contemplando o espetáculo encenado pelos protagonistas. Para lá foram exilados, além dos pobres, também os mendigos, os órfãos, os detentos e todos aqueles que não se enquadravam nas exigências impostas. A exclusão social foi reforçada pelas falsas políticas públicas adotadas e implantadas no contexto. Nesse sentido, para Souza (2010, p.122) “a boa vida da *belle époque* amazonense é uma falácia”, uma vez que a maioria da população não usufruiu das benesses advindas do propalado fausto, e que nem os próprios

protagonistas da história conseguiram usufruir totalmente da riqueza momentânea, algumas vezes por questões culturais, e outras, por questões geográficas.

A afirmativa de Souza não é gratuita. No excerto abaixo, pode-se notar a existência de realidades bem diferentes que dividiam o mesmo espaço:

Assim como outros, o serviço de limpeza não se estende à cidade como um todo. Os moradores dos bairros afastados reclamam, solicitam pela imprensa, os benefícios de remoção de lixo e limpeza pública. Muitas vezes as queixas são feitas pelos próprios empregados da higiene, que fazem desses subúrbios áreas de depósito de lixo (DIAS, 2007, p. 65).

A partir da análise do texto, é notória a discrepância entre as realidades vividas naquele momento. Os leitores interessados em conhecer mais a fundo a história dessa região rica por natureza, mas que foi alvo de muitos assaltos, poderão recorrer ao escritor Márcio Souza, que é uma das referências em relação ao assunto.

4.6 Contradições de um espaço plurisotópico

Neste tópico, reitero essas duas realidades sobre a cidade, por meio da leitura semiótica do Código de Posturas do Município de Manaus do início do período áureo da borracha, mais especificamente do ano de 1875, explorando, em alguns artigos desse documento oficial, dicotomias que expressam olhares diferentes sobre o mesmo objeto: a cidade. Na análise, exploro o conceito de “isotopia”, aliado aos de “plurisotopia”, “dicotomia”, “modelo ideológico de cidade” e “discurso fundador”.

O conceito de isotopia, oriundo do domínio da Física e da Química, recebeu uma nova significação em Greimas (1979), que, para atender as necessidades dos estudos semióticos, atribuiu a esse termo o sentido de iteratividade, isto é, o que numa cadeia sintagmática garante ao discurso-enunciado a homogeneidade. Nesse sentido, um discurso é constituído sob ao menos duas figuras que formam o contexto mínimo, possibilitando estabelecer uma isotopia. Essa isotopia pode ser observada no quadrado semiótico criado pelo próprio Greimas.

Para Fiorin (2009), a isotopia é um fenômeno construído ao longo do texto para lhe garantir coerência semântica. De acordo com o autor, esse fenômeno ocorre quando o escritor/falante do texto se prevalece da reiteração, da redundância, da repetição e da recorrência de traços semânticos ao longo do discurso, construindo assim a coerência semântica e a unidade no texto. Tanto em Greimas quanto em Fiorin subjaz a noção de iteração, retomada, a qual está presente no termo isotopia.

Outro conceito é o de plurisotopia, que surgiu a partir da definição da isotopia, desenvolvida por Fiorin (2009), na obra *Elementos de análise do discurso*. A plurisotopia é a possibilidade de um texto se desenvolver simultaneamente sobre vários planos isotópicos, que não se pode confundir com a possibilidade de articulação de duas ou mais isotopias presentes em um discurso, porque a plurisotopia é a possibilidade de um discurso ser lido por mais de uma isotopia, ou seja, é a superposição de isotopias, não a sua articulação. Isso possibilita várias leituras do mesmo espaço retratado.

Quanto ao conceito de “modelo ideológico de cidade”, adoto-o neste estudo, para a compreensão das plurisotopias presentes no Código de Posturas do Município de Manaus no período que foi reconhecido tradicionalmente como período “áureo” da borracha. É possível deduzir, por meio da leitura desse documento, que muitos dos discursos que foram intensamente propagandeados naquele momento surgiram de um conceito de cidade que havia sido implantado no Brasil e no mundo.

Em relação a essas leituras do espaço, no entanto, acredito ser pertinente a discussão sobre o “discurso fundador”, que deu origem a tantos outros discursos e à criação de uma série de leis e normas aplicadas à sociedade manauara. Ele, durante a criação da cidade de Manaus, desempenhou um papel decisivo em boa parte da construção da urbe, pois, a partir desse discurso, proferido pelos governantes e pela classe elitizada de então, normas e comportamentos foram ditados como regras a serem cumpridas, sendo a sua desobediência apenada através de multas ou reclusão prisional. Essas normas compuseram o Código de Postura do Município aplicado àquela época.

Dessa forma, os discursos sobre a cidade são constituídos dentro de uma sintaxe discursiva, a qual, a partir da leitura das suas principais isotopias, articula-se no eixo geral da categoria tímica: euforia vs disforia. “Cabe à sintaxe discursiva explicar as relações do sujeito da enunciação com o discurso-enunciado e também as relações ‘argumentativas’ que se estabelecem entre enunciador e enunciatário” (BARROS, 2011, p. 90). Assim, esse sujeito da enunciação pode ter uma relação de euforia ou de disforia com o objeto enunciado, sendo eufórica a relação de conformidade do ser vivo com os conteúdos representados, e disfórica a relação de desconformidade desse ser com os conteúdos.

A tríade sociológica – belo, bem e verdadeiro – serviu de ponto de partida para o estabelecimento das principais isotopias de leitura da cidade de Manaus, as quais são analisadas, a seguir, através das dicotomias: beleza x feiura, público x privado, aqui x

alhures, lugar da enunciação x lugar enunciado, externo x interno, superior x inferior e masculino x feminino.

Entende-se por dicotomia uma divisão lógica de um conceito em dois diferentes aspectos que dão forma a esse conceito, de modo que se obtenha um par oposto. A noção do conceito de dicotomia surgiu do modo como Saussure estudava a língua. Ele acreditava que na língua só existia diferença (SAUSSURE, 2006 [1916]). O trecho abaixo denota o termo dicotomia como:

(...) um par de termos – pertencentes em geral ao nível epistemológico da metalinguagem – que se propõe simultaneamente, insistindo na relação de oposição que permite reuni-los. O exemplo clássico é o das dicotomias saussurianas: língua/fala, significante/significado, sincronia/diacronia. Tal procedimento é característico da atitude estrutural que prefere propor as diferenças – consideradas como mais esclarecedoras –, antes de passar ao exame e à definição dos conceitos (GREIMAS E COURTÉS, 1979, p. 121).

Com base nesse conceito de dicotomia, a discussão seguinte comporta algumas dicotomias que expressam a cidade de Manaus de forma plurisotópica. Ao aplicar o conceito de dicotomia nas leituras do espaço citadino, podemos visualizar as diferenças de sentido que o mesmo lugar sugere.

A dicotomia beleza x feiura existente nesse processo de transformação é evidenciada na lei n.º 12, de 1.º/10/1892, “que autorizava o governo a mandar aterrar vários igarapés centrais” (DIAS, 2007, p. 50), com a finalidade de dar à cidade um aspecto moderno e bonito, através das construções pomposas. Porém, para que isso acontecesse, várias residências foram desapropriadas, porque as famílias não possuíam condições financeiras para arcar com as novas solicitações demandadas pelo Estado. Essas solicitações variavam do âmbito público (proibição de banho em igarapés nas mediações da cidade, proibição de embriaguez em espaços públicos etc.) ao privado (proibição das reuniões nos terreiros das casas, normas de reconstrução para o aspecto físico das residências etc.).

Essas proibições dão possibilidades à leitura de outra dicotomia: público x privado, em que o Estado, preocupado em apresentar uma cidade decorosa para os estrangeiros, desconfigurou o espaço e interditou os costumes dos nativos, para a implantação dos novos hábitos, desprezando toda a cultura manauara e impondo novos costumes de forma abrupta. A nova forma de se comportar em lugares públicos pode ser retratada no trecho a seguir, em que se entende que os banhos nos igarapés foram vistos como atitudes nocivas à moral da época. “Prática que ofende a moral: homens e

mulheres que tomam banho na usina elétrica em franca promiscuidade como a reviverem toda a primitividade dos costumes passados” (DIAS, 2007, p. 55).

Outro exemplo de poder sobre o espaço privado é constatado no Código de Posturas, ao trazer no seu Artigo 80 as normas de limpeza dos ambientes privados, o qual prescreve: “ficam criadas nesta cidade visitas domiciliares para inspecionar, em bem da salubridade pública, se o interior dos domicílios se conservam limpos e não se convertam em focos de infecção que prejudiquem o saneamento da cidade”.

A dicotomia externo x interno é explicitada através da lei que delegava as construções de edifícios, aos investidores capitalistas, no centro da cidade:

Preferiam optar pela construção de prédios no centro, com moderna aparência exterior, mas internamente com péssimas condições de moradia, que alojavam dezenas de pessoas em um mesmo ambiente sem ar, sem luz, sem janelas, sem nenhum conforto para os moradores, mas que externamente atendiam ao Código Municipal, que proíbe a edificação de casebres ou pequenos quartos dentro do alinhamento das ruas e praças do perímetro urbano e fora desse limite, sem que os donos ou possuidores dos terrenos levantem, primeiramente no alinhamento, uma parede **imitando a frente de casa**, na altura de cinco metros da parede da frente (negrito meu) (DIAS, 2007, p. 126).

Os proprietários de terras ou os investidores preferiam construir no centro da cidade os seus empreendimentos, provavelmente por estarem mais próximos aos bens de consumo e às grandes construções, como o Teatro, os Institutos de Educação, o Palácio do Governo, as lojas de produtos importados e tantos outros estabelecimentos que surgiram ao longo dos trinta anos de apogeu da riqueza. Entretanto, essas moradias, na grande maioria, não apresentavam condições salubres aos seus moradores, mas aparentemente transmitiam um valor ostensivo, uma espécie de cenário, no qual as paredes escondiam a real situação do ambiente, mas obedeciam às normas requeridas pelo Código Municipal.

A dicotomia aqui x alhures está presente nas cláusulas contratuais dos contratos assinados com as empresas que forneciam os serviços de limpeza à cidade. Porém, “assim como outros, o serviço de limpeza não se estende à cidade como um todo” (DIAS, 2007, p. 65), já que apenas os locais privilegiados recebiam esse serviço.

Dentre os diversos contratos assinados, abaixo temos a descrição de um artigo que retrata a operação de coleta de lixo e capinação apenas em alguns pontos da cidade:

o contratante obriga a fazer o serviço de remoção de lixo depositado em vasilhas nas portas das casas e edifícios, bem como fazer a varrição e capinação da cidade nas ruas e praças calçadas, tudo isso compreendido nos parâmetros da cidade, obedecendo os seguintes limites: **ao Norte com a Rua**

Leonardo Malcher, a Este com a Avenida General Osório, ao Sul com o litoral e a Oeste com o igarapé da Cachoeira Grande, sendo que a varrição e a capinação é feita somente nas ruas, praças e avenidas (DIAS, 2007, p. 75-76).

O trecho em destaque comprova a importância dada a alguns pontos da cidade e o desprestígio de outros. Dessa forma, a possibilidade de uma leitura dicotômica é evidente, pois revela o pensamento dos legisladores a respeito dos habitantes da cidade, que nas entrelinhas do documento aparecem segregados ou agrupados em diferentes categorias: de um lado, os que merecem receber os serviços de saneamento; de outro, os que não são alcançados por esses serviços. Dependendo do ângulo em que se observa (aqui = espaço privilegiado x alhures = espaço desprestigiado), essas mudanças trouxeram o próspero, o novo, o fausto, a ostentação, para alguns; e para muitos, a total desesperança de um futuro melhor e um sentimento de conformidade com o seu atual estado. Algo interessante de se observar é que o próprio Código que impõe as normas não é capaz de estender o serviço por toda a urbe, sem contar que esse problema era (e continua sendo) um dos assuntos urbanos mais discutidos e reclamados pelo povo, quando se fala de políticas públicas:

os moradores dos bairros afastados reclamam, solicitam, pela imprensa, os benefícios dos serviços de remoção de lixo e limpeza pública. Muitas vezes, as queixas são feitas pelos próprios empregados da higiene, que fazem desses subúrbios áreas de depósito de lixo (DIAS, 2007, p. 65).

Nesse contexto, a dicotomia superior x inferior desponta através da diferença entre as classes sociais. Na vila de Manaus todos dividiam o mesmo espaço indiferentemente de classe ou raça. Porém, agora, durante a construção da cidade e o momento da redistribuição dos moradores no espaço, é bem clara a estratificação socioeconômica: rico e pobre. Por isso, o Código de Posturas Municipal age como uma espécie de instrumento segregador do espaço público em classes sociais.

As casas feitas de barro e cobertura de palha eram as barracas: típica habitação da população pobre da região amazônica. Proibiram-se suas construções nas Ruas dos remédios, Boa Vista, Flores, Imperador, Brasileira, Manãos, Henrique Martins, Cinco de Setembro, São Vicente e em todas as praças, pelo Código de Postura de 1872. O Código de Postura de 1890 mantém a proibição dentro dos limites urbanos, sob pena do infrator ter a **cobertura de sua casa demolida** (negrito meu) (DIAS, 2007, p. 59).

Ao analisar a história do ciclo da borracha, identifiquei também a dicotomia masculino x feminino, na leitura a respeito da construção de algumas casas criadas para a diversão dos coronéis e proprietários de empreendimentos na cidade, e de outros que,

a muito custo, juntavam as suas economias para deleitar-se durante algumas horas com mulheres estrangeiras que prestavam “serviços” em casas de pensão. Segundo Márcio Souza (2010), havia três ruas na cidade com pensões que ofereciam esses serviços e que iniciavam seu expediente às quatro horas da tarde, podendo o encontro com uma polaca de 13 anos custar setenta libras e uma noite de prazer custar mil e quinhentas libras.

Assim, constata-se que os mesmos operadores da legislação que exerciam controle sobre os possíveis escândalos públicos faziam vista grossa para os “luxuosos bordéis”, frequentados corriqueiramente pela elite e muitas vezes por ela financiados, a mesma burguesia que defendia a moral e os bons costumes.

Entre as dicotomias que me propus analisar, há uma especial que reservei para o final deste tópico (lugar da enunciação x lugar enunciado), por considerá-la a principal ideia norteadora do item “4.6 – Contradições de um espaço plurisotópico”. Advogo que essa dicotomia engloba praticamente todas as outras, pois é a partir do lugar que olhamos determinado objeto, no caso a cidade, que realizamos a leitura mais real desse espaço. Foi olhando para Manaus por diferentes ângulos, e estando em Manaus, que pude compreender a razão pela qual as opiniões a respeito da Manaus da *belle époque* são tão variadas. Os lugares onde os leitores estão, no momento da leitura, são decisivos também para a compreensão e interpretação da realidade em que se encontram.

Os favorecidos pela exportação da goma elástica veem esse período como um momento de fausto, porque eles estavam situados em um lugar que favorecia e induzia essa leitura. As riquezas que o produto levava às suas vidas comprovavam esse momento ostensivo. Eles falavam da cidade, estando na cidade, tinham os discursos de felicidade porque estavam deveras felizes pelo bem-estar que o dinheiro lhes proporcionava. Porém, a cidade, como qualquer outra, era composta por diferentes espaços, os quais abrigavam, além dos bem-nascidos, os desafortunados que chegaram a Manaus ou eram nativos, e que estavam em busca de riqueza ou melhoramento das condições de vida. Dividindo o chão da mesma cidade com os mais favorecidos, mas situados num espaço que representava a pobreza, a insalubridade e a fome (numa palavra, a exclusão), eles eram portadores de um discurso diferente que reportava a essa realidade infausta. Portanto, o chamado período áureo da borracha representou diferentes realidades do mesmo espaço. O lugar social de onde se fala não pode ser desprezado quando se analisa o discurso de quem fala.

Em contrapartida, a leitura realizada por alguém que desconhece a realidade do lugar seria passível de questionamentos e alvo de severas dúvidas, porque o lugar

enunciado, falado por um indivíduo alienígena, não retrata a realidade do lugar. Talvez se consiga relatar partes da realidade, mas é pouco provável que o seu discurso consiga capturar a complexidade e o emaranhado de flagrantess dessa teia com que se tece a cidade. Assim sendo, essa leitura, apesar de ser possível, tende a conter defasagens relativamente ao lugar da enunciação.

Em última análise, as seis dicotomias exploradas no corpo desta pesquisa – beleza x feiura, público x privado, aqui x alhures, externo x interno, superior x inferior e masculino x feminino –, aliadas a esta última (lugar da enunciação x lugar enunciado), expressam a Manaus da *belle époque* como um espaço plurisotópico, reforçando a ideia das várias possibilidades de leitura e interpretação daquela cidade. Quando se lê o Código de Posturas do Município, percebem-se as diretrizes de uma política de embelezamento da cidade decorrente da adoção de um modelo ideológico de cidade chancelado por um discurso fundador. Não foi minha proposta analisar os fatos e as razões que levaram os habitantes a expressar o seu lugar de tal modo, porém acredito que o conhecimento desses fatos leva-nos a entender a realidade vivida pelos moradores de Manaus hoje, através do estudo de um percurso histórico revelador.

4.7 Contribuições para o debate

O movimentadíssimo entra-e-sai de personagens e espectadores no requintado e ilusório teatro do fausto teve um fim. A cobiça internacional arquitetaria o rapto da atriz principal do espetáculo – a seringueira, decretando um fim trágico para as cenas de ostentação. As consequências foram desastrosas, gerando a maior sensação de pobreza que a elite manauara jamais imaginara um dia viver. A sensação era de solidão e abandono por parte do poder público nacional, visto que este não apoiou a criação de programas que viessem combater a quebra do monopólio. Assim como acontecera a abrupta retirada do sistema colonial e a transformação do espaço citadino, aconteceu também a abrupta falência, deixando a cidade sem perspectivas para o futuro.

As duas metáforas antitéticas que explorei, porto de lenha e Paris dos trópicos (elas formam uma antítese entre si), eram utilizadas para trazer à tona as duas cidades que dividiram o mesmo espaço por praticamente todo o ciclo da borracha. Essas metáforas (que também podem ser vistas como antonomásias, uma vez que valiam pelo nome da cidade) emergiram da realidade em que vivia a sociedade amazônica, fraturada pela destruição da identidade amazônica e a imposição cultural alienígena.

Quando o espetáculo não interessava mais a ninguém, o cenário foi desfeito. A cidade cenográfica foi desmontada. Restaram, para a posteridade, apenas algumas construções que são estigmas de um tempo arrivista e perdulário que foi aquele “período áureo”. Em relação às personagens, muitas delas se retiraram da cidade, outras se suicidaram, outras foram obrigadas a viver a nova realidade de crise financeira, não importando mais nem os costumes, nem os bens de consumo de outrora. Viam-se também palacetes abandonados, navios lotados de arrivistas em fuga, passagens esgotadas, famílias inteiras em mudança. O espetáculo chegara ao fim (DIAS, 2007; SOUZA, 2010).

Como assinala a epígrafe que encima a abertura deste capítulo, o poeta Aldísio Filgueiras (1989, p. 93) afirma, em diálogo com aquela Manaus: “Porto de lenha / tu nunca / serás Liverpool / de cara sardenta / e olhos azuis (...)”. Nessas expressões antinômicas, ele promove a junção das duas metáforas em uma mesma expressão linguística e poética. E o faz realçando o ridículo do sonho de uma cidade tropical em querer ser europeia. E o sonho megalomaniáco levou o governador Eduardo Ribeiro, o Pensador, a desenhar uma cidade a partir dos seus devaneios particulares, desconsiderando a própria região e a identidade cultural do seu povo.

Mas, como na palavra profética do vate, o porto de lenha jamais virá a ser Liverpool, nem Paris, nem Londres, seria tarefa inócua tentar travesti-lo de cidade europeia. Assim, tendo o espetáculo sido interrompido pelo rapto da seringueira, é como se a Manaus de verdade entrasse em cena, cumprimentasse o público, e dissesse: Vou retomar a posse de mim mesma.

5 MÁRCIO SOUZA: ICONOCLASTIA NAS METÁFORAS DA OSTENTAÇÃO

Quem te pôs a nu Manaus?
Que capitão-do-mato se fez teu amante?
Consta – nos rodapés de velhos livros –
(a nossa história sempre nas entrelinhas)
Que te construíram em intervalos:
alcovas... um cigarrinho ali...
mas que o certo é o certo
e que não fique o dito pelo não dito:
sempre tiveste vocação para cortesã.
Quantos reinos não dançaram o corta-jaca contigo?
Ah! Manaus
é preciso ser teu filho
para decifrar-te.
(Aníbal Beça, *Filhos da Várzea*)

O presente capítulo tem como objetivo primordial desenvolver uma análise da escrita de Márcio Souza sobre o chamado período áureo da borracha na Amazônia, em dois textos exemplares do escritor: a) o livro de ensaios *A expressão amazonense*, publicado pela primeira vez no ano de 1977, especificamente os capítulos “O período do imperialismo”, “A vida como em Vaudeville” e “Documentaristas da ostentação”; b) o drama *As folhas do látex*, edições de 1976 e 2010. Na primeira obra, o autor, como ensaísta, utiliza a metáfora do teatro para desmitificar a história do fausto na Amazônia; na segunda, como dramaturgo, vale-se do teatro como estratégia para veicular suas desconcertantes metáforas sobre esse mesmo fausto, mostrando o seu caráter fugaz e ilusório. Neste estudo, focalizo as principais metáforas criadas pelo escritor para representar esse período, mostrando como Márcio Souza reescreve a história de um tempo de ostentação, delírio e completa alienação que foi o período da economia gomífera na região, com os ingredientes do humor, da paródia e da iconoclastia, em diferentes gêneros textuais. Em termos teóricos, estabeleço um diálogo entre a teoria da Metáfora conceptual e teoria da carnavalização, proposta por Mikhail Bakhtin.

5.1 A Expressão amazonense: a metáfora do teatro

Na segunda parte do livro de ensaios *A Expressão amazonense*, publicado pela primeira vez no ano de (1977), Márcio Souza dedica quatro capítulos ao tema do ciclo da borracha na Amazônia, principalmente “O período do imperialismo” e “A vida como em Vaudeville”. Ao falar sobre esse período da história da região, ele se mostra extremamente crítico. Chega a dizer que esse foi o período de maior alienação e perda

da identidade de toda a história do Amazonas, o período da mais avassaladora erosão cultural, porque

se ainda era possível reconhecer uma identidade na velha ordem mercantilista, o chamado *boom* da borracha jogou-a por terra. Frente ao enriquecimento rápido e às facilidades orçamentárias, as lideranças amazonenses perderam todas as perspectivas, sobretudo as da própria região. De acordo com a cotação da hévea, a região devia ser sempre mitificada e esquecida” (SOUZA, 2003, p. 97).

Razão disso foi que “o europeísmo da *belle époque* nos legou um horror pelo passado, esse espírito deformante que traça uma linha entre a sua presença redentora e um passado que é considerado bárbaro e não histórico (Souza, 2003, p. 115)”. A farta circulação de dinheiro gerado pelo extrativismo do látex ocasionou aproximadamente trinta anos de dissipação e sonhos. Dos sonhos para os delírio foi um salto, mas aquela circulação de dinheiro era extremamente ilusória porque não fincava raízes na terra, e, portanto, os modos de vida que ela inspirava eram também um castelo de ilusões, apartado da história da região:

No fim do século XIX, centenas de aventureiros chegavam como deportados e a mão-de-obra do nordestino começava a ser desviada para os seringais. Pelos salões, nos restaurantes, nos jornais, era possível ver a face que a alienação queria impor. Por essa desenfreada entrega do Amazonas à alienação, numa fictícia circulação de rendas, o Estado naufragaria definitivamente no delírio (SOUZA, 2003, p. 98).

Esse castelo de ilusões era sustentado, na base, pela maior de todas as ilusões do período: a ilusão de eternidade do látex. O que alimentava essa crença na eternidade do enriquecimento fácil era a constatação de que a árvore da seringueira tinha um elevadíssimo poder de regeneração. Sangrava-se a árvore para a extração do látex, e ela rapidamente se regenerava, tornando-se, em pouco tempo, pronta para novas sangrias. Nesse sentido, Souza compara a extração do látex com a extração de ouro, no que elas têm de diferente, numa alusão à famosa “Corrida do Ouro”, ocorrida em 1896 e 1897, no Rio Klondyke, no Canadá, próxima à fronteira com o Alasca:

há um grotesco sentido de eternidade na ideologia da borracha, que a torna diferente, por exemplo, da corrida do ouro em Klondyke. Os caçadores de ouro acreditavam no instante, na prospecção, até que o filão exaurisse a última pepita. Então, abandonavam o garimpo para viverem a fortuna ou sofrerem a derrota. O coronel da borracha, também arrivista e ambicioso, acreditava na exclusividade. O ouro pode surgir em qualquer terreno, não é privilégio de nenhuma área da terra, enquanto a borracha, esta vem de um organismo vivo, que nasce e cresce, identificável entre as plantas da floresta espalhada por Deus no território amazônico. A seringueira, ao contrário do filão do ouro, mostrava-se inesgotável. Uma árvore se regenera, multiplica-se aos milhões. Já o filão do

ouro, metal ardiloso e cruel, desaparece tão inesperadamente como surge (SOUZA, 2003, p. 99).

Dessa forma, criou-se, em torno da seringueira, uma verdadeira atmosfera mística, mitológica: tratava-se de uma árvore dadivosa, que doava o seu leite para o enriquecimento dos homens. Comparada com o ouro, aquela árvore adquiria ares de divindade, enquanto o “metal frio e ardiloso” tinha um lado infernal por gerar um dinheiro maldito. “Esta ganância unvida pelo mito vai produzir a alegria dominante que regeu os pacatos extrativistas. Quando a opulência se instala, aquela sociedade cinzenta colore-se, cria músculos e vitalidade. Estava fadada a ser eterna pela graça da providência que havia lhe dado a exclusividade e a possibilidade de um filão que se regenerava” (SOUZA, 2003, p. 100). Embalados por essa doce ilusão, os seringalistas levaram a efeito uma atividade extrativista altamente predatória e, por essa e outras razões, a “eternidade” não durou muito.

Evidentemente que o foco maior do fausto, quase exclusivo, não era a selva amazônica, onde a árvore milagrosa se encontrava, nascida sob a bênção da ecologia da região. O foco eram as cidades de Manaus e Belém, que foram transformadas em cidades cenográficas para a apresentação do espetáculo em torno do leite que emanava daquelas árvores. Não havia nenhum interesse, por parte das elites regionais, em trazer à tona o submundo dos seringais, onde a estupidez humana se perpetrava na forma hedionda da escravidão velada. Em torno dessa questão havia um silêncio cuidadosamente construído para que se pudesse propagandar o lado luminoso e festivo do ciclo: as cidades-prodígio encravadas na selva: “Manaus e Belém se transformaram em pequenas reproduções da Europa, sonhos da boa ganância materialista, de quixotes e sanchos-panças, da boa comida, do banquete eterno, das iguarias finas e vinhos, picardia e liberações orgiásticas nos inúmeros bordéis altamente especializados” (SOUZA, 2003, p. 100).

Márcio Souza utiliza uma metáfora conceptual (LAKOFF e JOHNSON, 2002) para descrever o período: “A atmosfera de Vaudeville que se abateu por trinta anos sobre a região foi condicionada pelo nível de importância que a matéria-prima da borracha adquiriu em relação ao imperialismo” (SOUZA, 2003, p. 99). Ou seja, a metáfora estrutural, em que:

- a) o teatro é o domínio-fonte;
- b) o ciclo da borracha é o domínio-alvo;
- c) “Vaudeville” é a expressão metafórica.

O que vem a ser o “Vaudeville” referenciado nessa metáfora de Márcio Souza? Trata-se de uma forma teatral de entretenimento contemporânea do próprio ciclo da borracha – de 1880 a 1930, aproximadamente – que predominou no Canadá e nos Estados Unidos, e pode ser identificada pelas expressões, também metafóricas, de “circo dos horrores” e “teatro dos horrores”. O Vaudeville, de uma forma geral, conjugava os seguintes “atrativos” ao gosto do grande público: era um espetáculo noturno de variedades, com dezenas de artistas, executando músicas populares, literatura grotesca, exposições apelativas e sensacionalistas, muitas vezes de mau gosto, com temas grosseiros e apelos obscenos. Os números apresentados, variados e sem ligação lógica entre eles, reuniam ilusionistas, dançarinos, ciganos, comediantes, animais, acrobatas, atletas e músicos populares. Os espetáculos aconteciam em bares, casas de espetáculos e cabarés, e eram consumidos por audiências masculinas.

Falando especificamente sobre Manaus como o teatro de Vaudeville, Márcio Souza credita ao jovem coronel-engenheiro Eduardo Ribeiro, governador do Amazonas na primeira república, o início de tudo. O “Pensador” alimentou o sonho de transformar a capital numa espécie de “Paris dos Trópicos”. O fabuloso erário público à sua disposição permitia-lhe urbanizar, sanear e dilatar a cidade, bem ao gosto do capital estrangeiro injetado no mercado gomífero. Segundo ele,

Manaus foi a única cidade brasileira a mergulhar de corpo e alma na franca camaradagem dispendiosa da *belle époque*. Os coronéis, de seus palacetes, com um pé na cidade e outro no distante barracão central, pareciam dispostos a recriar todas as delícias, mesmo a peso de ouro. A boa vida estava escudada por uma inconveniente hipocrisia vitoriana, que era de bom-tom, moderna e muito propícia a quem fora educado na rígida sociedade patriarcal portuguesa. De um certo ângulo, pareciam perder a definição nacional e aspiravam ao estatuto de cidadãos do mundo. O internacionalismo do lucro burguês e da ganância imperialista seduzia os broncos extrativistas (SOUZA, 2003, p. 109).

Manaus passou a ser objeto de uma ativa política de embelezamento, no sentido de equiparar-se a algumas das invejáveis cidades europeias. Cidade saneada, urbanizada, europeizada nas suas aparências, o cenário estava pronto, e o palco disponível para o espetáculo de Vaudeville. No dizer de Márcio Souza (2003, p. 116),

Manaus foi a primeira construção kitsch brasileira, uma cidade do sonho e do delírio, microcosmo das doenças do espírito burguês com toques de selvageria e grossura. Cenário para um vaudeville, seus habitantes souberam fazer desse gesto espetaculoso da democratização reificada da arte, a exorcização da visão abnegada dos costumes coloniais (...) uma cidade que não é verdadeiramente cidade, mas decoração, cenografia, palco ideal para a reificação colonialista. Copiando diretamente a arquitetura, a pompa, os costumes, os coronéis de

barranco não eram propensos, no entanto, ao liberalismo, ou ao bom humor burguês que levantava indústrias e feiras industriais como monumentos à vitória do progresso.

Escalado para ser o grande astro desse teatro de mau gosto, o seringalista – conhecido como coronel de barranco – capricha no desempenho do seu papel burlesco. Tendo passado da indignação à opulência de um salto, ele encarna à perfeição aquele mundo de faz-de-conta, que Márcio Souza põe a nu de forma contundente:

Olhando as fotografias da época, eles nos parecem altissonantes e respeitáveis. Puro engano, essas fotografias nos mostram apenas o lado lusitano e enfadonho. Agrupados, penteados, sérios, em roupas de festa, cercados pelas esposas e filhos, estão empacotados por um cerimonial falso, que o primeiro jornal da época logo desmente. Por pura conveniência é esta a imagem que temos daqueles anos nada livres das doenças venéreas. Conveniência tanto mais grave quando se pensa que esta imagem de bons costumes foi usada pelos que vieram nos anos de depressão e quiseram conservar o passado (SOUZA, 2003, p. 117)

Caso típico de personalidade dúbia, o coronel de barranco

era o patrão, o dono e senhor absoluto de seus domínios, um misto de Senhor de Engenho e aventureiro vitoriano. Havia, por isso, discrepâncias na sua atitude: era o cavaleiro cidadão em Manaus e o patriarca feudal no seringal. Mas esta contradição nunca preocupou ninguém. A face oficial do látex era a paisagem urbana, a capital coruscante de luz elétrica, a fortuna de Manaus e Belém, onde imensas somas de dinheiro corriam livremente. O outro lado, o lado terrível, as estradas secretas, estavam bem protegidas, escondidas no infinito emaranhado de rios, longe das capitais. O lado festivo, urbano, civilizado, que procurou soterrar as grandes monstruosidades cometidas nos domínios perdidos, poucas vezes foi perturbado durante a sua vigência no poder” (2003, p. 111).

Após demonstrar que o silêncio em torno das monstruosidades perenizadas nos distantes recônditos da selva “poucas vezes” foi perturbado, Márcio Souza exalta dois produtores de cultura (artistas) que operaram na contramão do espetáculo da ostentação e contribuíram para quebrar a tradição daquele silêncio estúpido. São eles:

a) O escritor Euclides da Cunha, como ensaísta: foi um dos primeiros escritores a denunciar a situação de escravidão em que se encontravam os nordestinos no submundo dos seringais. Sobre os flagrantes que ele observou no interior da selva, escreveu uma série de artigos, que foram reunidos postumamente no livro *À margem da história*. Na referência a Euclides, Márcio Souza atualiza a metáfora do seringueiro como o “Sísifo amazônico” no interior da selva, uma imagem utilizada também por Alberto Rangel no livro *Inferno verde*. Sísifo era uma personagem da mitologia grega, considerado o mais astuto dos mortais, capaz de enganar até mesmo a morte e ofender

os deuses. Por causa de seus crimes, foi condenado a empurrar montanha acima uma pedra de tamanho descomunal, até o dia do juízo, sabendo que, ao chegar próximo ao topo da montanha, a pedra haveria sempre de rolar montanha abaixo, e ele haveria de fazer tudo novamente. O “trabalho de Sísifo”, portanto, diz respeito a uma atividade repetitiva, inútil e sem esperança alguma. E era essa a sina do seringueiro, como sublinhou Euclides da Cunha. Só que, conforme Guedelha (2013, p. 61), o sacrifício do “Sísifo amazônico” “nada tem a ver com rochedo ou montanha, mas com seringueiras e látex, que materializavam a perpetuação de sua vida de escravidão e penúria”;

b) O romancista português Ferreira de Castro, como ficcionista: autor do romance *A selva*, publicado em 1930, que retrata o dia-a-dia do “Seringal Paraíso”, no rio Madeira, dando ênfase à vida de sofrimentos e privações alarmantes dos seringueiros naquele ambiente ignoto. Dele, Márcio Souza atualiza a metáfora da selva como uma “prisão sem muros” na qual o seringueiro é irreversivelmente aprisionado. Essa é uma imagem recorrente em *A selva*. Uma prisão a céu aberto, em que os desmarcados das distâncias e a própria selva como um eterno “feitor vigilante” associam-se aos desmandos do coronel arrivista para encarcerar o seringueiro-escravo.

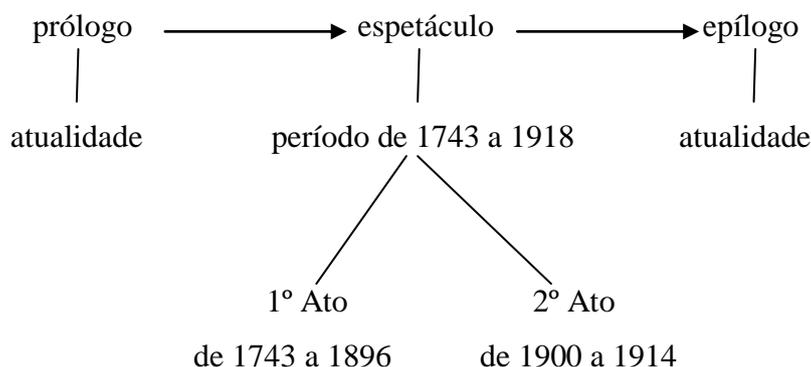
Os dois são apresentados por Márcio Souza como exemplos raros de vida inteligente em meio àquela cultura de verniz, importada, transplantada de chofre para uma terra sacrificada. Inúmeros poetas se deleitavam com a “necrofilia literária” e dramalhões eram levados à cena enquanto centenas de retirantes atravessavam o cais em direção aos seringais. Os dois abstiveram-se de subir no palco da Vaudeville tropical, preferindo a impopularidade de contrapor ao alarido de Manaus o pesado silêncio de um mundo hediondo: o submundo dos seringais.

5.2 As folhas do látex: o teatro da metáfora

5.2.1 O vaudeville amazônico

Após se servir da metáfora do teatro (Vaudeville) para representar a Amazônia em *A expressão amazonense*, Márcio Souza cria o seu próprio Vaudeville, a que dá o nome de *As folhas do látex*, agora por meio do gênero dramático. Trazido a público pela primeira vez no ano de 1976, *As folhas do látex* constitui-se de prólogo, dois atos e epílogo. Nesse intervalo, números diversos e variados vão se sucedendo em ritmo acelerado. Apesar da impressão de não haver nexos entre esses números, há um fio

condutor a articulá-los, que é justamente o contexto do chamado período áureo da borracha. Na estrutura do drama, temos a seguinte configuração:



O Vaudeville de Márcio Souza é, na verdade, um metateatro (metavaudeville), uma vez que o Mestre-de-cerimônia, ao apresentar ao espectador os números que se sucedem nesse espetáculo de variedades múltiplas, instaura com a sua fala a consciência do próprio fazer teatral de vaudeville que ali se realiza.

O primeiro ato apresenta quatro cenas, que são as seguintes:

a) Cena 1 – O cientista francês La Condamine envia da Vila de Ega para Paris um relato sobre os povos com que manteve contato em sua viagem pelo famoso Rio das Amazonas. Narra como se surpreendeu ao ver os índios cambebas praticando um esporte “correndo pelo terreiro da aldeia em busca de uma esfera”, impulsionando-a com os pés. A descrição da brincadeira por La Condamine permite ao leitor deduzir que se trata do futebol, praticado com uma bola de látex. O cientista fica intrigado com a descoberta daquele objeto que desafiava a lei da gravidade, a lei da atração dos corpos. Quanto àquele objeto, vislumbra um grande futuro para ele; já quanto ao referido esporte, afirma ser uma atividade capaz de enfadar a qualquer homem de espírito.

Cena 2 – A cena abre-se com o “popularíssimo número de Caça à Riqueza”. Nele, a “infanta Amazônia”, acompanhada do seu padrasto lusitano, tem seus dotes e seu corpo de donzela disputados pelo mancebo britânico e o viril americano. Fazem parte da cena também as cocotes, “filhas da França”, e os seringueiros, caracterizados como a “plebe ignara que nada sabe”. Simultaneamente a essa disputa, algumas informações pontuais sobre a extração do látex e a manufatura da borracha vão sendo comunicadas ao espectador: os índios cambebas apresentados como descobridores da borracha, o patenteamento de artigos para vestuários utilizando a borracha amazônica por Hancock, o patenteamento de tecidos impermeabilizados com a hévea por

MacIntosh, o processo de vulcanização aplicado por Goodyear, a libertação do Brasil do jugo português não tendo alterado em nada o ritmo de vida na Amazônia, entre outros fatos históricos. Nesse ínterim, ocorre uma metamorfose: repentinamente o Lusitano se transforma em um barão do látex (coronel de barranco).

Cena 3 – Em meio a diversos flagrantos do ciclo, o Americano e o Britânico continuam em disputa pela bela e rica Amazônia. Algumas personagens históricas entram em cena: primeiramente o casal Louis Agassiz (naturalista) e Elisabeth. Os dois discutem sobre a culinária regional, refletem sobre o aspecto rústico de Manaus e fazem projeções sobre as mudanças da cidade no futuro; depois é a vez do vice-governador Ramos Ferreira, que aparece dizendo que vai mandar aterrar os muitos igarapés que cortam a cidade e “derrubar o matagal” que a circunda, a fim de construir uma “cidade realmente civilizada”. Na sua ideologia, a defesa dos igarapés e dos matos é um discurso muito poético de quem não sofre com os cupins, os carapanãs, os mucuins e os candirus.

Cena 4 – Continuam as disputas pela Amazônia. Em pouco mais de dez anos, a cidade de Manaus explode. É o delírio. Surgem as “emissárias da cultura francesa”, que são as cocotes, com a sua “pedagogia sexual”. Silvino Santos, o pioneiro do cinema na Amazônia, aparece registrando as cenas ao seu redor. Entra em cena o governador Eduardo Ribeiro, que passa a enumerar os seus grandes feitos mas é contestado pelos seringueiros, que lhe dirigem improperios. Vê-se uma cidade europeia (Manaus) brotar no meio da selva, constrói-se e inaugura-se o Teatro Amazonas.

Há um entreato que promove a passagem do primeiro para o segundo ato. O entreato constitui-se de “uma triste notícia” trazida a público pelo Mestre-de-cerimônias: a morte de Eduardo Ribeiro em sua chácara na Estrada de Flores, com o laudo médico atestando suicídio. Noticia-se também que o Congresso Estadual, para perpetuar a memória do grande estadista, batizou com o nome de Eduardo Ribeiro o único hospício da cidade de Manaus.

O segundo ato conta com três cenas, como segue:

a) Cena 1 – O escritor Euclides da Cunha é entrevistado por dois repórteres do Jornal do Commercio após retornar de viagem pelo rio Purus, e denuncia a situação de escravidão dos seringueiros no interior da selva. As cocotes organizam uma sessão espírita com o Americano e o Coronel de Barranco, que espera receber um espírito francês. Mas quem aparece é um nordestino (arigó) lamentando a sua penúria com a seca. Em seguida, apresenta-se um número de mágica circense, daqueles em que se

serra uma mulher ao meio: o Americano convida a Amazônia a entrar na caixa do Bolivian Syndicate e pega um enorme serrote para cortá-la ao meio. Plácido de Castro, que está observando a cena, censura o Americano, que quer cortar a Amazônia para poder apossar-se de uma das partes.

b) Cena 2 – Trava-se a guerra de trincheiras entre bolivianos e brasileiros, estes sob o comando de Plácido de Castro. Encena-se a compra do Acre pelo Brasil, no Tratado de Petrópolis. Os seringueiros, o Americano, o Britânico e as cocotes continuam a permear a cena em diálogos constantes sobre o contexto do ciclo da borracha. Anuncia-se o baile de carnaval no Ideal Clube. As personagens organizam um bloco chamado “Madeira-mamoré”, cada um fantasiado de vagão. A Amazônia escolhe ser a locomotiva, a Mad Maria.

c) Cena 3 – Surge o Stradelli, o conde italiano, o nobre das cachoeiras do Alto Rio Negro. Ele se encontra morfético (leproso), tendo contraído a doença em suas viagens pelo interior da Amazônia. Ele faz um discurso extremamente crítico sobre o fato de se contentar em ser uma caricatura da cultura europeia, abrindo mão de sua própria identidade cultural. No fim da cena, reproduz-se um baile de carnaval no Ideal Clube, no ano de 1918. No meio do baile, a locomotiva Madeira-Mamoré começa a descarrilhar com os seringueiros, o Britânico, o Americano, a Amazônia, as cocotes, etc. todos vão ao chão, numa alegoria da decadência do ciclo.

Tanto no prólogo quanto no epílogo, a pianista Ernestina Rio Negro, juntamente com o Mestre-de-cerimônias e uma atriz, situam-se no presente e, exercendo um olhar para o passado, refletem sobre os anos do ciclo da borracha. Dessa forma, abrem e fecham o drama vaudevilliano de Márcio Souza.

5.2.2 As metáforas mais expressivas

A partir da teoria da metáfora conceptual de Lakoff e Johnson (2002), destaquei as seguintes metáforas e expressões metafóricas presentes no drama de Márcio Souza, entre as muitas ali presentes:

a) Metáfora ontológica A AMAZÔNIA É UMA MULHER.

EXPRESSÃO LINGUÍSTICA QUE VERBALIZA A METÁFORA	PERSONAGEM QUE PROFERE
“Aí vem a bela infanta que embala todos os corações”	Mestre-de-cerimônias

“A doce Amazônia com seu padrao Lusitano”	Mestre-de-cerimônias
“O resoluto mancebo britânico e o viril americano, que chegam para disputar o seu corpo de donzela”	Mestre-de-cerimônias
“Minha querida menina, não se deixe enganar por esses boatos terríveis”	Lusitano
“Meu leite é de ouro... um leitinho de nada”	Amazônia
Leite “que todo mundo quer mamar”	Seringueiro
“A bela Amazônia foi surpreendida pela riqueza”	Mestre-de-cerimônias
“Ela não foi uma pobre ingênuo. Teve seus enteveros de amor com o guapo Orellana”	Mestre-de-cerimônias
“Perdeu-se de amor pelo determinado Pedro Teixeira”	Mestre-de-cerimônias
“Sua casa está valorizada, embora mereça um pouco mais de conforto”	Mestre-de-cerimônias
“Amazônia é agarrada por um dos seringueiros, que a sodomiza”	Diretor
O Americano “convida a Amazônia a se deitar na caixa, e ela aceita porque é moça curiosa”	Diretor
<p>Comentário: Temos aqui uma especialização da metáfora ontológica, que é a personificação. De forma recorrente, a Amazônia é representada conceitualmente como uma mulher desejável, cobiçada por muitos por causa de sua beleza virginal e, principalmente, por causa de sua riqueza.</p>	

b) Metáforas ontológicas O OURO/A SERINGUEIRA É UMA PESSOA.

“O ouro é um metal diabólico, ardiloso e cruel com os espíritos fracos”	Coronel de barranco
“Nossa riqueza vem de uma árvore dadivosa, de um vegetal generoso”	Coronel de barranco
<p>Comentário: O contraponto entre essas duas metáforas ontológicas elabora uma antítese entre a natureza do ouro e a da seringueira, por meio dos adjetivos aplicados a cada um desses substantivos. Enquanto a seringueira é dadivosa e generosa, o ouro é diabólico, ardiloso e cruel. Sintomaticamente, as duas metáforas são proferidas pela mesma personagem, o Coronel de barranco, que é uma personagem-tipo. O alto poder de regeneração da seringueira fez nascer na mente dos seringalistas a ilusão de eternidade daquela atividade extrativista. A árvore não se cansava de dar, para ajudar os homens. O ouro, por sua vez, não tinha essa deferência. Visto pela ótica negativa de ser sempre um filão reduzido, finito, que apenas alimentava a ganância e o ódio, esse cobiçado metal não tinha condições de competir com a hévea na apreciação dos coronéis de barranco. Entre o garimpo</p>	

e o seringal, era este que recebia a avaliação positiva. Evidentemente que essa visão tosca, acrítica, deu vazão a um extrativismo predatório que logo desencadearia a decadência do ciclo da borracha.

c) Metáfora estrutural A HISTÓRIA É UM LIVRO.

Uma época que foi “uma página solene da história”	Mestre-de-cerimônias
“não há piada mais terrivelmente engraçada do que o extrativismo”	Mestre-de-cerimônias
A guerra da borracha “foi uma página magnífica de patriotismo, uma lição que os acreanos deram ao Brasil”	Mestre-de-cerimônias
O ciclo foi “como uma primavera de folhetim”	Ernestina Rio Negro
<p>Comentário:</p> <p>A metáfora da História como um livro pressupõe que ela está sendo escrita, que partes já escritas podem ser lidas e interpretadas, que cada lance da história corresponde a uma página. Nesse sentido, o Mestre-de-cerimônia parece se contradizer ao caracterizar o ciclo da borracha como “uma página solene da história” e logo depois definir o extrativismo como uma “piada terrivelmente engraçada”, até porque o advérbio “terrivelmente” ligado ao sentido de “piada” traduz um paradoxo desconcertante: o extrativismo foi uma piada de mau gosto. E em piadas de mau gosto não há espaço para solenidades. Quanto à “página de patriotismo”, o que temos é a idealização da ação dos brasileiros que invadiram o território boliviano e se apossaram da terra alheia pela força. Muito mais crítico parece ser o proferimento de Ernestina Rio Negro. Segundo ela, o ciclo foi “como uma primavera de folhetim”, ou seja, uma história idealizada como aquelas dos folhetins românticos, de escritores que fechavam os olhos para a realidade circundante e lavravam histórias de grande heroísmo, de eterna primavera, romanceando o mundo de forma desmesurada.</p>	

d) Metáfora estrutural PROSTITUIÇÃO É CULTURA.

“Este homem está pedindo cultura”	Cocote 1
“Somos emissárias da cultura”	Cocote 1
“Uma noite comigo e você sairá culto”	Cocote 2
“A pedagogia sexual”	Cocote 1
“Você já experimentou um beijo parnasiano, chéri?”	Cocote 2
“Estou na casa das minhas amiguinhas francesas, lendo Baudelaire”	Coronel de barranco
<p>Comentário:</p> <p>Essa metáfora aponta para um dos principais flagrantos do ciclo da borracha: a</p>	

prostituição. De forma irônica, Márcio Souza relaciona a cultura do período com a prostituição, numa sociedade altamente falocêntrica. Dizendo-se emissárias da cultura francesa, as cocotes desempenhavam o papel de fornecer aos “respeitáveis cidadãos” do látex os desfrutes ansiados. E sobre essa atividade considerada espúria passavam o verniz da cultura, para lhe dar uma ar de respeitabilidade.

e) Expressões metafóricas para Manaus

“Com o fim de embelezar a cidade, declarei de utilidade pública vários terrenos particulares”	Eduardo Ribeiro
“Em pouco mais de dez anos, a cidade explode, é o delírio”	Mestre-de-cerimônias
“O crescimento abrupto levantou-se de chofre”	Euclides da Cunha
“Uma joia encravada no meio da selva”	Seringueiro
“A opulenta capital dos seringueiros é o fruto das audácias do Pensador”	Euclides da Cunha
“Enfim, o sorriso da civilização em plena selva”	Seringueiro
<p>Comentário: Eduardo Ribeiro, o Pensador, sonhou em transformar Manaus em uma miniatura de Paris, a paris dos Trópicos. E para pôr em prática o seu sonho, deu início a uma série de políticas de embelezamento da cidade. Desapropriou um sem-número de propriedades particulares, decretou ações de saneamento e assepsia, importou construções e costumes. De suas audácias, como diz Euclides da Cunha, surgiu a “opulenta capital dos seringueiros”, num crescimento “abrupto”, que “levantou-se de chofre” (metáfora orientacional DESENVOLVIMENTO É PARA CIMA). “Em pouco mais de dez anos, a cidade explode, é o delírio”, como diz o Mestre-de-cerimônias. E para o seringueiro, em sua visão acrítica, a cidade europeizada era uma joia encravada no meio da selva. Era também o sorriso da civilização em plena selva. São metáforas que realçam o lado luminoso, festivo do fausto: a cidade-cenário em que Manaus foi transformada para o espetáculo do capital estrangeiro.</p>	

f) Expressões metafóricas para seringais e seringueiros.

O seringueiro “é o homem que trabalha para escravizar-se”	Euclides da Cunha
“Logo vê-se renascer um feudalismo acalcanhado e bronco”	Euclides da Cunha
A dívida torna o seringueiro “eterno hóspede dentro de sua própria casa”	Euclides da Cunha
“Veja esta conta de venda de um homem”	Euclides da Cunha

O sertanejo segue “numa gaiola qualquer de Belém, ou Manaus, ao barracão do seringal ao qual se destina”	Euclides da Cunha
“Aqui, como lá, dois palcos onde se passam todas as cenas de um dos maiores dramas da impiedade humana”	Euclides da Cunha
“Vocês não passam de vultos na floresta, de fantasmas impessoais, que nem sequer pisaram em Manaus”	Mestre-de-cerimônias
<p>Comentário:</p> <p>O foco das metáforas agora desloca-se do lado luminoso de Manaus para o lado sombrio dos seringais. Aqui, o grande gerador de metáforas é Euclides da Cunha, que foi pioneiro na denúncia da exploração dos seringueiros pelos patrões arrivistas. As expressões metafóricas utilizadas por Euclides, de uma forma geral, atualizam a metáfora conceptual SERINGUEIRO É ESCRAVO. Em sua visão, os seringais amazônicos de alguma forma reeditavam o feudalismo, sistema medieval de exploração do pobre. É nesse contexto que o seringueiro, em evidentes paradoxos, “trabalha para escravizar-se” e é “eterno hóspede dentro de sua própria casa”. Vendido como uma mercadoria completamente desvalorizada, aprisionado pela dívida e por uma cadeia de circunstâncias na selva, o sertanejo é uma vítima irreversível de um sistema cruel e desumano que o expolia e escraviza.</p>	

Essas metáforas e expressões metafóricas que destaquei encontram-se mescladas com inúmeras outras no corpo da tragicomédia de Márcio Souza. O que temos aqui é apenas uma amostra, uma vez que se tornaria exaustivo enumerá-las todas, considerando a natureza deste estudo. Essa abundância de metáforas contribui para que o texto seja extremamente rico no plano imagístico, além de externar as múltiplas formas de se pensar conceitualmente a Amazônia do período gomífero por meio de metáforas. Usando uma metáfora para falar das metáforas, afirmo que elas desfilam de forma altissonante no texto de Márcio Souza.

5.3 Folias do látex: *iconoclastia carnavalesca*

Nesta seção proponho uma leitura do drama *Folias do látex* à luz da teoria da carnavalização literária, elaborada pelo teórico russo Mikhail Bakhtin. A base teórica das considerações que faço aqui é o livro *Problemas da poética de Dostoiévski*, no qual Bakhtin conceitua carnavalização literária como uma variedade do gênero sério-cômico em que se dá a “transposição do carnaval para a linguagem da literatura” (BAKHTIN, 2013, p. 140). E o que vem a ser o carnaval? Segundo ele, trata-se de um

Espectáculo sem ribalta e sem divisão entre atores e espectadores. No carnaval todos são participantes ativos, todos participam da ação carnavalesca. Não se contempla e, em termos rigorosos, não se representa o carnaval, mas *vive-se* nele, e vive-se conforme as suas leis enquanto vigoram, ou seja, *vive-se uma vida carnavalesca*. Esta é uma vida desviada da sua ordem habitual, em certo sentido uma ‘vida às avessas’, um ‘mundo invertido’ (BAKHTIN, 2003, p. 140).

Uma vida às avessas, vivida num mundo invertido em que são revogadas as leis e proibições do mundo extracarnavalesco, ou seja, do mundo ordinário. Essa inversão do mundo se processa por meio de algumas categorias que são próprias do mundo carnavalesco:

a) A primeira categoria é o “livre contato familiar entre os homens”, instaurado pela eliminação da distância hierárquica entre eles: “os homens, separados na vida por intransponíveis barreiras hierárquicas, entram em livre contato familiar na praça pública carnavalesca” (BAKHTIN, 2013, p. 140). Em *As folias do látex*, isso pode ser observado, por exemplo, nos impensáveis diálogos intimistas entre o seringueiro e o Coronel de barranco, inclusive com o uso da segunda pessoa do singular pelo seringueiro: “Patrão! Patrão! Eras! Tiraste o bigode?” (SOUZA, 1997, p. 74).

b) A libertação em relação ao poder de qualquer tipo de relação hierárquica torna os gestos, palavras e relações dos indivíduos completamente excêntricos do ponto de vista da vida extracarnavalesca, aí se tem a segunda categoria, que é a excentricidade: “a excentricidade é uma categoria específica da cosmovisão carnavalesca, organicamente relacionada com a categoria do contato familiar; ela permite que se revelem e se expressem – em forma concreto-sensorial – os aspectos ocultos da natureza humana” (BAKHTIN, 2013, p. 140). Isso pode ser exemplificado através da figura das cocotes, “emissárias da cultura francesa”, com a sua “pedagogia sexual” e seus “beijos parnasianos” oferecidos ao Coronel de barranco (SOUZA, 1997, p. 74).

c) A terceira categoria da cosmovisão carnavalesca são as *mésalliances* carnavalescas. Elementos separados, isolados, fechados no mundo ordinário entram nos contatos e combinações inimagináveis que a cosmovisão carnavalesca põe em relação familiar. “O carnaval aproxima, reúne, celebra os esponsais e combina o sagrado com o profano, o elevado com o baixo, o grande com o insignificante, o sábio com o tolo, etc.” (BAKHTIN, 2013, p. 141). É o que ocorre quando um repórter do Jornal do Comércio faz o seguinte comentário sobre Euclides da Cunha, enquanto este respondia uma

pergunta feita pelo colega do mesmo jornal: “esse cara é meio leso, dizem que vê fantasmas” (SOUZA, 1997, p. 97), uma observação jocosa sobre um detalhe da biografia do ilustre escritor nacional.

d) A quarta categoria é a profanação, “formada pelos sacrilégios carnavalescos, por todo um sistema de descidas e aterrissagens carnavalescas, pelas indecências carnavalescas, relacionadas com a força produtora da terra e do corpo, e pelas paródias carnavalescas dos textos sagrados e sentenças bíblicas, etc.” (BAKHTIN, 2013, p. 141). No texto de Márcio Souza, há uma passagem em que a cadeia de exploração no ciclo da borracha é recontada por meio da alusão parodística à cidade bíblica de Sodoma, que fora destruída por causa da elevada onda de imoralidade de seus habitantes: “A Amazônia é agarrada por um dos seringueiros, que a sodomiza. No mesmo instante o outro seringueiro repete o ato com seu companheiro e é sodomizado pelo Coronel de Barranco, que logo é atacado pelo americano. No final o britânico encerra a cena traçando o americano” (SOUZA, 1997, p. 97). Aqui, o verbo “sodomizar” foi utilizado com o mesmo sentido de “traçar” que aparece no final da frase. Dessa forma, o autor atualiza a metáfora EXPLORAR É COPULAR.

Outro elemento caracterizador da carnavalização, além dessas quatro categorias já explanadas, é a celebração do riso, da comicidade, que é obtida por meio das situações inusitadas, da ironia e da paródia. A paródia, de maneira muito especial, está a serviço da carnavalização, porque tem a prerrogativa de subverter a ordem das coisas, romper com o mundo e inserir o deboche nos recantos mais sérios da vida. Ela tem, portanto, uma natureza iconoclasta por meio da qual dessacraliza o sagrado e desloca o que está tradicionalmente posto. Em *As folias do látex*, tudo isso é perceptível:

- O autor adota o riso como estratégia de crítica, como na cena de guerra entrincheirada entre o Brasil e a Bolívia. Um soldado boliviano pede ao soldado brasileiro (seringueiro) que toque uma música bem alegre em sua flauta: “una bien engrazada! Para que olvidemos la guerra, los muertos y La hambre”. O seringueiro então responde: “tá bem. Lá vai uma bem baruienta”, e começa a atirar em direção ao boliviano (SOUZA, 1997, p. 106-107).

- Uma situação inusitada acontece no número em que ocorre uma sessão espírita da qual participam a Amazônia, as cocotes, o lusitano, o coronel de barranco, o americano e o britânico. As cocotes chamam à sessão de “exercício de positivismo místico”, enquanto o seringueiro a chama de “macumba de rico”. Quando o espírito baixa, o coronel pensa ser um Lamartine, mas quem se apresenta é o espírito de

“Severino, do Brejo do Fiodumaégua”, que surge reclamando da inclemente seca no sertão. Isso deixa os gringos frustrados e irados (SOUZA, 1997, p. 100-101).

- Há diversas paródias no texto: a Canção do exílio, de Gonçalves Dias; textos de Euclides da Cunha, do livro *À margem da história*; passagens da história da Amazônia; textos de Ermano Stradelli, *La Condamine*, Eduardo Ribeiro, Louis e Elisabete Agassiz, etc. Todas essas paródias cercadas de humor e ironia.

Na literatura carnalizada, como preceitua Bakhtin, as personagens são alegóricas, representam tipos específicos, quase sempre encarnam uma classe ou uma situação. Enfim, a carnavalização promove metamorfoses, travestimentos, quebra de tabus, liberação de instintos e desejos que são interditados no mundo extracarnavalesco. Daí o sentido do apelo à transgressão e à profanação, deslocando a vida do seu curso habitual. Pelas páginas de *As folias do látex* desfilam personagens-tipo que são verdadeiras metonímias – a parte que simboliza o todo ou o singular que simboliza o plural – como o americano (simbolizando os americanos), o britânico (simbolizando os britânicos), o lusitano (simbolizando os portugueses) e o coronel de barranco (simbolizando os coronéis de barranco de uma forma geral). Em seu Vaudeville, Márcio Souza recria o mundo amazônico do ciclo da borracha, pondo aquele mundo de ponta-cabeça e injetando, na história, os fortíssimos temperos do humor e da paródia, numa postura evidentemente iconoclasta, dessacralizando ídolos e ideologias bem assentados na tradição. Ao optar pelo gênero sério-cômico de vaudeville para representar a história do ciclo da borracha como uma espécie de tragicomédia, o que ele faz, na verdade, é produzir um belo exemplar de literatura carnalizada.

5.4 Contribuições para o debate

As considerações desenvolvidas nesta pesquisa permitem concluir o que segue, a respeito do escritor Márcio Souza, seja como ensaísta seja como dramaturgo, no que tange à representação do ciclo da borracha na Amazônia:

a) ele pôs abaixo uma série de mitos que a tradição construiu em torno do período, entre eles a falácia da boa vida manauara na *belle époque*. Nesse sentido, sua escrita tem caráter desmitificador e iconoclasta;

b) ele foi um grande metaforista, considerando metaforista aquele que cria metáforas ou delas se serve para divulgar suas ideias. O estudo procura comprovar que as metáforas habitam seus textos e se revelam ostensivamente a cada página;

c) os textos analisados mostram um autor que se valeu, em grande medida, da carnavalização literária como estratégia de produção artística. Por meio dessa estratégia, mostrou uma face da Amazônia ignorada pela crônica oficial, revelando o lado avesso do que se sabia sobre a região e instaurando uma nova forma de olhar a história, sem os véus da idealização mas instrumentalizado pelo humor e pela paródia em direção a uma reescrita crítica dessa história.

Com base nessas conclusões, postulo que o livro *A expressão amazonense* e o drama *As Folias do látex* devem ser lidos de forma vertical, sendo que a leitura de um conduz à leitura do outro, pelo fato de eles se complementarem e estabelecerem entre si diálogos constitutivos. De qualquer forma, tanto a leitura de um quanto a leitura de outro (ou a leitura dos dois em conjunto, o que é preferível) contribui decisivamente para se pensar de forma crítica a região amazônica, em geral, e a cidade de Manaus, em particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou-me a abertura de horizontes em relação a diversas áreas do conhecimento científico. Cito alguns desses conhecimentos com a certeza de que muitos outros me foram de extrema importância. O conhecimento relativo à teoria de Metáfora conceptual, desenvolvida por Lakoff e Johnson (2002), possibilitou o acesso a saberes concernentes à linguagem, mais especificamente à metáfora, esses saberes sistematizam os conceitos metafóricos. A modularidade da mente, os domínios de conhecimento, os tipos de metáforas, os mitos do objetivismo, do subjetivismo e do experiencialismo (relembrado que o sentido de mito adotado é aquele que, além de ser necessário para se compreender as experiências vividas, também organizam a vida, ou seja, eles produzem sentido), e a principal tese defendida pelos autores – o pensamento humano tem base metafórica – são exemplos mais representativos desses saberes.

A partir dessa tese de Lakoff e Johnson (2002) foram analisadas as metáforas sobre a cidade de Manaus, extraídas de textos de Genesino Braga, Euclides da Cunha, Márcio Souza e Milton Hatoum (ficcionalistas), Sandra Jatahy Pesavento, Edinea Mascarenhas Dias e Otoni Mesquita (pesquisadores), e o Código de Posturas do Município de Manaus do ano de 1875 (legisladores), atingindo o objetivo geral da pesquisa. O resultado da análise comprovou que a existência da representação de pelo menos duas cidades de Manaus, dividindo o mesmo espaço, foi encontrada nos textos analisados. A primeira, contemplando discursos reveladores de uma cidade saneada e embelezada, propagandeada ao mundo com adornos importados das principais cidades europeias; a segunda, uma cidade insalubre, feia e com uma estrutura social sendo organizada com traços fortes de desigualdade social e exclusão, sendo que a construção da primeira demandou o arrasamento da segunda.

As metáforas utilizadas por ficcionalista, pesquisadores e legisladores para discursar sobre a Manaus do ciclo da borracha recriaram um quadro multifacetado do espaço, onde foi possível a identificação de variadas realidades dividindo o mesmo espaço, causando no Sujeito o espanto com as discrepâncias, que muitas vezes causam a impressão de se tratar de lugares distantes e totalmente diferentes. O sentido subjacente revelado por essas metáforas mostram a visão de seus autores a respeito da cidade. Sendo assim, quem metaforizou a Manaus daquele período, o fez externando um pensamento que estava contido em sua mente, uma vez que o nosso pensamento tem

base metafórica. E as metáforas, por meio das expressões linguísticas, cumprem o papel de externar o pensamento do falante. A análise das metáforas, em conjunto, possibilitou-me identificar múltiplas formas de recriação discursiva, daquela Manaus como um espaço multifacetado, demonstrando a colcha de retalhos que se criou do espaço manauara.

A reflexão teórica sobre a relação entre a cidade e a sua representação no imaginário presente na discussão sobre a cidade de pedra (manufaturada) e a cidade do pensamento (construída no imaginário) cumpriu um dos objetivos específicos da pesquisa. Essa discussão possibilitou a compreensão do processo de construção e desenvolvimento de Manaus, muito válido no sentido de conhecer o todo (a criação da cidade de Manaus) para se analisar uma parte (período do ciclo da borracha).

O delineamento da teoria da Metáfora conceptual, em contraponto com outras teorias do fenômeno metafórico, propiciou respostas aos problemas levantados. Quanto às teorias de outros campos, como as da Análise de Discurso, Semiótica e Carnavalização, elas contribuíram para o enriquecimento da pesquisa e o diálogo epistemológico, cuja base foi a teoria da Metáfora conceptual, a qual sustentou os propósitos da pesquisa.

Concernentemente às leituras pertinentes à história de Manaus e a sua recriação discursiva, que foram realizadas por meio da leitura de historiadores como Mesquita (2006), Dias (2007) e Souza (2010), dentre outros, elas propiciaram uma visão geral do contexto histórico. Fato que foi indispensável ao estudo de um objeto multifacetado que é a Cidade.

Por sua vez, a criação dos eixos temáticos, nomeados de Interface da linguística com a Literatura, Abordagens linguísticas sobre a metáfora, Concepção de cidade, sua relação com o imaginário e sua representação discursiva e Representação escrita da cidade de Manaus de fins do século XIX e início do século XX, aliada à seleção das referências bibliográficas, possibilitou a convergência epistemológica desses eixos, constituindo-se, dessa forma, em uma pesquisa de abrangência não somente da na área da linguagem mas também da história, geografia, arquitetura, sociologia, política e economia.

Em última análise, cada capítulo desta Dissertação encerra uma gama de contribuições inestimáveis no que diz respeito à busca de respostas aos problemas que motivaram a pesquisa. O percurso realizado nessa busca foi-me extremamente importante, porque ao mesmo tempo em que realizava as árduas atividades de leitura,

prazerosamente compreendia cada vez mais a complexidade da região amazônica. Sem conhecer esta região (no seu aspecto histórico, geográfico, econômico, cultural e político, entre outros), nas diversas fases do seu desenvolvimento, principalmente na época colonial, seria impossível compreender a cidade de Manaus no período do ciclo da borracha. E sem conhecer o período do ciclo da borracha, seria impossível compreender adequadamente a Manaus hodierna. É por isso que assumo, juntamente com o amazonólogo Renan Freitas Pinto (2006), que o conhecimento do passado histórico, em seus mais variados matizes, é fundamental para se saber lidar com o presente, em suas multifacetadas realidades. A pesquisa e a feitura desta Dissertação possibilitaram-me essas preciosas descobertas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2002.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980a.
- _____. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1974 (Título original: *Idéologie et appareils idéologiques d'État*, 1970).
- AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Cultura. Gerência de Acervos Digitais.
- AMODEO, Maria Tereza; PEREIRA, Vera Wannmacher. *Linguística e literatura: uma interface possível*. Porto Alegre: PUCRS, Revista Letras de Hoje v. 45, n. 3, p. 18-25, jul./set. 2010.
- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1990 [s.d].
- AVÉ-LALLEMANT. Robert. No Rio Amazonas (1859). Trad. Eduardo de Lima Castro. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1890.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2011.
- BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. Trad. Leyla Perone-Moisés. 14. Ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia - formação cultural e social*. Manaus: Valer, 2009.
- BOUÇAS, Edmundo. *Mascaramento da cidade*. In. LIMA, Rogério; FERNANDES, Ronaldo Costa (orgs). *O imaginário da cidade*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- BRAGA, Genesino. *Fastígio e sensibilidade do Amazonas de ontem*. 2. Ed. Manaus: Imprensa Oficial, 1983.
- _____. *Chão e graça de Manaus*. 2. Ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1987.
- BRAGA, Robério. *Manãos...Manaos...Manaus*. Manaus: Reggo, 2013.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. Ed. São Paulo: editora da Unicamp, 2004.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo:Contexto, 2012.

- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTRO, Walter de. *Metáforas machadianas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978 (Linguística e Filologia).
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2002.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.
- CUNHA, Euclides da. *Amazônia – um paraíso perdido*. Manaus: Valer; Governo do Estado do Amazonas; EDUA, 2003.
- DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DIAS, Edineia Marcarenhas. *A ilusão do fausto*. Manaus: Valer, 1999; 2007.
- DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FIGUEIREDO, Aguinaldo. *História do Amazonas*. Manaus: Valer, 2011.
- FILGUEIRAS, Aldísio. *A república velha*. Manaus: Edição do autor, 1989.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e interdisciplinaridade*. São Paulo: USP - Alea: Estudos Neolatinos, v.10, n.1, p.29-53, 2008.
- _____. *Elementos de análise de discurso*. São Paulo: contexto, 2009 [1989].
- _____. “Semântica estrutural: o discurso fundador”. In: OLIVEIRA, Ana Claudia Mei Alves de; LANDOWISKI, Eric. *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de A. J. Greimas*. São Paulo: Educ, 1995.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Trad. L.F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971. (título original: *L’archéologie Du savoir*, 1969).
- GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- GERALDI, João Wanderlei. *Literatura e linguística: outros campos, outros saberes*. Cascavel, PR: Revista Línguas & Letras – Unioeste, Vol. 14, Nº 27, Número Especial de 2013.

GREIMAS, A. J. Sobre o sentido; *ensaios semióticos*. Petrópolis: vozes, 1975. Original francês de 1970.

_____. COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. Por uma semiótica topológica. In:_____. *Semiótica e Ciências Sociais*. São Paulo: Cultrix, 1981.

GUEDELHA, Carlos Antônio Magalhães. *A metaforização da Amazônia em textos de Euclides da Cunha*. Florianópolis/SC: UFSC, 2013 (Tese de Doutorado).

HATOUM, Milton. "Manaus e o impasse da modernidade". In: DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto, Manaus 1890-1910*. Manaus: Valer, 1999.

HÉNAULT, Anne. *História concisa da semiótica*. São Paulo: Parábola, 2006.

HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva, 2007.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana* [Coordenação de tradução Mara Sophia Zanotto]. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: WDUUC, 2002 (Coleção As Faces da Linguística Aplicada).

LENZ, Paula. *Semântica cognitiva*. In: FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato. *Semântica, semânticas*. São Paulo: Contexto, 2013.

LIVIO, Tito. *História de Roma*, livro I. Belo Horizonte: Crisálida, 1989.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; PALOMANES, Roza. *Linguística cognitiva*. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MILAGRE JÚNIOR. Sérgio Luiz; FERNANDES, Tabatha de Faria. *A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX*. Revista História em Curso. Revista Eletrônica do Departamento de História da PUC Minas. V. 3. N. 3, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/5337>>. Acesso em: 20 abril 2015.

MOTA, Lourenço Dantas. *Euclides da Cunha*. São Paulo: Três, 2003. (A vida dos grandes brasileiros)

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus, história e arquitetura – 1852-1910*: Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 1999; 2006.

_____. *La belle vitrine, Manaus entre dois tempos – 1890/1900*. Edua, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MICHAELIS. *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. 5. Ed. Uol: Melhoramentos, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é linguística*. São Paulo: brasiliense, 1986.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2. Ed. São Paulo: Unicamp, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Universidade, 1999.

PROENÇA FILHO, Domício. *A linguagem literária*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. Manaus: valer, 2008.

RICOEUR, Paul. *A Metáfora viva*. Trad. Dion Davi Macedo. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: brasiliense, 1995.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007. (Lingua[gem], 24).

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, José Otacílio da. *Althusser*. In. OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). *Estudos do discurso*. São Paulo: Parábola, 2013.

SILVEIRA BUENO. *Tratado de semântica brasileira*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1965.

SOUZA, Márcio. *As folhas do látex: vaudeville*. Manaus: Prefeitura de Manaus, 1976; 2007.

_____. *Teatro II*. São Paulo: Marco Zero, 1997.

_____. *A expressão amazonense – do colonialismo ao neocolonialismo*. Manaus: valer, 2003; 2010.

_____. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. *Conhecendo Análise de Discurso – Linguagem, Sociedade e Ideologia*. Manaus: Valer, 2006.

VOLOCHÍNOV, Valentin N. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

<http://www.historianet.com.br/home/>. Acesso 24/09/2014, às 08h39min.

<http://www.dicio.com.br/interface>. Acesso em 5/7/2014, às 13h32min.